

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Regeneração Urbana aplicada às Comunidades Sustentáveis

Filipa Andreia Magalhães de Sousa

Relatório de estágio orientado
pela Prof. ^a Doutora Eduarda Marques da Costa e coorientado pelo Mestre
Arquiteto Luís Grave

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo

2016

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Regeneração Urbana aplicada às Comunidades Sustentáveis

Filipa Andreia Magalhães de Sousa

Relatório de estágio orientado
pela Prof. ^a Doutora Eduarda Marques da Costa e coorientado pelo Mestre
Arquiteto Luís Grave

Júri

- Fernando Jorge Pedro da Silva Pinto da Rocha, professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
- Paulo António dos Santos Silva, professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território da Universidade de Aveiro;
- Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa, professora Associada do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo

2016

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à Professora Eduarda Marques da Costa, pela excelente orientação dada, pela motivação constante e por ter tido sempre o seu apoio ao longo deste processo, que nem sempre foi um período fácil.

Quero também agradecer ao Arquiteto Luís Grave, pela orientação no estágio, bem como pela disponibilidade prestada e paciência para certas dúvidas e pelo seu apoio constante no estágio.

Faço ainda um agradecimento a todos os técnicos da Divisão da Habitação, da Câmara Municipal de Odivelas, por me terem recebido muito bem no estágio, por me terem auxiliado sempre que foi necessário, e por me terem integrado neste grupo de trabalho.

Queria agradecer, ao técnico de SIG (Rui Dias), da Câmara Municipal de Odivelas (DGOU), por toda ajuda nos mapas do trabalho, pelos fornecimento de alguns dados necessários para esta investigação e pela disponibilidade prestada.

Faço um especial agradecimento ao técnico José Alves, da Divisão de Habitação, da Câmara Municipal de Odivelas, por todos os ensinamentos a nível da estatística, da recolha de informação e do tratamento da mesma. Obrigado por toda ajuda, paciência e transmissão de conhecimentos.

Pelo apoio essencial e fundamental, tenho que agradecer aos meus pais (Ana e Artur Sousa) e aos meus tios (Aida e Salvador) que sempre me ajudaram, não me deixaram desistir e fizeram sempre o máximo possível para eu conseguir ultrapassar esta etapa com sucesso. Por isso, agradeço de coração por todo o apoio incondicional, por me ouvirem e por me aconselharem sempre da melhor forma.

Quero agradecer ao meu colega e amigo André, pelo companheirismo, por me ter acompanhado e ajudado ao longo destes anos (já desde a licenciatura), por ter sido uma pessoa importante, que nunca deixou de me apoiar, aconselhar, mentalizar que conseguia sempre alcançar o que queria, mas para isso teria que lutar sempre com dedicação. Um obrigado por tudo!

Tenho que agradecer à Ana, à Inês H. e à Sara L., por todo o companheirismo ao longo destes três anos. As três foram sempre muito importantes para mim e estiveram sempre

presentes nos momentos mais importantes e menos bons ao longo desta etapa. Um obrigado de coração, sabem o que representam.

Um obrigado à Andreia, à Patrícia e à Inês F. por toda ajuda prestada no desenvolver deste projeto, mas também pelo apoio moral e pelo incentivo a ir mais além do que conseguia. Obrigado por estarem sempre lá para mim e por acreditarem em mim. Sabem o quanto significam e nunca esquecerei o que fizeram.

Quero agradecer a Ana Louro, por todo o apoio e ajuda a nível do tratamento dos inquéritos, bem como pela preocupação e motivação dada ao longo deste projeto.

Por último, agradeço a uma pessoa especial, que representou muito para mim nestes últimos dois anos, foste sempre muito importante para mim e serás. Quero-te agradecer por toda a dedicação, apoio e carinho. Obrigado, por fazeres de mim uma pessoa melhor, por acreditares nas minhas capacidades e por não duidares que conseguiria alcançar esta etapa.

Resumo

A investigação intitulada “Regeneração Urbana aplicada às Comunidades Sustentáveis” desenvolve-se no município de Odivelas, num bairro localizado na área central da freguesia de Odivelas. As temáticas em estudo foram a regeneração urbana e as comunidades sustentáveis, com a possibilidade de implementar no bairro um processo de regeneração urbana.

Procurou-se identificar os fatores de declínio do bairro e compreender as dinâmicas quotidianas da população residente nesta área central, tendo como meta a elaboração de um diagnóstico para futura intervenção com vista à regeneração urbana da área central do município de Odivelas, intervenção que deverá ser enquadrada pelos princípios de planeamento defendidos na construção de comunidades sustentáveis.

Durante a investigação foi realizado um estágio na Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Odivelas, no âmbito do Plano Local de Habitação do Concelho de Odivelas, dando contributos para este plano, através do diagnóstico da área em estudo.

Através desta investigação foi possível verificar que no bairro em estudo, é necessário implementar um processo de regeneração urbana tendo sempre em atenção a comunidade residente e os seus padrões de sustentabilidade. Julga-se de todo adequado a implementação da dinamização social e rejuvenescimento da população residente por um lado, a dinamização e requalificação do comércio e serviços à comunidade local e a requalificação ambiental do espaço urbano, em geral, e dos espaços públicos, em particular, por outro.

Esta realidade foi possível compreender, através da análise estatística, do levantamento funcional realizado nas ruas do bairro e dos inquéritos realizados à população residente na área de estudo, que permitiram identificar o seu relacionamento com os espaços e as funções coletivas e, simultaneamente, perceber se existe mais oferta e procura de serviços de utilização coletiva. Este processo, de recolha destes dados, originou o diagnóstico e propostas interventivas para o bairro.

Palavras-chave: Comunidades Sustentáveis; Bairro; Regeneração Urbana e Sustentabilidade.

Abstract

The research is entitled "Urban Regeneration applied to the Sustainable Communities", confined to the city of Odivelas, a neighborhood located in the central area of Odivelas parish. The thematic study was urban regeneration and sustainable communities, with the possibility to implement in the neighborhood an urban regeneration process.

We sought to identify the neighborhood decline factors, understand the daily dynamics of the resident population in the central area, with a goal to design intervention proposal for the urban regeneration of the central area of the city of Odivelas framed by planning principles advocated in building sustainable communities.

It was conducted during the investigation a stage in the Municipality of Odivelas Housing Division, under the Odivelas County Local Housing Plan, making contributions to this plan, by diagnosing the study area.

Through this research we found that it is necessary, in the district under study, implement an urban regeneration process bearing in mind the resident community and sustainability standards. It is deemed appropriate throughout the implementation of social promotion and rejuvenation of the resident population on the one hand, and the promotion and enhancement of trade and services to the local community and environmental regeneration of urban areas in general and public spaces on the other.

All this, in a way, it was possible to understand, through statistical analysis, functional and population surveys in the study area, to evaluate perception of their relationship with the spaces and the collective functions and simultaneously, realize that there is more supply and demand for services collective use. This process of gathering these data gave the diagnosis and interventional proposals for the neighborhood.

Keywords: Sustainable Communities; Neighborhood; Urban Regeneration and Sustainability.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice	vii
Índice de Figuras	ix
Índice de Gráficos.....	xi
Índice de Tabelas	xiii
Parte I.....	1
Capítulo 1 - Introdução	3
1.1 - Justificação do tema e caso de estudo.....	3
1.2 - Objetivos e metodologia geral	6
1.3 - Descrição das metodologias e técnicas de análise	8
Capítulo 2 - Dos conceitos às políticas com vista à construção das comunidades locais sustentáveis	11
2.1 - Evolução dos movimentos e conceitos no domínio do urbanismo.....	11
2.2 - O Quadro Estratégico das Políticas de Referência	23
2.3 - Uma proposta de síntese teórica aplicável ao caso de estudo.....	35
Parte II	37
Capítulo 3 - Caraterização do concelho de Odivelas e seu enquadramento na AML ..	39
3.1 - Contextualização territorial.....	39
3.2 - Caraterização demográfica e socioeconómica do concelho	41
3.3 - As tendências atuais de alojamento	50
Capítulo 4 - Caraterização do bairro central – caso de estudo	56
4.1 - Breve histórico e apresentação genérica da área urbana estudada.....	57
4.2 - Caraterização demográfica e socioeconómica	63
4.3 - Caraterização do parque habitacional e da dinâmica local de alojamento.....	73
4.4 - Caraterização do comércio e serviços.....	77
4.5 - Caraterização dos equipamentos e espaços de utilização coletiva.....	92
4.6 - Dinâmicas locais de sociabilidade	97
4.7 - Caraterização das condições de mobilidade e transportes	102
4.8 - Qualificação ambiental	107
Capítulo 5 - Contributos para uma proposta de intervenção	115

5.1 - Análise SWOT	115
5.2 - Propostas de intervenção	122
Considerações Finais	125
Bibliografia.....	131
ANEXOS	135
Anexo I – Tabela do levantamento do Comércio por Ruas	137
Anexo II – Tabela do levantamento dos Serviços por Ruas	141
Anexo III – Inquérito aos Residentes da área de estudo.....	147

Índice de Figuras

Figura 1.1.1 - Modelo de análise	5
Figura 2.1.1 - Componentes das comunidades sustentáveis, segundo Egan:	22
Figura 3.1.1 - Freguesias do concelho de Odivelas, em 2011	40
Figura 4.1.1 - Plano Geral que integra a Quinta da Memória, parte da Quinta do Espírito Santo e parte da aldeia junto ao mosteiro - Unidades de execução.	58
Figura 4.1.2 - Comparação com fotografia de satélite (Google Earth) em que se vê que se mantiveram junto aos mosteiros as casas que fazem o seu remate a sul, um quarteirão (com a travessa das Cardosas ao centro) e a Quinta da Memória sem intervenção nessa época.....	61
Figura 4.1.3 - Delimitação da área de estudo	62
Figura 4.1.4 - BGRI na área de estudo	63
Figura 4.3.1 - Alojamentos vagos no bairro (% sobre o total de alojamentos), 2011	77
Figura 4.4.1 - Comércio tradicional no bairro	80
Figura 4.4.2 - Serviços predominantes no bairro.....	82
Figura 4.5.1 - Património cultural, associações culturais e recreativas e espaços públicos no bairro.....	94
Figura 4.5.2 - Equipamentos de lazer, cultura e desporto no bairro.....	96
Figura 4.7.1 - Rede transportes públicos no bairro.....	104
Figura 4.7.2 - Circuito do “Voltas” em Odivelas	106
Figura 4.8.1 - Evolução das emissões no concelho de Odivelas	108
Figura 4.8.2 - Alojamentos sem rede de esgotos, no concelho de Odivelas	110
Figura 4.8.3 - Principais fontes de ruído permanentes	111
Figura 4.8.4 - Quantidade de resíduos por tipo de recolha.....	112

Índice de Gráficos

Gráfico 3.2.1 - Taxa de variação da população residente por freguesia do concelho de Odivelas (%), (1991-2001-2011).....	41
Gráfico 3.2.2 - Taxa de variação dos núcleos familiares por freguesia do concelho de Odivelas (%), (2001-2011)	42
Gráfico 3.2.3 - Taxa de variação das famílias clássicas por freguesia, no concelho de Odivelas (%) (2001-2011)	43
Gráfico 3.2.4 - Percentagem de famílias clássicas segundo escalão etário dos seus elementos (elementos com mais de 65 anos e com menos de 15 anos), por freguesia do concelho de Odivelas, 2011	44
Gráfico 3.2.5 - Dimensão das famílias clássicas por freguesia, no concelho de Odivelas (valores absolutos), 2011	45
Gráfico 3.2.6 - População residente segundo condição perante o trabalho, por freguesia (%)	48
Gráfico 3.2.7 - Peso da população pensionista/reformada no total da população residente, 2011 (%).....	49
Gráfico 3.2.8 - População empregada segundo o setor de atividade, por freguesia (%), 2011	49
Gráfico 3.3.1 - Variação do número de edifícios por freguesia do concelho de Odivelas, (%), 1991, 2001, 2011	50
Gráfico 3.3.2 – Percentagem de edifícios segundo a época de construção, por freguesia do concelho de Odivelas, 2011	51
Gráfico 3.3.3 - Variação dos alojamentos por freguesia do concelho de Odivelas (%), 1991, 2001, 2011	52
Gráfico 3.3.4 – Percentagem de alojamentos vagos por freguesia do concelho de Odivelas, 2011	53
Gráfico 3.3.5 - Regime de utilização habitacional por freguesia do concelho de Odivelas (%), 2011	53
Gráfico 3.3.6 - Evolução da taxa de ocupação dos alojamentos por núcleos familiares nas freguesias do concelho de Odivelas, 2001-2011 (%).....	54
Gráfico 3.3.7 - Número médio de habitante por fogo, nas freguesias do concelho de Odivelas, 1991, 2001, 2011	55
Gráfico 4.2.1 – Percentagem da população residente masculina e feminina, no bairro .	64
Gráfico 4.2.2 - Género e idade da população residente no bairro, (%)	64
Gráfico 4.2.3 - População residente se detém família no bairro (%).....	65
Gráfico 4.2.4 - Famílias clássicas e sua estrutura etária, no bairro (%), 2011	66
Gráfico 4.2.5 - Distribuição das famílias segundo a dimensão, no bairro (%), 2011.....	67
Gráfico 4.2.6 - Núcleos familiares segundo a idade dos filhos, no bairro (%), 2011.....	67
Gráfico 4.2.7 - Idade da população residente no bairro e o grau de escolaridade (%)...	68
Gráfico 4.2.8 - População residente em idade ativa no bairro (%), 2011	69
Gráfico 4.2.9 - População residente do bairro em idade ativa (%).....	70

Gráfico 4.2.10 - Idade da população residente do bairro e a sua situação profissional (%)	70
Gráfico 4.2.11 - Estrutura da população ativa por setor de atividade, no bairro (%) , 2011	71
Gráfico 4.2.12 - População residente ativa do bairro e o seu local de trabalho (%)	72
Gráfico 4.2.13 – Modo de deslocação da população residente do bairro (%)	72
Gráfico 4.2.14 - Modo de deslocação da população residente no bairro por destino (%)	73
Gráfico 4.3.1 - Regime de ocupação habitacional no bairro (%) , 2011	74
Gráfico 4.3.2 - Época de construção do edificado no bairro (%) , 2011	74
Gráfico 4.3.3 - Volumetria do edificado do bairro sob número de pisos (%) , 2011	75
Gráfico 4.3.4 – Percentagem de edifícios clássicos residenciais e exclusivamente residenciais no bairro, 2011	76
Gráfico 4.4.1 - Representatividade de lojas ativas e devolutas no bairro (%)	79
Gráfico 4.4.2 - Representatividade da organização espacial do comércio e serviços, no bairro (%)	79
Gráfico 4.4.3 - Classificação dos estabelecimentos segundo o seu estado de conservação/imagem, no bairro (%)	84
Gráfico 4.4.4 - Dimensão de estabelecimentos, no bairro (%)	84
Gráfico 4.4.5 - Funcionários empregados nos serviços, por categoria de atividade, no bairro (%)	86
Gráfico 4.4.6 - Funcionários empregados no comércio, por categoria de atividade, no bairro (%)	86
Gráfico 4.4.7 - Estabelecimentos de serviços por categoria de atividade, no bairro (%)	87
Gráfico 4.4.8 - Estabelecimentos de comércio por categoria de atividade, no bairro (%)	88
Gráfico 4.4.9 - Locais de aquisição de bens de consumo por parte da população residente do bairro (%)	89
Gráfico 4.4.10 - Estabelecimentos de consumo utilizados pela população do bairro (%)	90
Gráfico 4.4.11 - Modo de deslocação da população residente do bairro para usufruir de bens de consumo (%)	91
Gráfico 4.6.1 – Ocupação dos tempos livres por parte da população residente do bairro (%)	97
Gráfico 4.6.2 - Modo de deslocação da população residente do bairro para prática de atividades nos seus tempos livres (%)	98
Gráfico 4.6.3 - Avaliação do bairro realizada pela população residente (%)	99
Gráfico 4.6.4 - Fatores de mudança no bairro segundo a população residente (%)	101

Índice de Tabelas

Tabela 3.2.1 - Percentagem da população jovem e idosa por freguesias, no concelho de Odivelas, 2001-2011.....	45
Tabela 3.2.2 - Índice de envelhecimento por freguesias, no concelho de Odivelas, 2001-2011	46
Tabela 3.2.3 – Índice de envelhecimento na AML	47
Tabela 4.2.1– Índice de envelhecimento no bairro	65
Tabela 4.4.1 - Nº médio de funcionários nos serviços e comércio do bairro por estabelecimento	85
Tabela 4.5.1 – Património cultural, associações culturais e recreativas e espaços públicos no bairro	93
Tabela 4.5.2 - Equipamentos de lazer, cultura e desporto no bairro	95
Tabela 5.1.1 - Pontos essenciais da análise SWOT	121

Parte I

Capítulo 1 - Introdução

1.1 - Justificação do tema e caso de estudo

O presente relatório de estágio encontra-se focado no tema da “Regeneração Urbana aplicada às Comunidades Sustentáveis”, circunscrito ao município de Odivelas, no qual se pretende fazer uma abordagem relativa a um bairro localizado na área central da freguesia de Odivelas.

O estágio de investigação tem como âmbito o Plano Local de Habitação do Concelho de Odivelas, desenvolvido na Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Odivelas (CMO). O coorientador do estágio foi o Arquiteto Luís Grave, sendo que este foi realizado no período entre 15 de janeiro 2015 até 15 de julho de 2015. Entre as tarefas realizadas no estágio contam-se: a organização e recolha de dados dos censos; realização de cálculos; gráficos e análise relativa ao concelho de Odivelas por freguesias; por seguinte a nível do bairro (área de estudo) o levantamento dos fogos devolutos, criação de um mapa representativo do mesmo e sua posterior análise; levantamento funcional do comércio e serviços, construção de mapas e gráficos, posterior análise. Ocorreu um prolongamento do mesmo para se realizar um inquérito à população residente, o tratamento desses dados e a análise com utilização de gráficos, elemento fundamental para a realização do diagnóstico da área de estudo e propostas, período de extensão que decorreu de 1 de Setembro de 2015 até 30 de Novembro de 2015.

A delimitação da área urbana em causa é marcada, a norte e nascente pela Rua Guilherme Gomes Fernandes, a sul pela Rua dos Bombeiros Voluntários, e a poente, pela Ribeira de Odivelas, sendo igualmente incluído o eixo da Avenida Dom Dinis.

Nesta área foi possível verificar a existência de algumas tendências de declínio urbano, sobre a qual se pretendem utilizar estratégias que conduzam à regeneração urbana da área afetada.

Por outro lado, a escolha do local para aprofundamento do tema em questão, além de se encontrar relacionado com os conteúdos funcionais da área académica em apreço, é igualmente justificada pelo facto de a sua realização ter sido possível na minha atual

área de residência, facto esse que me permitiu o acompanhamento mais próximo da evolução deste município.

Deste modo, foi possível a observação “in loco” do declínio de algumas áreas funcionais da economia local, a qual conduziu conseqüentemente, a semelhante fenómeno nos setores de comércio e serviços. Entre outras das ameaças detetadas poder-se-ão elencar:

- a) O envelhecimento generalizado da população residente;
- b) A carência de espaços públicos e áreas de lazer.

Contudo importa destacar a grande diversidade de usos (habitação, serviços e comércio) verificada, a qual se julga ser uma mais valia num futuro próximo caso seja bem utilizada.

De um modo geral, as áreas centrais das cidades sofreram um processo de envelhecimento demográfico simultaneamente com um declínio da sua atividade económica e serviços prestados, conduzindo a processos de degradação física do edificado. Enquanto as áreas com património histórico, após processos de reabilitação ou de regeneração, se transformam em centros de serviços valorizados, as áreas centrais das cidades localizadas em municípios suburbanos, tal como Odivelas, sendo menos ricas do ponto de vista patrimonial e não vendo desenvolvida uma terciarização qualificada, acabam sendo particularmente afetadas por um processo de envelhecimento populacional e de declínio dessas mesmas.

Para implementação do processo de regeneração urbana nestas áreas julga-se de todo adequado fomentar a dinamização social e o rejuvenescimento da população residente por um lado, e a dinamização e requalificação do comércio e serviços, bem como a requalificação ambiental do espaço público, por outro.

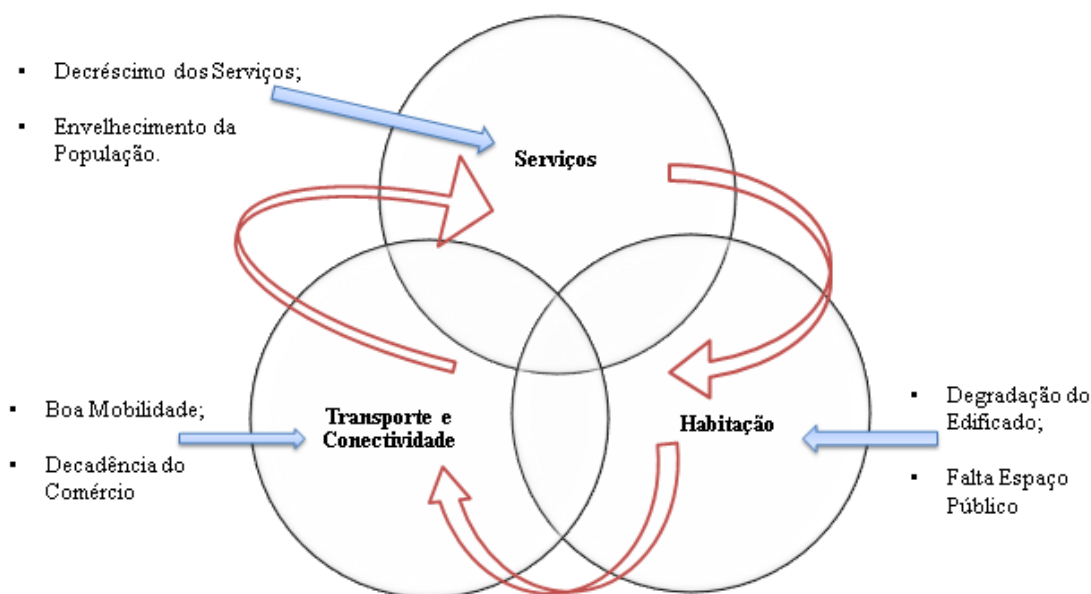
Os tópicos de base e suporte para o caso de estudo servem para alcançar um processo de regeneração urbana no bairro escolhido, estando este localizado na freguesia de Odivelas, mais concretamente na área central da mesma, área que serve como ponto de interligação com Lisboa.

Para se alcançar este processo, primeiramente é necessário perceber-se teoricamente o conceito de cidade, depois o de bairro, por seguinte o conceito de sustentabilidade e

desenvolvimento sustentável, bem como os de comunidade sustentável, regeneração urbana, novo urbanismo e urbanismo sustentável.

A questão de partida aplicada ao caso de estudo é a seguinte: “Como utilizar um processo de regeneração urbana com vista a criar uma comunidade sustentável numa área urbana em processo de declínio tomando como exemplo o caso da área central em torno da Av. D. Dinis, na freguesia de Odivelas?”

Figura 1.1.1 - Modelo de análise



Fonte: Elaboração Própria, Adaptado do Modelo “A Roda de Egan” (2004)

Tal como representado na figura 1.1.1 o enquadramento concetual deste projeto é baseado no modelo de Egan (2004) para as comunidades sustentáveis, sendo que se privilegia 3 das dimensões, apesar de que ao longo do relatório vai-se retratar os 7 domínios:

- Serviços (relacionando-se decréscimo dos serviços e envelhecimento da população);
- Habitação (destacando-se a degradação do edificado e do espaço público);
- Transporte e Conectividade (Centrado na mobilidade e decadência do comércio).

1.2 - Objetivos e metodologia geral

O trabalho desenvolvido contribui para o Plano Local de Habitação do Concelho de Odivelas. Como referido, pretende-se diagnosticar e definir tópicos de base para uma atuação regeneradora de uma área urbana em provável declínio sócio urbanístico, tendo como caso de estudo uma parte da área central consolidada de Odivelas.

Quanto aos objetivos principais, o primeiro será identificar os fatores de declínio da área central de Odivelas, por conseguinte compreender as dinâmicas quotidianas da população residente na área central e, por fim, elaborar um conjunto de propostas de intervenção com vista a regeneração urbana da área central de Odivelas enquadrada pelos princípios de planeamento defendidos na construção de comunidades sustentáveis.

Os objetivos são:

- Conhecer a estrutura demográfica e socioeconómica da população residente;
- Perceber a estrutura e o estado da oferta de equipamentos/serviços de utilização coletiva na área de estudo;
- Compreender as dinâmicas quotidianas da população residente e o seu relacionamento com os espaços e as funções coletivas, na área em estudo e com a envolvente próxima e alargada;
- Identificar os fatores de declínio da área central de Odivelas;
- Tipificar um conjunto de medidas de intervenção com vista à regeneração urbana da área central de Odivelas enquadradas pelos princípios de planeamento defendidos na construção de comunidades sustentáveis.

O presente documento estrutura-se em duas partes. Na parte I (capítulo 1 e 2) desenvolve-se a componente teórica, enquanto na parte II se alcança a componente empírica (capítulos 3, 4 e 5 e considerações finais).

O primeiro capítulo corresponde à presente introdução, apresentando-se aqui os objetivos e a estrutura do documento.

O segundo capítulo intitulado “ dos Conceitos às Políticas com vista à Construção das Comunidades Locais Sustentáveis”, baseia-se na pesquisa bibliográfica, onde se faz uma evolução dos movimentos e conceitos de urbanismo, ao longo dos vários anos. Por

seguinte retrata-se o quadro estratégico das políticas de referência, bem como as políticas nacionais e europeias relacionadas com o tema. Por último, é feita uma proposta de síntese teórica aplicável ao caso de estudo, tendo por base as leituras e casos de estudos efetuados noutros bairros com sucesso, com o propósito de se construir um teor prático concebível para o bairro localizado na área central de Odivelas.

A parte II inicia-se com o capítulo três. Neste, é feita uma caracterização do concelho de Odivelas: enquadramento territorial e o seu contexto do ponto de vista urbanístico, uma caracterização demográfica e socioeconómica do concelho, bem como as tendências atuais de alojamento, dados apresentados em comparação com a sub-região da Grande Lisboa e desagregados por freguesias (sem a utilização da união das freguesias). Tal análise terá por base a aplicação de gráficos e tabelas descritivas acerca dos vários cálculos efetuados tendo por base os censos do INE, decorridos nos anos de 1991, 2001 e 2011.

No capítulo quatro, é feita uma caracterização do bairro escolhido como caso de estudo, a nível estatístico, com base na BGRI (Base Geográfica de Referenciação de Informação) 2011 e nos indicadores disponíveis e nos censos do INE do ano 2011, com vista a elaboração de uma caracterização demográfica, socioeconómica, e do parque habitacional. Ainda nesse capítulo desenvolve-se uma caracterização do comércio e serviços, dos equipamentos e espaços de utilização coletiva, bem como uma caracterização das dinâmicas locais de sociabilidade, as condições de mobilidade e transporte, e também a questão ambiental. Para tal foi realizado um levantamento de fogos vagos, bem como um levantamento funcional e mapas descritivos sobre os mesmos. Por fim, neste 4º capítulo, são feitos inquéritos à população residente, de forma a sustentar e explicar esta abordagem no bairro.

O capítulo cinco é baseado na análise do capítulo anterior. O mesmo é específico ao bairro, onde se fará uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) com base no estudo e apuramento feito anteriormente e tendo uma visão orientada pelas teorias do Novo Urbanismo e da Regeneração Urbana. Posteriormente serão feitas algumas propostas para o bairro e, por fim, são retiradas as conclusões finais do caso de estudo, enquadrado pelos princípios de planeamento defendido na construção de comunidades sustentáveis.

1.3 - Descrição das metodologias e técnicas de análise

Relativamente à metodologia da abordagem no âmbito teórico, a nível do segundo capítulo, desenvolvem-se leituras de bibliografia que permitem discutir conceitos fundamentais em torno da regeneração bem como das políticas, nomeadamente recorrendo ao conceito de comunidade sustentável. E ainda leituras ou estudos sobre casos de requalificação do comércio local e do espaço público de lazer.

Em termos metodológicos, e no que concerne à componente prática, tem como base o instrumento de gestão territorial, o Plano Diretor Municipal e estudos realizados pela Câmara Municipal de Odivelas. Tem ainda em conta uma vasta recolha e tratamento de informação estatística para as freguesias do concelho e para o caso de estudo (domínios: demográfico, socioeconómico e habitacional), etapas desenvolvidas no contexto do estágio realizado.

No que toca à caracterização demográfica e socioeconómica das freguesias, esta é baseada nos censos do Instituto Nacional de Estatística (INE) decorridos nos anos de 1991, 2001 e 2011. Relativamente à caracterização das tendências atuais dos alojamentos, é feita uma descrição das mesmas, com base nos vários indicadores, extraídos dos censos de 1991, 2001, 2011, através do INE. São ainda efetuados cálculos para perceber a variação do edificado e dos alojamentos, bem como as taxas de ocupação e índices de ocupação por fogo, entre outros.

No que diz respeito ao bairro, é feita uma caracterização, descrevendo primeiramente uma breve história da sua origem, mais especificamente, como surge a construção da área urbana e a sua composição em termos de estrutura física urbana, com base em documentos e estudos feitos pela autarquia. Para proceder à cartografia do bairro estudado, foi definindo um polígono da área de intervenção, com base na BGRI 2011, a nível dos códigos da subsecção, com base na secção da freguesia de Odivelas. Por seguinte, desenvolve-se para o bairro uma caracterização demográfica e socioeconómica, com base nos censos de 2011, extraídos do INE, retirados da base de dados da BGRI 2011, essa caracterização demográfica e socioeconómica é feita através de indicadores de população, famílias, emprego, pensionistas, entre outros, com representação gráfica. A caracterização do parque habitacional e da dinâmica local de alojamento, considera os alojamentos, tanto a nível da taxa de ocupação e índices, como outros indicadores.

Ainda no bairro é elaborado um levantamento funcional com tratamento cartográfico dos alojamentos vagos, do comércio e serviços existentes. Assim, é elaborada uma tabela de suporte dos alojamentos vagos, onde consta cada um dos grupos pertencentes às várias ruas diagnosticadas com alojamentos vagos.

No que toca ao comércio e serviços primeiramente é feito um levantamento funcional de forma a identificar o comércio e serviços existentes no bairro, sendo que se consideram 3 localizações/tipos de territórios: as ruas do bairro onde se localiza o comércio tradicional, o mercado municipal e o centro comercial (“Oceano”).

Assim sendo, irá se efetuar a análise do comércio e serviços através da representação de gráficos e de dois mapas, um relativo ao comércio e outro aos serviços.

A análise do bairro inclui ainda o levantamento dos espaços verdes, as áreas de lazer e os equipamentos que a população tem para utilização no bairro.

Por fim, a análise do bairro considera ainda a elaboração de um inquérito à população residente na área estudo de forma a proceder à caracterização das suas dinâmicas locais de sociabilidade e o seu relacionamento com os espaços e as funções coletivas, tendo com intuito a perceção do funcionamento da comunidade. Nesse inquérito também se analisam os locais de consumo da população e as deslocações que fazem no município. O inquérito inclui ainda questões relativas aos desejos e necessidades da população em relação ao bairro.

Complementarmente desenvolve-se uma caracterização das condições de mobilidade e transporte no bairro recorrendo a estudos realizados pela Câmara Municipal de Odivelas. Desta feita, faz-se uma análise e um mapa da rede de transportes do bairro, de forma a verificar se existe uma diversidade a nível de transporte público para utilização da população.

A nível da questão ambiental, esta é feita através de diagnósticos/estudos já realizados pela Câmara Municipal de Odivelas, sobre a qualidade do ar, níveis de ruído junto ao bairro e a recolha de resíduos sólidos.

O presente estudo enquadrado no estágio realizado na CMO, concluí com uma abordagem prospetiva que, tendo por base uma análise SWOT propõe um conjunto de medidas de intervenção com vista à regeneração urbana da área central de Odivelas,

enquadradas pelos princípios defendidos pelas teorias do planeamento e desenvolvimento de comunidades sustentáveis.

Capítulo 2 - Dos conceitos às políticas com vista à construção das comunidades locais sustentáveis

O capítulo 2 é relativo aos conceitos e às políticas com vista à construção das comunidades locais sustentáveis. Assim, este capítulo estrutura-se em três partes. No subcapítulo 2.1, procura mostrar-se uma breve evolução dos movimentos e conceitos no domínio do urbanismo no século XX e XXI. Posteriormente, no subcapítulo 2.2, apresenta-se uma síntese do quadro estratégico das políticas de referência desde o último século até aos dias de hoje. No subcapítulo 2.3, é feita uma proposta de síntese na sequência do que foi referido nas secções antecedentes, para uma melhor explicação do caso de estudo.

2.1 - Evolução dos movimentos e conceitos no domínio do urbanismo

Na presente alínea procura-se descrever de forma sucinta a história da evolução dos movimentos e conceitos de urbanismo relacionados com a perspectiva das comunidades locais sustentáveis.

Na Europa, a partir da 1.^a metade do século XX, o planeamento teve a sua influência intensificada, devido a terem sido criadas várias leis nacionais e locais, sendo que estas tiveram cada vez mais em vista um novo desenvolvimento. Também nos Estados Unidos, o planeamento local iniciou-se nos anos 20, na cidade de Nova Iorque, através da criação da lei do zonamento, porém essa lei não teve o impacto desejado, devido à Grande Depressão (1930), obrigando o governo federal a intervir nos processos de habitação e usos do solo (Fainstein, 2015).

Nos anos 30 do século XX, Louis Wirth, introduziu o conceito de Urbanismo, associando-o à vivência numa dada área urbana. Wirth encontrava-se preocupado com os problemas sociais urbanos que tinha vindo a observar ao longo do tempo. Para este autor, o urbanismo incluía 3 componentes: a dimensão, a densidade e a heterogeneidade da população. Através desta visão, o urbanismo e o processo de urbanização começaram a ser colocados em áreas diferenciadas da economia política, devido à sua categoria espacial, que contém influências próprias e ambientais nos indivíduos (Fainstein, 2015).

Henry Lefebvre, por ter defendido a inclusão da política nas especificidades do urbanismo, tornou-se então uma figura importante neste movimento. Segundo Soja (2000, citado por Fainstein, 2015), Lefebvre veio inserir novas perspectivas na política e na questão do espaço urbano, mas também na geo-história do capitalismo e do modernismo. O contributo mais importante de Lefebvre foi o acrescento da dimensão espacial à análise dos fenómenos urbanos, em que anteriormente estes estavam ligados ao materialismo histórico, às relações e processos sociais.

Soja (2001, citado por Fainstein, 2015) refere que a globalização do capital, trabalho e cultura é a essência das cidades, ligando o local com eventos globais e vice-versa, conduzindo estas ligações à difusão do urbanismo e da urbanização em todo o mundo.

A globalização veio criar cidades mais heterógenas, e esta diversidade e o multiculturalismo são marcas do urbanismo pós-moderno. As megacidades articulam e ligam processos e funções à escala global, afetando centenas de milhões de pessoas, ligando redes de informação para a concentração do poder (Borja e Castells, 1997 citado por Fainstein, 2015).

Relph (1987, citado por Fainstein, 2015) refere que no planeamento pós-moderno o foco vai para qualidade visual deixando de parte os problemas sociais urgentes. Assim sendo, é o desenho urbano que ganha destaque, dando-se então mais atenção ao panorama da cidade e fazendo uma coerência com esta, englobando as áreas históricas, a forma dos arruamentos e a relação entre os novos edifícios e os antigos.

Katz (1994, citado por Fainstein, 2015) refere que existe uma falta de sentido do lugar e que a crescente expansão dos subúrbios é feita sem alma, dando lugar a cidades fragmentadas com centros em colapso.

Após a 2.^a Guerra Mundial, os países que por ela ficaram devastados, viram como necessidade principal a reconstrução integral dos centros urbanos, deixando de lado a preocupação com a recuperação do património.

Em Portugal, isso não aconteceu, porque não houve nenhuma devastação física mas devido à conjuntura política que existia no país, a questão da Regeneração Urbana, só veio a ser retratada, no período pós 25 de Abril, num quadro da mudança sociopolítica que ocorreu a nível nacional, enquanto a nível internacional existiu uma crise económica (choque petrolífero). Dentro deste contexto histórico, era discutido o modelo

de cidade que se assentava na expansão urbana e na necessidade de impedir as graves consequências deste modelo (Carvalho, 2008).

Segundo Carvalho (2008), o desordenamento, os problemas ambientais, a desertificação dos centros urbanos, a descaraterização das periferias e a densidade saturada das áreas de forte atividade económica, são uma realidade. É fundamental que haja um enfoque maior nas cidades e nas políticas que dão origem à construção das mesmas, sob possível consequência, que nos próximos anos haja uma decadência geral nos centros urbanos. Deve-se deixar de ver a cidade como um território onde se verificam problemas variados, e que estes são considerados o grau de interação entre outros problemas, sendo neste sentido que surge o conceito de regeneração urbana.

O conceito de Regeneração Urbana significa um conjunto de intervenções sócio urbanísticas em áreas urbanas, onde se verifica a existência de degradação do edificado, mas também do espaço público, oriundo da insuficiência de equipamentos sociais fundamentais e de processos crescentes de exclusão social (Carvalho, 2008).

“A Regeneração no contexto económico refere-se a quando se utiliza um projeto de regeneração deste cariz, para o fortalecimento da economia local, de forma a gerar riqueza, combatendo assim o desemprego e promovendo a criação de emprego. Esta forma de regeneração tem a intenção de mudar o comportamento da população, incentivando e apoiando a mesma, de forma a tornar-se mais empreendedora” (Departament for Social Development, 2013:5). Considera-se ainda que “a Regeneração no contexto social consiste numa aposta na melhoria das condições para as comunidades e respetivos bairros com base na criação de lugares mais seguros, bem como o aperfeiçoamento da coordenação entre os serviços públicos” (Departament for Social Development, 2013:5). Quanto à Regeneração “física”, esta consiste na melhoria nas estruturas do edificado e do espaço público de forma a criar lugares mais atraentes esteticamente, seguros e sustentáveis para se viver, trabalhar e visitar” (Departament for Social Development, 2013:5).

Mas, outro conceito que surge relacionado com a regeneração urbana e os objetivos desta é o Desenvolvimento Sustentável. As cidades ao longo da história foram lugares com vários problemas, entre eles a sobrepopulação, a questão da saúde e da poluição, só que nos dias de hoje esses problemas tem aumentado, e isso tem-se notado na qualidade de vida das pessoas.

A sustentabilidade só poderá ser obtida através de um desenvolvimento sustentável, sendo este “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (Bruntland Report, 1987, citado por Fumega 2009:60-61).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi essencial para afirmação deste conceito. A medida mais importante tomada nesta conferência foi a criação da Agenda 21 local. A Agenda 21 local, fez com que os problemas regionais e urbanos fossem retratados e os governos recomendados a descentralizarem as tomadas de decisão relacionadas com assuntos mais vocacionados para o nível local (Haughton and Hunter, 1996:7 citados por Fumega, 2009). A participação da comunidade é de extrema importância para a Agenda 21 e esta é apoiada em todas as fases, assim como é imprescindível uma abordagem multidisciplinar unida com a sustentabilidade.

Através do planeamento urbano comunitário é que se consegue alcançar o Desenvolvimento Sustentável, tendo como intuito a construção de novas habitações e espaços comerciais dentro de áreas urbanas já existentes e que requerem menos investimento em infraestruturas rodoviárias. A relação entre o crescimento habitacional e o crescimento de postos de trabalho desenvolve, o sentimento de comunidade em si, que para além do espaço exclusivamente dormitório, faz com que os residentes desse local tenham um percurso menor para se dirigir aos serviços e comércio, reduzindo a utilização do automóvel e da poluição associada a este uso (ABAG, 2004 citado por Fumega, 2009).

Segundo Fumega (2009:62), “a Carta de Aalborg constituiu um documento vital para que o conceito de sustentabilidade urbana se afirmasse. Esta foi criada numa conferência europeia com o mesmo nome em 1994, servindo de documento orientador para a campanha aí lançada: *Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (CECVS)*. Em 1996, em Lisboa, realizou-se a segunda conferência europeia, tendo em vista a operacionalização deste conceito, tendo-se aprovado o documento *Plano de Ação de Lisboa: da Carta à Ação*. Já em 2000, em Hanôver, aprovou-se a Declaração de Hanôver, cujo objetivo era o de reforçar a importância das autoridades locais na promoção do desenvolvimento sustentável”.

Os autores Haughton e Hunter (1994:200 citados por Fumega, 2009) identificam os princípios do desenvolvimento urbano sustentável, através de três grandes tipos: ecológicos, socioeconômicos e de gestão.

No que diz respeito aos princípios ecológicos, estes são: a aplicação de estudos de impacto ambiental em todos os projetos de grande importância; devendo ter em conta os impactos em todas as escalas, local, regional e nacional; minimizar os resíduos, maximizando a reciclagem dos materiais, construindo de forma mais duradoura.

Já os socioeconômicos, estes passam pela criação de novos indicadores para a riqueza econômica e ambiental, que relativiza o PIB como indicador primário de riqueza, uma vez que ignora os *stocks* de capital ambiental; deve-se garantir a aceitação social das políticas ambientais; devendo existir uma participação pública alargada assente em formulação estratégica, implementação de políticas e gestão de projetos.

Por fim, quando se fala dos princípios de gestão, estes passam pela subsidiariedade, no qual os governos locais devem ter uma capacidade de ação reforçada; a flexibilidade na implementação de regimes de políticas ambientais, usando vários instrumentos que permitam uma maior maleabilidade para conseguir atingir as necessidades a nível local; devendo ter estratégias de longo prazo necessárias para a gestão ambiental, numa visão assente na melhoria da qualidade de vida (Haughton e Hunter 1994:225 citados por Fumega, 2009).

Farr (2008:49 citado por Louro, 2011) identifica mais dois fatores, além daqueles que já tinham sido referidos pelos enunciados no parágrafo anterior, sendo esses: as infraestruturas de alta performance e o desenho urbano integrado, tendo estes como objetivo tornar as infraestruturas mais sustentáveis ao nível do desenho e manutenção, numa perspetiva de análise de ciclo de vida.

Relativamente às infraestruturas de alta performance, estas detêm várias características, em que se destacam: primeiramente tem a ver com as preocupações do movimento Smarth Growth; por conseguinte, as intenções do movimento do novo urbanismo têm como intuito um desenho de infraestruturas mais humanizado, mas também direcionado para as necessidades do peão; e por fim, o movimento dos edifícios verdes (green buildings) em que este tem a atenção virada para a disponibilização de eficiências verdes de consumo. O grande objetivo é conseguir que estas infraestruturas sejam

sustentáveis tanto ao nível do desenho, como da manutenção, através de uma perspectiva de análise de ciclo de vida (Louro, 2011).

Segundo Fumega (2009:67), o desenho urbano “ (...) significa sobretudo o contributo que cada disciplina pode dar para o *design* de um edifício para que este tenha o menor impacto possível no meio envolvente”. Fumega, (2009:67) refere ainda que “para isto, é necessário uma interligação entre o edifício e a rua ou o bairro, que assim fomentará uma maior eficiência em termos de consumo dos recursos. Para estes sistemas se interrelacionarem é preciso existir várias pessoas a habitarem a área de análise, mas também tem que existir uma rede de transportes públicos e um *mix* de usos. Como exemplos para estes sistemas funcionarem entre si, estão: uma maior eficácia a nível dos transportes públicos, um efeito derivado dos edifícios multifamiliares, bem como a eficiência dos sistemas de aquecimento e arrefecimento”.

Para Farr (2008:28 citado por Fumega, 2009), os movimentos do Novo Urbanismo e o Smarth Growth, surgem através de ideais filosóficos e empíricos para o conceito de Sustentabilidade Urbana. O movimento Smart Growth originou-se na agenda ambiental, que foi presidida pelo presidente Richard Nixon em 1970. Assim sendo, nesta altura, os estados tiveram maior poder de intervenção no planeamento e, com isto, deu origem ao surgimento de iniciativas importantes. Quanto à política empregue, esta apoiava pequenos projetos que tinham pouca divulgação e isto levou a uma fraca afirmação deste conceito, devido ao fraco entendimento dos seus princípios (Fumega, 2009).

Relativamente aos dois movimentos anteriormente referidos, focamo-nos mais no do ‘Novo Urbanismo’, porque os princípios subjacentes ao mesmo influenciaram todos os movimentos posteriores.

O Novo Urbanismo surgiu a seguir aos anos 90, tendo como foco as ruas e a arquitetura cívica como espaços de sociabilidade, rejeitando a conceção fragmentada do urbanismo pós-moderno. Assim sendo, existe uma tentativa de transformar as grandes cidades, em conjunto de vilas urbanas interligadas, onde a população possa socializar entre si de uma forma cívica e urbana. O Novo Urbanismo acaba por construir uma imagem de comunidade, bem como uma retórica de orgulho e consciência cívica, tendo por base o sentido de lugar (Fainstein, 2015).

O Novo Urbanismo pode ser visto como a reestruturação contemporânea das escalas espaciais, acabando por ser responsável pelo início de um novo regime urbano, gerando reestruturações profundas entre a produção económica, bem como na reprodução social e na governação política. Sendo o planeamento o principal regulador da urbanização, bem como a arquitetura, houve uma separação a nível das origens sociais entre estes. O planeamento passou a ser visto como um impedimento do funcionamento das forças de mercado, devido as corporações de desenvolvimento e às *enterprise zones*, (Hall, 1999 citado por Fainstein, 2015), assim o sistema de planeamento tornou-se um mecanismo para facilitar, e não regular, o desenvolvimento urbano e económico.

Na continuidade dos movimentos urbanísticos considerado, surge o urbanismo sustentável.

Farr (2008:42 citado por Fumega, 2009: 62) definiu Urbanismo Sustentável como um “ (...) urbanismo apoiado no peão e transporte público integrado com edifícios e infraestruturas de elevada performance. Compacidade (densidade) e biophilía (acesso humano à natureza) são valores centrais da Sustentabilidade Urbana”.

Para este conceito é importante definir a unidade espacial que melhor o caracteriza, neste caso, o bairro, bastante associado ao conceito de comunidade, sendo ambos indissociáveis.

“O conceito de *integração* está relacionado com a utilização diária e futura dos bairros, inclusive a capacidade dos mesmos para assegurar a continuação da qualidade de vida. A ideia por detrás deste conceito é a de que a pessoa que tivesse que realizar diversas atividades durante o dia, o pudesse fazer unicamente a pé, caso opta-se por isso” (Fumega, 2009:64).

“O conceito de *ligação* (conectividade) está sobretudo relacionado com as acessibilidades e os transportes, nomeadamente na articulação entre infraestruturas de transporte e uso dos solos. Relativamente à circulação interna, é essencial que no bairro não existam barreiras às pessoas com dificuldades de locomoção. A nível externo ganha dimensão o conceito de corredores sustentáveis, que farão a ligação entre o bairro e a freguesia e entre a freguesia e o concelho. O desafio prende-se à integração das diferentes densidades urbanas com os vários tipos de transporte para tirar o máximo proveito dos fatores populacionais e tipo de transporte” (Fumega, 2009:64).

Por último, o conceito estruturante do urbanismo sustentável: “a biofilia, isto é, a interdependência entre o meio natural e o ser humano. O objetivo é de reintroduzir a natureza na cidade promovendo a criação de mais locais de sombra, reduzindo a temperatura da ilha de calor urbano e promover os passeios e prática de desporto. Sendo assim, um dos aspetos principais no urbanismo sustentável é a criação de um desenho de cidade de acordo com os fluxos de recursos naturais, levando assim a propiciar uma maior interação entre o ser humano e a natureza” (Fumega, 2009:65).

Atualmente, muitos centros de cidades estão a sofrer uma revitalização profunda, devido ao facto que estes voltam a ser rentáveis e valiosos (Smith, 1996:6 citado por Fainstein, 2015). Os desenvolvimentos que existiram em áreas do centro das cidades que estavam em declínio, demonstram que houve uma re-imaginação dos centros urbanos, fazendo então uma junção entre a reabilitação física e os processos de animação cultural, fazendo com que se valorize o património e a história local. Por outro lado, a urbanização dos subúrbios considera-se como uma outra parte integrante da transição urbana, sendo que Garreau (1991, citado por Fainstein, 2015) caracteriza-as como cidades da margem e que estas se tornaram nos novos centros da população.

Com isto, pretende-se então um processo de intervenção territorial, sendo este de carácter social e político, e que atinja uma maior qualidade urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção urbana, para que simultaneamente haja um melhor equilíbrio no uso e ocupação de espaços e na capacidade criativa e de inovação dos agentes implicados neste processo (Fainstein, 2015).

Deveria existir uma menor tendência dos fluxos em direção aos subúrbios, porque nestes há falta de espaço para haver uma expansão, mas também porque a população, essencialmente os jovens, procuram cada vez mais estilos de vida urbanos, que estejam relacionados com a cultura e o desporto, sendo assim os subúrbios não conseguem dar resposta a estas situações. É ainda um processo lento para afirmação deste conceito, pelo facto de ser difícil mudar as mentalidades, demonstrando desta forma o longo caminho que o conceito de desenvolvimento sustentável teve para se afirmar de uma forma explícita como um ponto-chave das políticas dos governos (Fumega, 2009).

Sendo assim, Farr (2008:53 citado por Fumega, 2009) identificou três grandes desafios para a implementação do urbanismo sustentável.

O primeiro é a “criação de um mercado para o Urbanismo Sustentável, que para ser criado precisa de uma ideia coerente relativamente ao produto que é oferecido, às soluções que poderá implementar, como também de um público-alvo que tenha as necessidades ou que reconheça as suas necessidades. No último ponto, já se têm feitos progressos, devido à nova dimensão dos problemas das alterações climáticas, devido à escassez dos recursos energéticos não renováveis, que têm conduzido a uma importante mudança nas mentalidades e na procura por parte dos governos e dos poderes locais na procura de soluções de integração do urbanismo com o ambiente” (Fumega, 2009:85).

O segundo desafio é “desmantelar uma série de dogmas que têm sido prática, assentes em princípios que hoje em dia se encontram desajustados da realidade. Estes princípios tomam a forma de uma série de regulamentos, subsídios e padrões, que têm mantido a lógica suburbana e de consumo insustentável. As soluções para mudar esta tendência podem ser como exemplo, o caso da parceria entre o Congresso do Novo Urbanismo e o Instituto dos Engenheiros de Tráfego dos Estados Unidos, no qual produziram um manual com padrões de desenho de infraestruturas de transporte, apoiado na ideia da via desenhada para o peão e que é adotado aquando da construção de algumas vias. Muitas das barreiras que existem para a implementação do urbanismo sustentável resultam da falta de integração das diferentes legislações existentes, sendo que é a partir deste campo que podem surgir novas iniciativas” (Fumega, 2009:85-86).

O terceiro e último desafio é “a implementação de uma política a nível nacional de urbanismo sustentável. Têm existido iniciativas, mas a título pontual, como por exemplo, melhores luzes, carros com menor consumo, mas não são suficientes. A realidade das alterações climáticas é uma realidade e têm que ser tomadas ações estruturais. Sendo importantes os avanços tecnológicos, não só ao nível de produção de energia, como também de mobilidade (carros elétricos), é no ambiente construído que se têm que processar as principais alterações” (Fumega, 2009: 86).

Por fim, no que toca ao conceito de Comunidade Sustentável, Egan refere, “Sustainable communities meet the diverse needs of existing and future residents, their children and other users, contribute to a high quality of life and provide opportunity and choice. They achieve this in ways that make effective use of natural resources, enhance the environment, promote social cohesion and inclusion and strengthen economic prosperity” (Egan, 2004: 18).

De forma a entender o conceito de comunidade sustentável, temos de compreender o conceito de capital comunitário. Quanto ao capital comunitário a respeito do desenvolvimento sustentável, primeiro tem que ser visto com um bem ou capital que é criado, mas que este simultaneamente consome tempo e esforço tanto em atividades de transformação, bem como de transação. Assim sendo, o capital comunitário divide-se nas seguintes partes, primeiro em capital natural, depois físico, por conseguinte económico, humano e social, por fim o cultural (Fumega, 2009).

O capital natural são os bens naturais existentes que no futuro são imprescindíveis, pois estes conduzem a um fluxo de bens e serviços. Assim sendo, estes dividem-se em recursos naturais não renováveis, pois existe uma capacidade limitada dos sistemas naturais se produzirem, que são os recursos renováveis, enquanto existe outra capacidade dos sistemas naturais em absorver as emissões e seus poluentes sem estes deterem se efeitos secundários (Fumega, 2009). O capital físico são os recursos materiais, no que se relaciona com os equipamentos, edifícios, bem como outro género de infraestruturas que são utilizadas para produzirem rendimento (Fumega, 2009).

O capital económico é a forma como as pessoas decidem sobre a sua vida a nível material, bem como os recursos são movidos. Assim sendo, o capital económico serve para se usar da melhor forma, e em menores quantidades, de forma a se maximizar os recursos. O capital humano já é relacionado com a educação, saúde, com as capacidades, com a liderança, e o saber, mas também com o acesso aos serviços, mas neste caso é necessário gerir de forma constante através dos investimentos, sendo que estes se caracterizam em forma de tempo dispensado ao longo da vida. O capital cultural tem a ver com a transmissão de experiências vividas através dos costumes, tradições, valores, heranças, da história e até mesmo da própria identidade, sendo que este está intimamente relacionado com o capital social (Fumega, 2009).

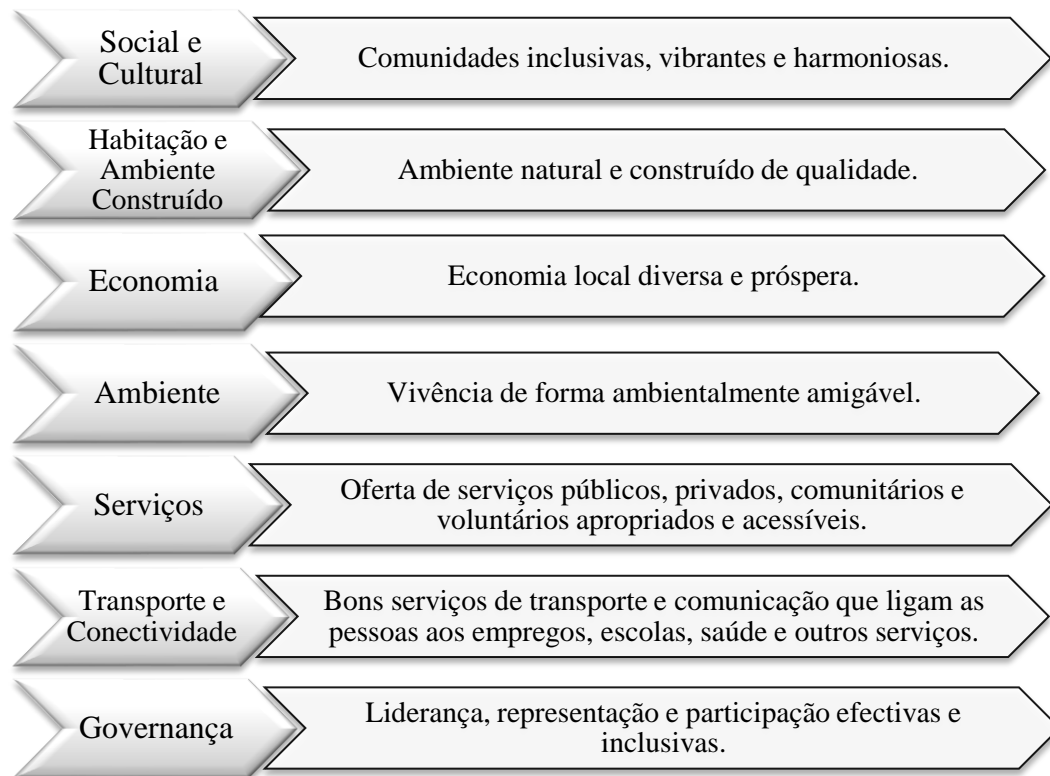
É importante explorar o futuro das comunidades sustentáveis e do capital social de forma a criar uma comunidade de bairro. O facto de existir população envelhecida com uma ligação profunda ao bairro, deve fomentar ainda a capacidade de atrair novos residentes, assim sendo este *mix* social e geracional é uma referência na dinâmica do bairro, mas que demonstra a importância do capital social e a relação para a sustentabilidade urbana (Fumega, 2009).

É importante empregar as comunidades sustentáveis à escala do bairro, principalmente para a reabilitação das áreas centrais e envelhecidas das cidades, não sendo exclusivo as aglomerações principais, mas também as áreas periféricas, cujos centros urbanos têm vindo à sofrer um processo de declínio urbano, para que se consiga um modelo de desenvolvimento urbano mais sustentável. Quanto a forma urbana das áreas centrais das cidades, estas estão intimamente associadas à recuperação do comércio e serviços, bem como dos equipamentos, edificado e das infraestruturas, desta forma ocorre uma cooperação para se poder revitalizar as áreas centrais, tanto socialmente como demograficamente, sendo estes pontos essências para o conceito de comunidades sustentáveis (Fumega, 2009).

Segundo Egan no relatório *The Egan Review: Skills for Sustainable Communities* (2004), existem sete componentes que descrevem o conceito de comunidades sustentáveis, estando estas interligadas umas às outras: governança, transportes e conectividade, serviços, ambiente, economia, habitação e ambiente construído, bem como sociedade e cultura. A Homes and Communities Academy, na sua publicação *Making Places: creating sustainable communities*¹ adiciona a equidade às componentes de Egan já referenciadas.

¹A teachers guide to sustainable communities (in Geographical Association, www.geography.org.uk/projects/buildingsustainablecommunities, Julho 2009, citado por Fumega, 2009:93).

Figura 2.1.1 - Componentes das comunidades sustentáveis, segundo Egan:



Fonte: Adaptado de Louro, Marques da Costa, Silva, 2011:322

Destacamos três das componentes ligadas a este trabalho, sendo essas:

A *componente sociocultural*. A comunidade deve ter como objetivo ser justa, tolerante e coesa detendo assim uma cultura local forte e atividades comunitárias partilhadas, não esquecendo que esta deve contribuir de forma ativa, inclusiva e segura. Neste caso é importante a ver um sentido de pertença e identidade à comunidade. É fundamental existirem locais para que as pessoas que integram a comunidade possam interagir umas com as outras, fazendo com que haja respeito uns pelos outros, mas também criarem relações de confiança e assim se possa reforçar o sentido de comunidade. Assim, estes locais tem uma importância de cariz económico, porque servem como polos informais tanto para os serviços, bem como para o empreendedorismo e o emprego (Marques da Costa; Fumega; Louro, 2012).

A componente de *serviços e equipamentos* refere-se a uma comunidade que deve ser servida de serviços públicos e privados, sendo que estes devem responder às necessidades da população e devem simultaneamente serem acessíveis. Dentro desta

lógica ligada ao bairro e a sustentabilidade, deve existir um centro de comércio e serviços que seja ligado as áreas residenciais e comerciais. No que retrata a vertente económica do bairro, deve ter uma forte presença de serviços, devendo este relacionar-se com o comércio de bairro, de forma a dar apoio ao comércio local, e assim atrair população e manter a existente, de forma a melhorar a qualidade de vida no bairro e da comunidade (Marques da Costa; Fumega; Louro, 2012).

No que respeita aos *transportes e conectividade*, esta é uma componente que deve garantir que exista uma boa ligação entre os diversos bairros e as estruturas urbanas inferiores e superiores. Para que esta situação seja possível, tem que existir uma boa rede de transportes, sendo que esta tem que estar relacionada com as pessoas. O planeamento sustentável ao nível dos transportes e da comunidade, tem que ter em atenção a capacidade de adquirir bens, serviços e atividades, mas também em relação a mobilidade, ou seja, a distância que se percorre ou até a própria velocidade que se vai (Marques da Costa; Fumega; Louro, 2012).

Por outro lado, importa referir que a evolução do conceito de comunidade sustentável está ligado ao capital social, com isto refere-se, que este conceito através dos processos participativos estabeleça a equidade e que se consiga usar da melhor forma o conceito de sustentabilidade sem que ocorra falhas no território. Importa referir que o foco da comunidade é a participação e sua mobilização para os processos de construção do bairro e da sua identidade. É fundamental que a população tenha uma noção das suas responsabilidades, devendo assim participar e investir na sua qualidade de vida, para que a comunidade possa progredir de uma forma melhor (Fumega, 2009).

2.2 - O Quadro Estratégico das Políticas de Referência

I. Enquadramento europeu

A evolução no território tem sido marcada pela crescente expansão urbana difusa. Isto sucede essencialmente devido ao crescimento urbano gerado pelo uso do transporte particular, mas também pela rede viária que proporciona mais acessibilidade aos diversos territórios, sendo que este fenómeno, particularmente no caso da Europa, acontece a partir dos anos 80. Para combater estes problemas, teve-se que encontrar propostas para se poder intervir no território, e no final dos anos 80, afirmam-se

movimentos relacionados com a sustentabilidade para colmatar esta situação e modificar o panorama (Louro, 2011). Nos anos 90, tanto na Europa, como nos EUA, é que entra a questão do planeamento urbano, pelo facto de que nessa altura surge a ideia e o contexto de desenvolvimento de cidades sustentáveis, por contraponto aos princípios do urbanismo moderno e até a excessiva expansão urbana, que geraram problemas nos centros urbanos a nível urbanístico, ambiental, social e económico. A utilização dos princípios do urbanismo moderno fez com que as pessoas deixassem de ter um sentimento de pertença ao local onde residem traduzida numa dificuldade de interação de uns com os outros, perdendo-se o sentido de comunidade. Outra causa é que cada vez mais a população foi ficando á dependente do automóvel e, por fim, assistiu-se a uma ocupação urbana monofuncional (Louro, 2011).

Para isso foi criado o Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (1990, citado por Louro, 2011:33). Este “é uma das primeiras iniciativas de política urbana na Europa, com a apresentação de um diagnóstico das áreas prioritárias e desafios ambientais com que as cidades europeias se deparam a par da referência de iniciativas para a sua resolução, referindo a necessidade de revisão dos princípios de planeamento urbano em direção à contenção da expansão urbanística.” Já no ano de 1991, surge o Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano (citado por Marques da Costa, 2000:114), que tinha o objetivo de “estudar o modo de incorporar os objetivos ambientais nas futuras estratégias de planeamento urbano e de ordenamento do território, bem como o de aconselhar a Comissão sobre os modos de como desenvolver a dimensão do ambiente urbano no âmbito da Política Comunitária do Ambiente e o de estudar os meios para intensificar a contribuição da Comunidade no melhoramento do ambiente urbano.” Esta fundamentação tem por base os seguintes princípios: a eficiência ambiental, a gestão da procura, a resolução de problemas e o bem-estar, a equidade e a eficiência. Ainda em 1991, é assinada a Declaração de Toronto, referente às cidades e o seu ambiente, que serviu para elaborar planos para o desenvolvimento sustentável com a cooperação de 130 países. Já no ano de 1992, decorreu a Conferência do Rio que serviu para se criar um plano de ação para o desenvolvimento sustentável, onde se destaca o surgimento da Agenda 21. Simultaneamente ocorre o Fórum Urbano Mundial, em que este é a favor do desenvolvimento urbano sustentável (Marques da Costa, 2000).

Entre os anos de 1993 até 2000, é criado o projeto Cidades Sustentáveis. Este estava dentro do contexto do 5º programa que era acerca da política e ação em matéria de

ambiente e desenvolvimento sustentável, e que tinha como intuito estabelecer a cooperação e desenvolvimento entre as várias cidades, bem como a promoção de planos de ação das agendas locais 21. Já no ano de 1994, teve lugar a I Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, onde se discutiu a integração os princípios de sustentabilidade nas políticas em geral, acionando também os planos de ação local para sustentabilidade. Nesta conferência, aprova-se a Carta de Aalborg, sendo que das 517 cidades europeias, 15 delas eram cidades portuguesas. Para além destas iniciativas, decorreu a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, que teve o intuito de promover uma melhor qualidade de vida nas cidades (Louro, 2011).

Por conseguinte, em 1995, cria-se o Guia Europeu de Planeamento para Agenda 21, enquanto no decorrer do ano seguinte, ocorre em Lisboa a II Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis e ocorre a aprovação da Carta de Lisboa, carta que serviu como apoio à aplicação da Agenda 21. O I Relatório das Políticas para as Cidades Sustentáveis, é designado Cidades Europeias Sustentáveis, elaborado pelo Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano, aponta 4 princípios essenciais para aplicação de metas e monitorização do mesmo: a integração política, a gestão urbana, a cooperação e parceria, encaixando também uma reflexão ecossistémica.

Continuando no ano de 1996, ocorre a II Conferência das Nações Unidas, que tinha a ver com os aglomerados urbanos, em que este resulta no documento do Plano de Ação de Lisboa, em que se assumem de forma objetiva os princípios defendidos na Carta de Aalborg. Desta feita faz com que as autoridades locais e regionais tenham um modelo de trabalho direcionado para sustentabilidade. No ano de 1997, há uma publicação por parte da CE, sendo que este documento é designado Rumo à Agenda Urbana na União Europeia, que tinha a ver com a política urbana, sendo que neste ano decorreu ainda a II Cimeira da Terra (Louro, 2011).

No ano de 1998, o Conselho Europeu de Urbanistas adotou a Nova Carta de Atenas, e por conseguinte foi apresentado um comunicado respeitante ao Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: um quadro de ação, elaborado pelo Grupo de Peritos de Ambiente Urbano, em que este era um documento para uma Agenda Urbana da União Europeia. Este documento tem como princípios a integração, a sustentabilidade ambiental, a parceria, a integração e a eficiência do mercado. Além destes princípios, este documento tem quatro objetivos de carácter político, sendo eles,

proteção e melhoria do ambiente urbano, como intuito à sustentabilidade local e mundial; promoção da igualdade, inclusão social e regeneração nas áreas urbanas; reforço da prosperidade económica e emprego nas cidades; por fim a contribuição para uma boa administração urbana e uma maior responsabilidade local (Gomes, 2009:36 citado por Louro, 2011).

A Conferência Euro-Mediterrânea de Cidades Sustentáveis, ocorreu em 1999, na cidade de Sevilha. Nesta conferência abordou-se sobre as especificidades da área Mediterrânea dentro da conjuntura política para o desenvolvimento e sustentabilidade a nível local. De seguida, teve lugar a conferência designada pelas Estratégias para as Cidades Sustentáveis, conferência onde se propôs o Quadro Comunitário de Cooperação para o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Louro, 2011).

Foi criado no ano 2000, o Grupo de Peritos em Uso do Solo Sustentável, “ (...) com o objetivo de rever as políticas e práticas em matérias chave de uso do solo (reutilização de solo industrial, melhoria do uso das infraestruturas urbanas, diminuição da dispersão urbana, identificação e avaliação dos instrumentos da União Europeia existentes e planeados com impacto no processo) e fazer recomendações à Comissão para possíveis ajustamentos e aditamentos aos instrumentos políticos e ações nesta área.” (Gomes, 2009:36, citado por Louro, 2011:34) Neste mesmo ano, ocorre a III Conferência Pan-Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, onde foi aprovada a Declaração de Hannover, em que se reforça o papel das autoridades locais para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável.

Passados dois anos, é adotado pelo Conselho e Parlamento Europeu o 6.º Programa de Ação em matéria de Ambiente (2001-2010). De acordo com Partidário e Correia, (2004, citado por Queirós e Vale, 2007:3), “O 6º PAA aborda o planeamento urbano e as cidades sustentáveis como parte da estratégia para atingir objetivos de sustentabilidade ambiental, porém, as questões urbanas surgem equacionadas de uma forma muito limitada, esquecendo a complexidade da dimensão urbana relativamente aos diversos sectores”. Segundo Queirós e Vale, (2007:3), uma das sete estratégias do 6.º Programa de Ação Ambiental para o Ambiente da União Europeia, apresenta como objetivo: “melhorar o desempenho ambiental e a qualidade das áreas urbanas, assegurar um ambiente de vida saudável para os cidadãos na Europa, reforçar a contribuição ambiental para o desenvolvimento urbano sustentável e as questões económicas e

sociais conexas.” Estas devem ter em consideração a gestão urbana, a construção e conceção das cidades, bem como os transportes urbanos.

Já o Relatório relativo a uma maior implementação integrada da legislação ambiental em áreas urbanas identifica algumas ações a ter em conta, sendo essas: a implementação voluntária da avaliação ambiental estratégica nas políticas públicas urbanas locais; promover a implementação voluntária do EMAS nas políticas urbanas públicas locais; fomentar o uso de instrumentos inovadores, que tenham como objetivo aumentar o conhecimento público, em relação às alterações do mercado e aos comportamentos relativos ao consumo; por último, deve ser usado planos integrados para o ambiente urbano, baseado na Agenda 21 local, detendo o mesmo género de métodos e abordagens desta (Gomes, 2009:36 citado por Louro, 2011). A Convenção de Joanesburgo ocorre dez anos depois da Conferência do Rio. Desta convenção resultam dois documentos, primeiro a Declaração de Joanesburgo em desenvolvimento sustentável e depois o plano de implementação e suas metas. No ano de 2003, ocorre uma atualização da Nova Carta de Atenas, tendo então uma visão acerca das cidades do século XXI. Já no ano de 2004, ocorre a Conferência de Aalborg+10, em que esta tem o objetivo de criar um futuro urbano sustentável, com base num processo participativo e local, ainda nesta conferência é renovado o compromisso para a sustentabilidade urbana (Louro, 2011).

Como continuação da Estratégia 2000, é publicado pela CE o Cities and the Lisbon Agend: Assesing the Performance of Cities, neste caso é avaliado o contributo deste para os objetivos da Estratégia de Lisboa, mas também é feita uma análise relativo ao estado das cidades europeias. Assim sendo, no ano de 2005 cria-se o programa designado Estratégia de Lisboa, mas também é criado o Acordo de Bristol, por parte dos Estados-Membros, onde é debatido e aprovado a criação das Comunidades Sustentáveis na Europa. A Revisão da Estratégia Europeia para o desenvolvimento sustentável da União Europeia, foi criado no ano de 2006, a principal intenção era criação de comunidades tanto urbanas, bem como rurais, onde a população pudesse viver e trabalhar com um melhor estilo de vida (Gomes, 2009, 36 citado por Louro, 2011).

No ano de 2007, é criada a Carta de Leipzig, que têm a ver com as cidades europeias sustentáveis, onde por parte dos Estados-Membros definiu-se princípios e estratégias comuns a nível da política urbana. O Livro Verde sobre Coesão Territorial Europeia-Tirar partido da Diversidade Territorial é publicado no ano 2008, este documento está

em junção com a concretização da Declaração de Marselha, em que se debate sobre a Cidade Sustentável e Coesa. Por último, na Declaração de Toledo decorrida no ano 2010, debate-se sobre a relevância que tem a estratégia da regeneração urbana integrada, de forma a alcançar um desenvolvimento urbano sustentável, devendo este ser inclusivo e inteligente. Para se atingir este tipo de desenvolvimento é importante a utilização de transportes menos poluentes e não motorizados, sendo importante ter uma rede transportes públicos que seja acessível a todos e simultaneamente eficiente, mesmo para aqueles bairros que ficam distantes destas redes, tendo como intuito acabar com o isolamento destes e otimizar a logística urbana, bem como o fomento de redes de transportes multimodais; por conseguinte, deve-se promover a proximidade e um uso misto do solo e simultaneamente incutir uma mobilidade mais sustentável. (Declaração de Toledo, 2010, 10 citado por Louro, 2011).

Louro (2011:37) “observa-se assim um enorme esforço para desenvolver a temática da Sustentabilidade urbana no seio da Comissão Europeia (CE), alargado aos Estados-Membros da UE. Suportando este conjunto de políticas, estratégias e orientações, salientam-se alguns exemplos de ferramentas existentes, essencialmente promovidas pela CE em prol do Desenvolvimento Sustentável”.

II. Exemplos de políticas europeias que aplicam o conceito de comunidades sustentáveis

Em relação às políticas europeias que aplicam o conceito de comunidades sustentáveis, citam-se dois casos exemplares na Europa onde se aplica este conceito, sendo esses um a nível governamental e outro a nível local.

A **nível governamental**, surge como exemplo o caso inglês. No ano de 2003, o governo inglês criou uma orientação nacional para a elaboração de planos para as comunidades sustentáveis. Este plano tinha como foco o incremento das comunidades sustentáveis nas áreas urbanas e rurais, frisando que este plano é de longo prazo, e que tinha a intenção de resolver problemas, nomeadamente os relacionados com o espaço público e o edificado. Para elaborar o relatório de orientação e de suporte ao decreto, foi convidado Egan. Este teve que dar uma formação aos profissionais da área da construção e do urbanismo para que estes adquirissem novas competências que são fundamentais para se conseguir empregar o conceito de comunidade sustentável. Assim,

é publicado o documento *The Egan Review: Skills for Sustainable Communities*. O intuito da criação de um prémio para as comunidades sustentáveis, no ano de 2003, teve a intenção de premiar quem apresentasse projetos e iniciativas direcionadas às comunidades sustentáveis e que assim era recompensado por estas ideias, mas simultaneamente tinha o objetivo de promover o desenvolvimento das localidades onde ocorre a implementação deste conceito (Fumega, 2009).

Segundo Fumega (2009:104), o “Sustainable Communities Act 2007 é dos primeiros exemplos de legislação aplicada por um governo que reporta diretamente ao conceito de comunidades sustentáveis. A sua data de promulgação é a de 23 de Outubro de 2007. O seu principal objetivo é o da promoção da sustentabilidade das comunidades locais. É essencial para o cumprimento deste objetivo o suporte das autoridades locais”.

Segundo Fumega (2009), o **nível local** em temas de políticas aplicadas as comunidades sustentáveis tem como exemplo o caso de, na Alemanha. Este não contém de habitações unifamiliares, pois é constituído por apartamentos em bloco. Neste aglomerado populacional existem três estações de comboio que servem esta área, sendo que cada uma está a menos de 600 metros de distância dos locais de residência, para facilitar a deslocação a pé por parte da população. Aqui predomina o uso do transporte público por contraponto ao combate ao uso do transporte particular, pois este método de transporte demora pelo menos 40 minutos a chegar ao centro da cidade de Hannover, enquanto de comboio levam cerca de 20 minutos. A cidade de Kronsberg, tem várias ofertas a nível de serviços, como por exemplo, escolas, centros de saúde, jardins-de-infância e até mesmo a nível do comércio, o que reduz o percurso de grandes distâncias para os adquirir e usufruir, fazendo com que também haja mais ofertas e oportunidades de emprego nesta cidade. A nível social o grande objetivo desta cidade é atrair população jovem, criando casas mais acessíveis e, simultaneamente, mais atrativas para estes, bem, a criação de um lugar de encontro para a comunidade, onde exista uma biblioteca de usufruto de todos, salas de reuniões, *workshops* e uma agência para os jovens. Tudo isto é possível através do fórum público designado com Kronsberg Arts and Community Centre. Ainda na questão social, importa referir a integração de grupos minoritários na comunidade, mas também instalar estes num 1/3 do total das habitações. Outro foco é a criação de habitações com as condições necessárias para as pessoas com fraca mobilidade de locomoção, que são distribuídas pelos vários edifícios existentes em Kronsberg. Na questão do nível ambiental, pretende-se uma redução das emissões de

CO2 e que o consumo por parte das habitações seja só uma média relativa entre os 60% a 80%, isto só é possível através da eficiência energética, com base na aplicação de painéis solares no edificado, uma melhor gestão dos consumos de água, bem como a própria orientação da habitação e a forma como é construída, entre outros (Fumega, 2009).

A nível económico pretende-se a criação indústrias relacionadas com os serviços, bem como lojas, incluindo também o sector bancário e outros, em que estes em conjunto vão criar emprego para esta área (Fumega, 2009).

Segundo Fumega (2009:106), já se pode verificar alguns resultados, e até mesmo analisados, como por exemplo: “a redução em 73% das emissões de CO2 por habitante, poupança de 4 milhões de euros devido à melhor gestão do consumo de água, e uma redução de 30% no lixo produzido. Contudo, outros resultados não foram tão positivos como a eficiência energética que se tentou criar através das campanhas de informação alertando as pessoas para poupar energia. Outro fator problemático é a dependência de subsídios para a implementação destas medidas, que a longo prazo conduzem a alguma incerteza relativamente à continuidade dos bons resultados alcançados”.

A nível Europeu, embora com um foco um pouco distinto, são de referir os Programas Urban e Urban II, programa vocacionado para Regeneração e Reabilitação Urbana de áreas vulneráveis das cidades.

III. Políticas portuguesas

Analisado o retrato das políticas europeias que contribuíram para aplicação do conceito das comunidades sustentáveis, prosseguir-se-á para o caso português, onde vai ser abordado várias políticas que retratam a aplicação do conceito neste contexto.

Uma das políticas portuguesas, segundo o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2015:3) é a Estratégia Nacional para a Habitação: este programa engloba o Diagnóstico, que abrange alguns tópicos como: “as alterações demográficas; a evolução do *stock* habitacional; as mudanças nas formas de ocupação do parque; o estado de conservação, idade e dimensão dos fogos; as carências e as situações de precariedade; o peso do sector da reabilitação; o crédito à habitação e o endividamento e o aumento dos custos com a habitação”. Engloba também as Oportunidades onde este tem como

principais focos: “o novo modelo de financiamento; as normas técnicas e regulamentos de construção; a regeneração urbana e a reabilitação do edificado; a dinamização do mercado de arrendamento urbano; a transformação social; as alterações climáticas e a redução de emissões para a atmosfera e ainda a importância da habitação social no combate à exclusão” (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015:4). Para além do Diagnóstico e as Oportunidades, o programa é abrangido também pela Visão que tem como objetivo facilitar o acesso das famílias portuguesas à habitação. Este programa apresenta também “Os Pilares e os Desafios”. Nos pilares é dada a importância à reabilitação urbana, bem como ao arrendamento habitacional e a qualificação dos alojamentos. Segundo o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2015:7), os desafios deste programa são: “incentivar a conservação duradoura e regular do edificado (Reabilitação Urbana²); reduzir custos e simplificar o licenciamento na reabilitação de edifícios (Reabilitação Urbana); atrair investimento para a reabilitação do parque habitacional (Reabilitação Urbana); dinamizar o mercado de arrendamento (Arrendamento Habitacional); Integrar e valorizar os bairros e a habitação social (Arrendamento Habitacional); Contribuir para a inclusão social e a proteção dos mais desfavorecidos (Qualificação dos Alojamentos); Corresponder às novas realidades sociais e demográficas (Qualificação dos Alojamentos); Promover a melhoria das condições de alojamento (Qualificação dos Alojamentos); Incentivar a conservação duradoura e regular do edificado”.

Este programa, com base no documento criado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana também contém como principais objetivos:

² **A Reabilitação Urbana** neste programa é caracterizada como: criar um novo sistema de fundos de reserva dos edifícios que garanta a sua conservação futura; alterar o regime de constituição da propriedade horizontal e garantir a correta gestão de condomínios; melhorar os instrumentos dos municípios para promover a reabilitação de edifícios degradados ou em ruína e a utilização de edifícios devolutos, em áreas urbanas consolidadas; promover a reabilitação do espaço público visando a segurança e a melhoria das acessibilidades; disponibilizar ferramentas que apoiem a avaliação do estado de conservação de edifícios; reduzir custos e simplificar o licenciamento na reabilitação de edifícios; codificar o regime jurídico da construção, simplificar normativos e criar manuais de boas práticas; aplicar o regime excecional de reabilitação urbana e disseminar o guia de boas práticas; potenciar os incentivos fiscais à reabilitação de edifícios antigos; prosseguir a reforma do cadastro predial visando a criação do bilhete de identidade único para cada prédio; atrair investimento para a reabilitação do parque habitacional; criar um instrumento financeiro destinado a incentivar a reabilitação integral de edifícios para habitação; aumentar as áreas urbanas abrangidas por Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e Operações de Reabilitação Urbana (ORU); desenvolver novas medidas para a regeneração de áreas urbanas carenciadas; (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015:8-10).

- Dinamizar o mercado de arrendamento – Do Arrendamento Habitacional;
- Integrar e valorizar os bairros e a habitação social – Do Arrendamento Habitacional;
- Contribuir para a inclusão social e a proteção dos mais desfavorecidos (Qualificação dos Alojamentos);
- Corresponder às novas realidades sociais e demográficas – Qualificação dos Alojamentos;
- Promover a melhoria das condições de alojamento – Qualificação dos Alojamentos.

E ainda o Modelo de Governação que tem como objetivos: “a coordenação, a implementação e monitorização do IHRU e Comissão Nacional de Acompanhamento, composta por entidades governamentais e não-governamentais, que reúne anualmente” (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015:17).

Outra medida política é o caso de o programa “Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível”, sendo que este retrata primeiramente o caso das famílias, depois o alojamento, entre outros, nos últimos 40 anos, e posteriormente fala-se do programa em si. Segundo o diagnóstico, em 40 anos o número de alojamentos familiares clássicos duplicou, mas o arrendamento perdeu importância assim como aumentou muito o número de fogos devolutos (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015).

Este programa apresenta como principais desafios: “a reabilitação do parque habitacional antigo que está muito degradado; a necessidade de criar uma oferta habitacional com rendas acessíveis; a importância da regeneração urbana dos centros históricos; a recuperação e dinamização do mercado de arrendamento; a criação de emprego no setor da construção e o contributo para um desenvolvimento sustentável”. Este programa também é composto por normas e regras³ que o constituem (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015:10).

³ **Normas e regras:** “qualquer pessoa individual ou coletiva, qualquer entidade de natureza pública ou privada desde que comprove a qualidade de proprietário do edifício que pretende reabilitar se pode candidatar ao programa. Os edifícios são elegíveis para o programa quando os mesmos possuam idade igual ou superior a 30 anos; preferencialmente localizados em Áreas de Reabilitação Urbana; destinados a arrendamento habitacional com rendas acessíveis; sejam livres de ónus e encargos e cujas operações de reabilitação sejam viáveis e sustentáveis. Como condições relativas aos trabalhos de reabilitação: as obras devem respeitar as condições do licenciamento municipal; devem estar concluídas no prazo de 12 meses; têm que fazer a reabilitação integral de todas

Quanto ao caso do programa Portugal 2020, segundo o site oficial do mesmo, sendo este a nível nacional e em cooperação com a Comissão Europeia, trata-se de um acordo com parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, sendo estes o FEDER, o Fundo de Coesão, o FSE, o FEADER e o FEAMP, no qual são definidos os princípios de programação que abrangem a política de desenvolvimento económico, social e territorial, de forma a serem estabelecidos em Portugal, no período compreendido entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão compostos pelo crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, seguindo-se assim para a estratégia Europa 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>).

No âmbito do Portugal 2020, foram definidos objetivos temáticos, com vista a: “estimular o crescimento e a criação de emprego; estimular à produção de bens e serviços transacionáveis; incrementar as exportações; transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo; cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos; redução dos níveis de abandono escolar precoce; Integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social; promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos; reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade; racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública, são os principais objetivos das políticas a prosseguir no Portugal 2020” (<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>).

Quanto à Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, esta inicia-se com a análise crítica das principais dinâmicas territoriais que tiveram lugar nas últimas décadas em Portugal, e propôs atuação para o período 2014-2020, envolvendo os agentes públicos, privados e cidadãos em geral (Diário da República, 1.ª série, 2015).

O diagnóstico desta Estratégia descreve as principais transformações positivas e negativas ocorridas. A evolução que existiu no país foi para combater a ruralização que até então era o ponto forte do país, mas também com as carências a nível da habitação e

as componentes essenciais do edifício; têm que cumprir as regras de proteção do património arquitetónico” (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015:12-14).

acesso a esta, bem como a escolaridade, saúde, saneamento básico e carências ao nível de infraestruturas. Houve neste sentido uma melhoria, estando mais próximos dos padrões europeus, a nível de desenvolvimento social, ambiental, cultural e económico (Diário da República, 1.ª série, 2015).

No entanto, não foi possível combater alguns problemas associados como:

- a) Estabilizar o crescimento urbano difuso, repensando os seus perímetros e o equilíbrio nas áreas edificadas;
- b) Combater o declínio demográfico e funcional dos centros das cidades;
- c) Inverter a degradação das suas periferias.

A urbanização avulsa, a edificação dispersa, a fraca dinâmica do mercado de arrendamento e a elevada percentagem de fogos devolutos e em estado de ruína, são aspetos a resolver (Diário da República, 1.ª série, 2015).

Por outro lado, a crise veio salientar os problemas sociais em contexto urbano. Estes fenómenos são agravados pela desigualdade, pobreza e exclusão social e em novas situações de degradação urbana (Diário da República, 1.ª série, 2015).

Assim, a estratégia Cidades Sustentáveis 2020 visa promover:

- Competitividade e crescimento;
- Inclusão e coesão social;
- Transformações demográficas;
- Governança estratégica;
- Disciplina do uso do solo;
- Viabilidade financeira;
- Regeneração urbana;
- Sustentabilidade e resiliência;
- Integração urbano-rural;
- Integração no espaço internacional;

A Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 consiste na “proposta de âmbito nacional, aplicável ao nível local, para um futuro mais sustentável das nossas cidades, articulando uma Visão com um conjunto de Princípios Orientadores e quatro propostas de Eixos

Estratégicos de intervenção (eixo 1 – Inteligência & Competitividade; eixo 2- Sustentabilidade & Eficiência; eixo 3 – Inclusão & Capital Humano; e eixo 4 – Territorialização & Governança” (Diário da República, 1ª série, 2015:5706).

2.3 - Uma proposta de síntese teórica aplicável ao caso de estudo

Relativamente ao caso de estudo este insere-se no município de Odivelas, sendo que será feita uma abordagem relativa ao bairro que se encontra na área central de Odivelas. Este pertence à freguesia de Odivelas, sendo delimitado a norte e nascente pela Rua Guilherme Gomes Fernandes, a sul pela Rua dos Bombeiros Voluntários e a poente pela Ribeira de Odivelas, inserindo-se também no eixo da Avenida Dom Dinis.

Quanto à área urbana estudada encontram-se algumas tendências de declínio urbano e no qual se pretende utilizar uma estratégia de regeneração urbana. Para se poder realizar um processo de regeneração urbana no bairro tem que se ter em atenção o que certos autores referem quanto a um processo deste âmbito, pois é necessário ter em atenção três aspetos importantes:

- A Regeneração no contexto social refere-se “ao facto de apostar no melhoramento das condições para as comunidades e seus bairros com base na criação de lugares mais seguros, bem como o aperfeiçoamento da coordenação dos serviços públicos” (Department for Social Development, 2013:5).
- Quanto a Regeneração “física”, “esta insere-se essencialmente na melhoria das estruturas dos edifícios e do espaço público para que se crie lugares mais atraentes a nível estético, mais seguros e sustentáveis para se viver, trabalhar e visitar” (Department for Social Development, 2013:5).
- A Regeneração no contexto económico, isto é, “fortalecer a economia local, para que esta melhore, combatendo simultaneamente o desemprego e promovendo a criação de emprego” (Department for Social Development, 2013:5).

A regeneração urbana ocorre em áreas urbanas onde existe degradação do edificado e dos espaços públicos, bem como, onde existe um défice de equipamentos sociais que gera processos de exclusão social (Carvalho, 2008).

Contudo, para que este processo possa ser conceptível é também necessário existir uma atenção à comunidade local do bairro, sendo então imprescindível falar-se do que refere o conceito de comunidade sustentável, pois pretende-se que assim seja com o bairro, sendo então, as comunidades sustentáveis que podem contribuir para uma melhor qualidade de vida e dar mais oferta de escolha. Isto só é possível se as necessidades dos residentes atuais e futuros seja correspondida, não esquecendo aqueles que frequentam a área. É importante promover a inclusão social e a coesão, e que haja uma boa utilização dos recursos naturais, de forma a existir uma forte prosperidade de cariz económico (Roseland 2005 in Minnesota SEDEPTF, 1996, citado por Fumega, 2009).

Consecutivamente para se conseguir instalar um processo deste cariz tem que se ter em atenções três componentes fundamentais:

- Componente sociocultural: “sendo o objetivo principal nesta componente tornar o local ser ativo, inclusivo e seguro, ser justa, tolerante e coesa com uma cultura local forte e outras atividades comunitárias partilhadas. Oferecendo a identidade e pertença a comunidade” (Fumega, 2009:97);
- Componente de serviços e equipamentos: “é satisfazer a comunidade a nível de serviços carácter público e privado” (Fumega, 2009:98);
- Transportes e conectividade: “este ponto tem como principal função assegurar uma boa ligação não só entre os bairros, mas também entre as estruturas urbanas inferiores e superiores. Para isso, tem que existir um bom serviço de transportes ligando as pessoas nas diferentes escalas” (Fumega, 2009:100).

Não deve ser colocado de lado o pilar central da comunidade que considera a sua participação e mobilização no processo da construção do seu bairro e respetiva identidade. Portanto o processo de regeneração urbana aplicado às comunidades sustentáveis que se pretende neste bairro prende-se pela dinamização social e rejuvenescimento da população residente, dinamização e requalificação do comércio e serviços à comunidade local e pela requalificação ambiental do espaço urbano em geral e dos espaços públicos em particular.

Parte II

Capítulo 3 - Caracterização do concelho de Odivelas e seu enquadramento na AML

Relativamente ao capítulo 3 que retrata a caracterização do concelho de Odivelas e seu enquadramento na AML, este encontra-se subdividido em três subcapítulos, sendo esses, o subcapítulo 3.1 onde se faz uma contextualização territorial do concelho de Odivelas a diversos níveis, com uma ilustração de um mapa com os limites das freguesias até ao ano 2011, sem alteração da nova reformulação das freguesias. No subcapítulo 3.2, faz-se uma caracterização demográfica e socioeconómica do concelho, com a ilustração de gráficos sobre a situação do concelho até ao ano de 2011, pois os dados obtidos para esta caracterização são com base nos censos 2011. Quanto ao subcapítulo 3.3, faz-se uma representação gráfica das tendências atuais da habitação no concelho de forma a perceber a situação da mesma ao longo dos anos, com base nos censos de 2011.

3.1 - Contextualização territorial

O concelho de Odivelas integra-se na Área Metropolitana de Lisboa, correspondente à Sub-Região da Grande Lisboa (NUTS III). O município de Odivelas detém uma área com 26,54 km² e, segundo os Censos de 2011, nele residem 144. 549 Habitantes. Desde 2013, devido à reforma administrativa que ocorreu em todo o país, que se encontra subdividido em 3 uniões de freguesia mais 1 freguesia passando então a existir as uniões das freguesias de Pontinha e Famões, de Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto e de Ramada e Caneças, mais a freguesia de Odivelas.

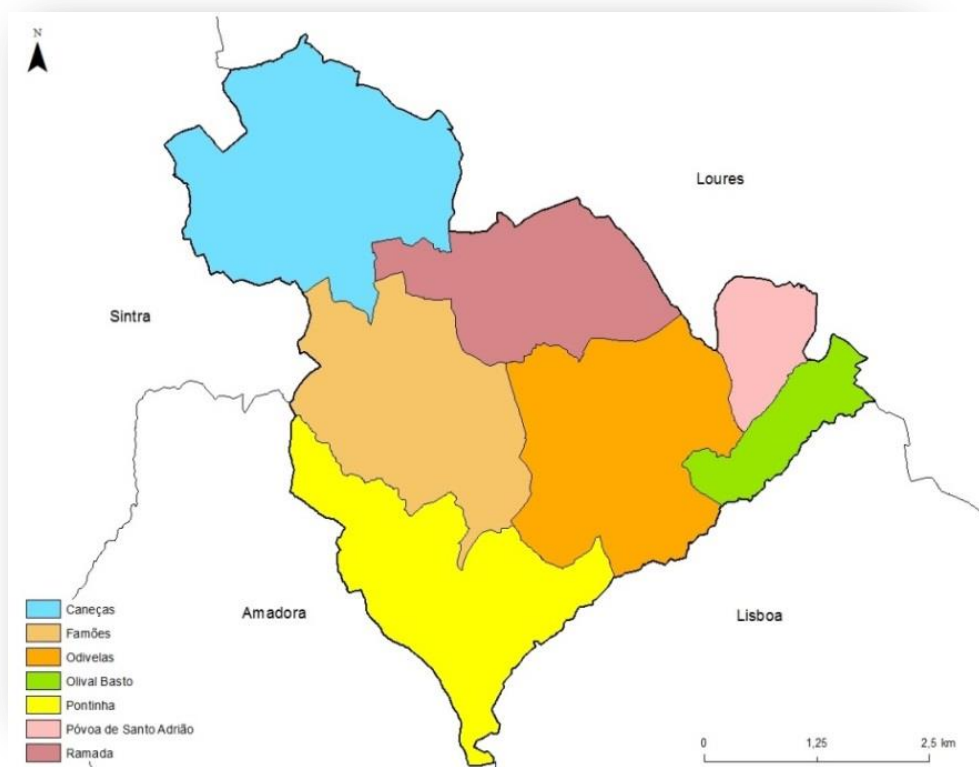
A freguesia de Odivelas (onde se insere o bairro alvo de estudo) detinha no ano 2001 cerca de 53.449 habitantes e no ano 2011 atingia os 59. 559 Habitantes. Por sua vez, o concelho de Odivelas foi estabelecido em 1998, em resultado da separação das sete freguesias da área sudoeste do antigo concelho de Loures.

A Figura 3.1.1 foi criada com o intuito de identificar as sete freguesias do concelho de Odivelas no ano de 2011, sendo essas, Caneças, Ramada, Famões, Odivelas, Olival de Basto, Pontinha e Póvoa de Santo Adrião. Refira-se que no presente trabalho, optou-se

por considerar a divisão administrativa anterior à atual, que considera as 7 freguesias, pois esta permite uma análise mais detalhada da situação do concelho.

Por sua vez, em seu torno, encontram-se quatro concelhos, sendo estes, Sintra e Amadora a oeste, a nordeste Loures, a sudeste Lisboa, funcionando como eixos periféricos e de ligação ao concelho, sendo todos pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa.

Figura 3.1.1 - Freguesias do concelho de Odivelas, em 2011



Fonte: Autoria Própria com base na BGRI, INE, 2011

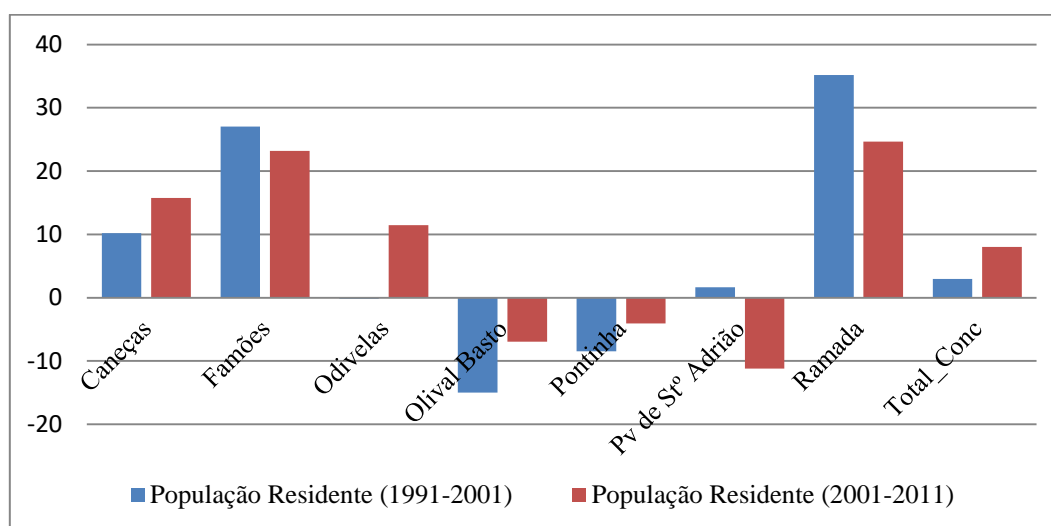
Odivelas é visto como um concelho subúrbio, contendo ainda algumas áreas urbanas de génese ilegal, mas ao mesmo tempo, é um dos concelhos que detém mais acessibilidades e um grande fluxo populacional para outros concelhos (migrações pendulares).

3.2 - Caracterização demográfica e socioeconómica do concelho

Tal como referido, residem no concelho 144.549 habitantes distribuídos pelas 7 antigas freguesias. O gráfico seguinte é relativo à variação de população residente no concelho de Odivelas, por freguesias, segundo os últimos três períodos censitários (variações de 1991 para 2001 e de 2001 para 2011).

Através do gráfico 3.2.1 é possível verificar que a freguesia da Ramada, entre o ano de 1991 e 2001, teve o maior acréscimo de população residente, fixando-se nos 35% (de 11667 para 15770 residentes) e, entre 2001 e 2011, embora sendo menor, obteve um acréscimo de 24% na sua população residente (de 15770 para 19657).

Gráfico 3.2.1 - Taxa de variação da população residente por freguesia do concelho de Odivelas (%), (1991-2001-2011)



Fonte: INE, Censos 2011, 2001, 1991

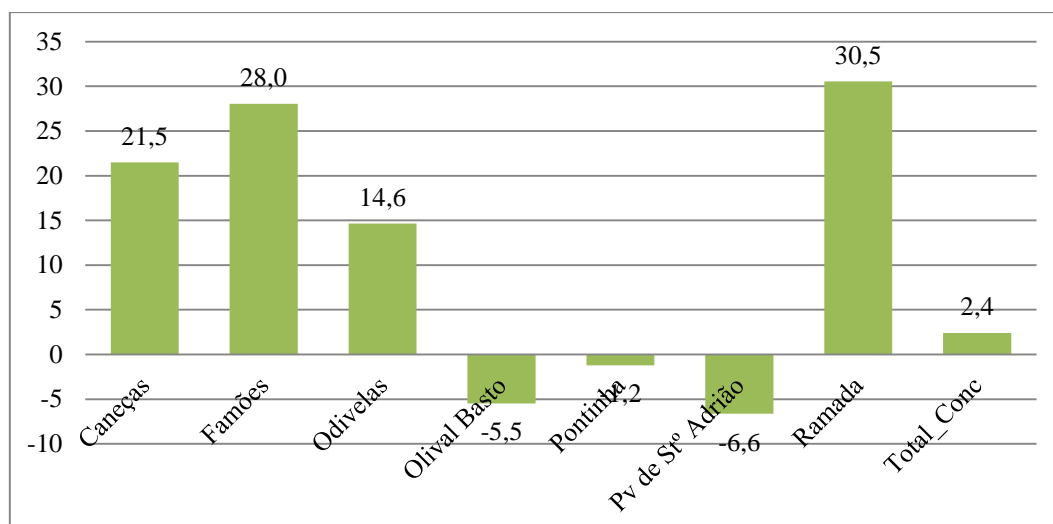
É ainda de referir que, na freguesia do Olival Basto, se registou, nas duas décadas, uma variação negativa da população, sendo que na primeira foi de 14% (de 7346 para 6246) e na segunda de 7% (6246 para 5812), enquanto na freguesia da Póvoa de Stº Adrião, apesar de apresentar uma variação positiva da sua população residente de 1,67% (14463 para 14704), na segunda década, foi a freguesia que registou uma variação mais negativa de população de residente, -11,17% (de 14704 para 13061 habitantes).

Relativamente à variação da população residente em termos totais pode verificar-se que, no contexto da Grande Lisboa, houve uma variação positiva de 4% entre 1991 e 2001, e,

entre 2001 e 2011, de 5%, passando de 1.880.215 indivíduos residentes em 1991 para 2.042.477 indivíduos residentes em 2011. Por comparação, o concelho de Odivelas teve uma variação de população residente mais baixa entre 1991 e 2001 (3%), sendo que, entre 2001 e 2011, assistiu-se a um crescimento mais significativo (8%). Assim sendo, o mesmo tinha, em 1991, 130.015 residentes e, em 2011, registava 144.549 residentes.

O gráfico 3.2.2 retrata o crescimento dos núcleos familiares no concelho de Odivelas, tomando em consideração a variação entre 2001 e 2011. Assim, é possível afirmar que as freguesias onde se deu um maior crescimento de núcleos familiares, entre o ano de 2001 e 2011, foram as freguesias da Ramada e Famões, onde em 2001 tinham 4717 e 2658 núcleos familiares, respetivamente, e em 2011, 6158 e 3403 dando-se, assim, um crescimento de 30,55 % e 28,03 %.

Gráfico 3.2.2 - Taxa de variação dos núcleos familiares por freguesia do concelho de Odivelas (%), (2001-2011)

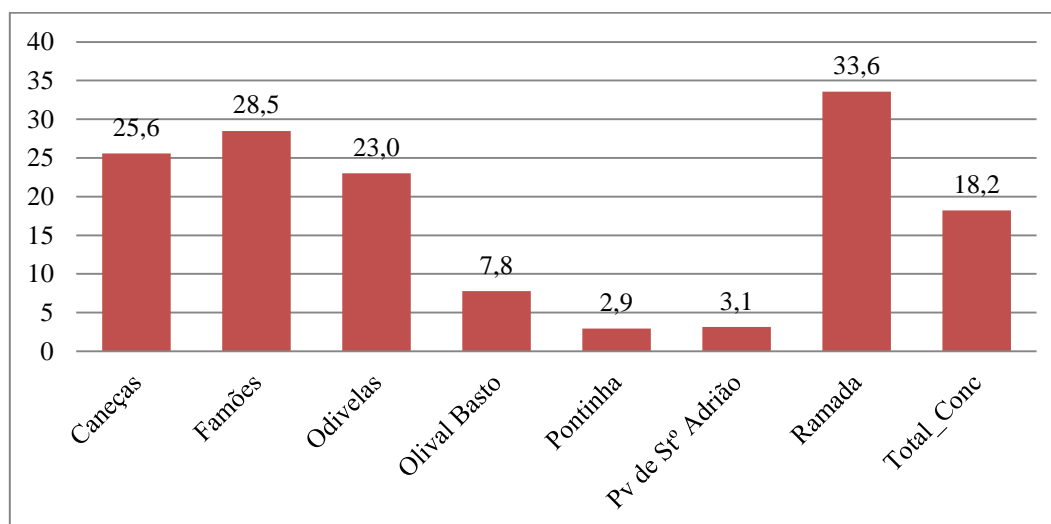


Fonte: INE, Censos 2011, 2001

Contrariamente, as freguesias do concelho de Odivelas que mais núcleos familiares perderam, entre 2001 e 2011, foram as freguesias do Olival Basto e da Póvoa de Santo Adrião, que em 2001 contavam com 1881 e 4399 núcleos familiares, e em 2011, contavam com 1778 e 4108, respetivamente (sendo o decréscimo da primeira freguesia de -5,48% e da segunda de -6,62 %).

No total do concelho, verifica-se um crescimento pouco significativo do número de núcleos familiares, isto é, entre 2001 e 2011, o número de núcleos familiares cresceu apenas 2,41%, passando dos 40016, em 2001, para os 40982, em 2011.

Gráfico 3.2.3 - Taxa de variação das famílias clássicas por freguesia, no concelho de Odivelas (%) (2001-2011)

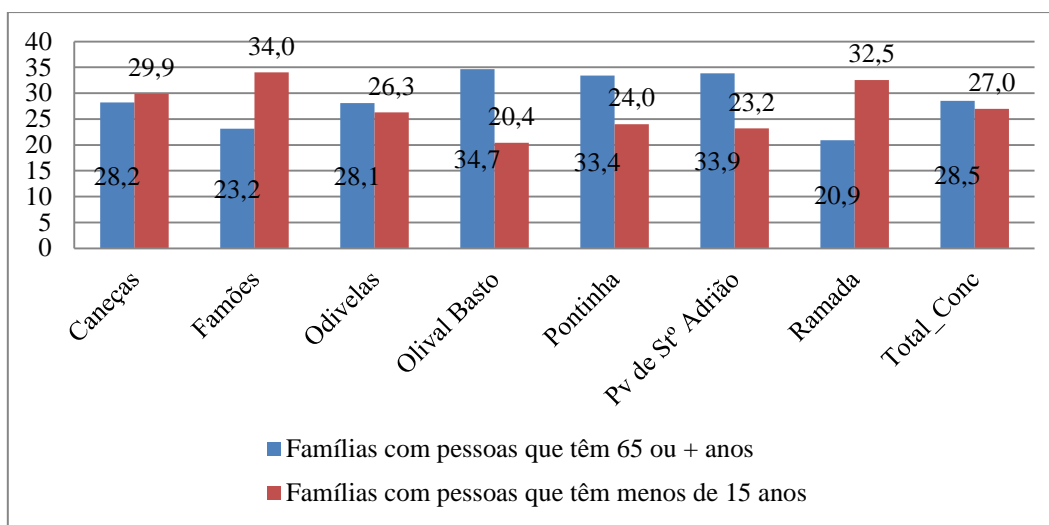


Fonte: INE, Censos 2011, 2001

O gráfico 3.2.3 representa o crescimento das famílias clássicas por freguesia no concelho de Odivelas (variação entre 2001 e 2011), sendo que se verifica um crescimento bastante significativo na freguesia da Ramada (33,55%), seguindo-se a freguesia de Famões que registou um crescimento de 28,49%. As freguesias que registaram um menor crescimento comparativamente às restantes, foram as freguesias da Pontinha e da Póvoa de Stº Adrião, com crescimentos a rondar os 3%. Em termos do concelho de Odivelas, este, registou um crescimento de 18,20%.

O gráfico 3.2.4 representa o número de famílias clássicas segundo escalão etário dos seus elementos, tomando como referência tanto os elementos com 65 ou mais anos como os elementos que têm menos de 15 anos.

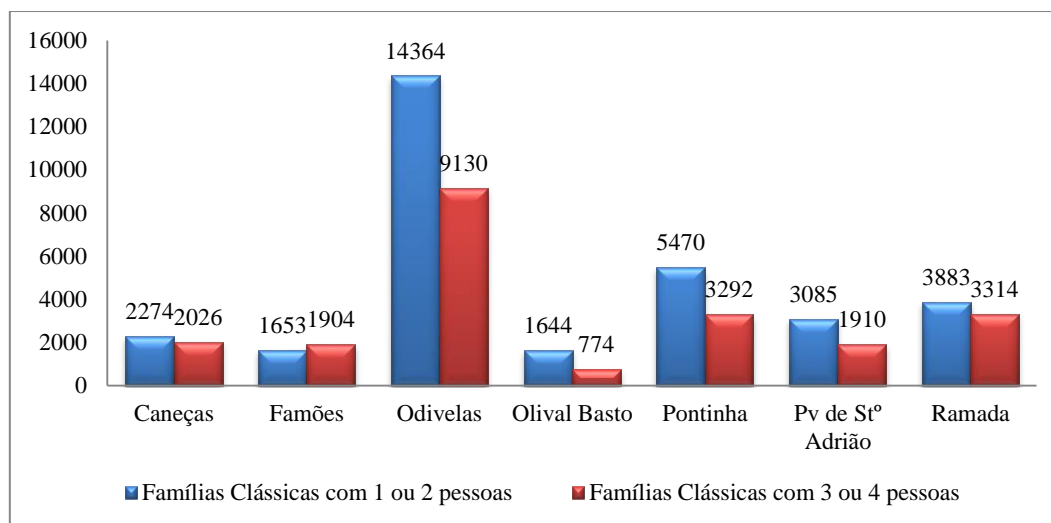
Gráfico 3.2.4 - Percentagem de famílias clássicas segundo escalão etário dos seus elementos (elementos com mais de 65 anos e com menos de 15 anos), por freguesia do concelho de Odivelas, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Verifica-se que na maioria das freguesias, principalmente Olival Basto, Pontinha e Póvoa de Stº Adrião, predominam os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos (881 famílias, 3125 famílias, 1795 famílias, respetivamente), indiciando, por isso, freguesias com uma população mais envelhecida. Contrariamente, as freguesias onde predominam indivíduos com idade inferior a 15 anos são as freguesias de Caneças (1360 famílias), Famões (1315 famílias) e Ramada (2460 famílias), refletindo uma população mais jovem. Analisando o total do concelho de Odivelas, registam-se 28,51% de famílias com pessoas que têm 65 ou mais anos, bem como 27% de famílias que têm pessoas com menos de 15 anos.

Gráfico 3.2.5 - Dimensão das famílias clássicas por freguesia, no concelho de Odivelas (valores absolutos), 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Neste gráfico (3.2.5) está representada a dimensão das famílias clássicas por freguesia, no concelho de Odivelas, mais concretamente, o número de famílias constituída por 1 ou 2 pessoas e por 3 ou 4 pessoas. É possível afirmar-se que, em todas as freguesias, predominam as famílias clássicas constituídas por 1 ou 2 pessoas, exceto na freguesia de Famões. Salienta-se ainda que, em termos totais do concelho de Odivelas, também predominam as famílias com 1 ou 2 pessoas (32373), cuja tendência estatística também se verifica ao nível da Grande Lisboa (494198).

Tabela 3.2.1 - Percentagem da população jovem e idosa por freguesias, no concelho de Odivelas, 2001-2011

Freguesias	Jovens		Idosos	
	2001	2011	2001	2011
Caneças	16,0 %	15,7 %	13,1 %	17,1 %
Famões	17,8 %	16,8 %	7,4 %	12,4 %
Odivelas	14,1 %	15,1 %	12,5 %	16,2 %
Olival de Basto	13,5 %	13,0 %	16,3 %	20,7 %
Pontinha	14,8 %	14,1 %	14,2 %	18,9 %
P. St.º Adrião	12,8 %	13,2 %	10,3 %	19,2 %
Ramada	16,7 %	17,2 %	8,4 %	11,8 %
Concelho	14,8 %	15,2 %	12,0 %	16,3 %

Fonte: CMO, 2013:11

Através da tabela 3.2.1, verifica-se que os jovens em termos do município de Odivelas mantêm-se dentro da mesma percentagem entre 2001 e 2011 (15%), podendo constar-se que entre 2001 e 2011, houve um decréscimo da população jovem em algumas freguesias, isto em termos da representatividade percentual. As freguesias de Caneças, Póvoa de Santo Adrião e Ramada, são as que detêm percentagens iguais de jovens entre 2001 e 2011 (16%; 13%; e 17%). No caso das freguesias de Famões, Olival de Basto e Pontinha, existe um recuo, pois em 2001 representavam 18%, 14% e 15%, assim a população jovem em 2011, passou a representar 17%, 13% e 14%. Quanto à freguesia de Odivelas houve um ligeiro aumento percentual em termos de população jovem, assim sendo, em 2001 eram 14% e em 2011 passaram a ser 15% de jovens (CMO, 2013:10). Relativamente ao concelho de Odivelas consta-se que em termos da população idosa, no ano 2001, representa 12% da população residente, enquanto no ano 2011, existe um acréscimo, passando assim, a representar 16%, como se pode verificar através da leitura da tabela 3.2.1. Este aumento bastante significativo em termos percentuais referente à população idosa consta-se na totalidade das freguesias do concelho. A freguesia de Odivelas tem um ligeiro aumento da população idosa, sendo que tem uma representatividade menor comparativamente às restantes freguesias, tendo assim registado em 2011 (13%), passando assim a população idosa a representar no ano 2011 (16%). Já a freguesia da Póvoa de Santo Adrião o acréscimo que existiu entre o ano 2001 e 2011 é muito significativo, relativamente a população idosa. Sendo assim, no ano 2001 a população idosa nesta freguesia tinha 10% de idosos, passando para 2011 a deter de 19% da sua população (CMO, 2013:11).

Tabela 3.2.2 - Índice de envelhecimento por freguesias, no concelho de Odivelas, 2001-2011

Freguesias	Índice Envelhecimento	
	2001	2011
Caneças	82,0	108,6
Famões	41,6	73,8
Odivelas	89,0	107,2
Olival de Basto	120,7	159,0
Pontinha	95,6	133,8
P. St.º Adrião	79,9	145,2
Ramada	50,6	68,7
Concelho	81,1	107,3

Fonte: CMO, 2013:11

Quanto a tabela 3.2.2, pode constar-se que o índice de envelhecimento da população no concelho de Odivelas, sofreu um aumento entre 2001 e 2011, sendo que em 2001 eram 81 idosos por cada 100 jovens e em 2011 passou para 107 idosos, podendo verificar-se através da tabela que este aumento é constatado na totalidade das freguesias do município de Odivelas. Quanto a freguesia da Póvoa de Santo Adrião é nesta que consta o maior aumento do índice de envelhecimento, pois em 2001 eram 80 idosos, passando ao ano 2011 já eram 145 idosos por cada 100 jovens a residir na freguesia (CMO, 2013:11).

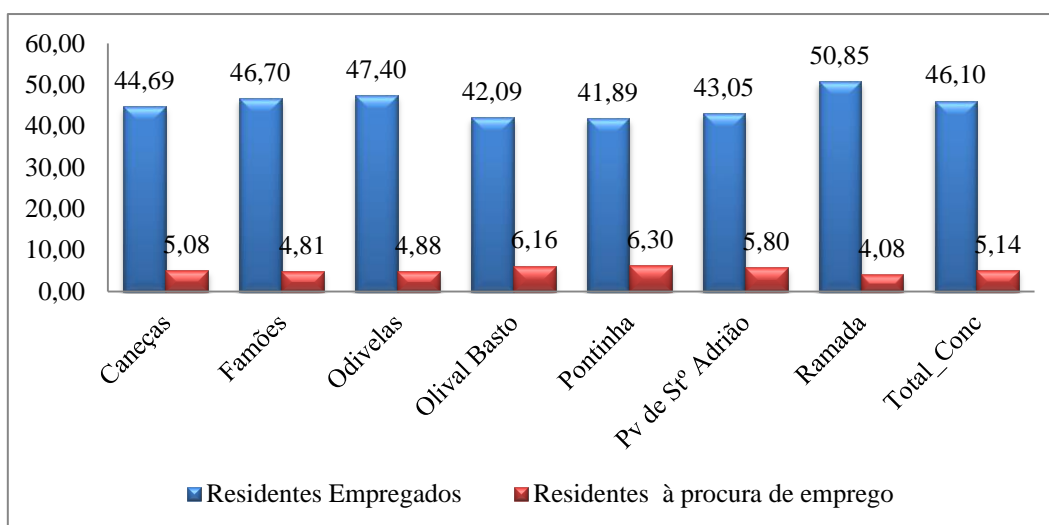
Tabela 3.2.3 – Índice de envelhecimento na AML

AML	Índice de Envelhecimento	
	2001	2011
Grande Lisboa	107,3	224,8
Península de Setúbal	93,4	112,2
AML	103,4	174,2
Portugal	102,2	176,4

Fonte: INE, 2011, 2001

Relativamente à tabela 3.2.3, que representa o índice de envelhecimento na Área Metropolitana de Lisboa e até do país, entre os anos 2001 e 2011, com base nos censos do INE. Assim, pode-se constatar que entre o ano de 2001 até ao ano de 2011, houve um aumento do índice de envelhecimento neste período de tempo. O que representa que existe mais idosos no país que quase jovens, nalguns casos foi mais acentuado este aumento do que noutros. Sendo assim, a Grande Lisboa detinha de no ano 2001 (107,3 idosos) por cada 100 jovens, enquanto no ano de 2011 passou a deter de 224,8 idosos, o que reflete que a Grande Lisboa, esta a ficar envelhecida, isto em termos populacionais. Pode-se referir isto, pelo facto que a própria AML no ano de 2011 teve um aumento de idosos comparativamente ao ano 2001, mas esta área tem valores inferiores (174,2 idosos em 2011) comparativamente à Grande Lisboa.

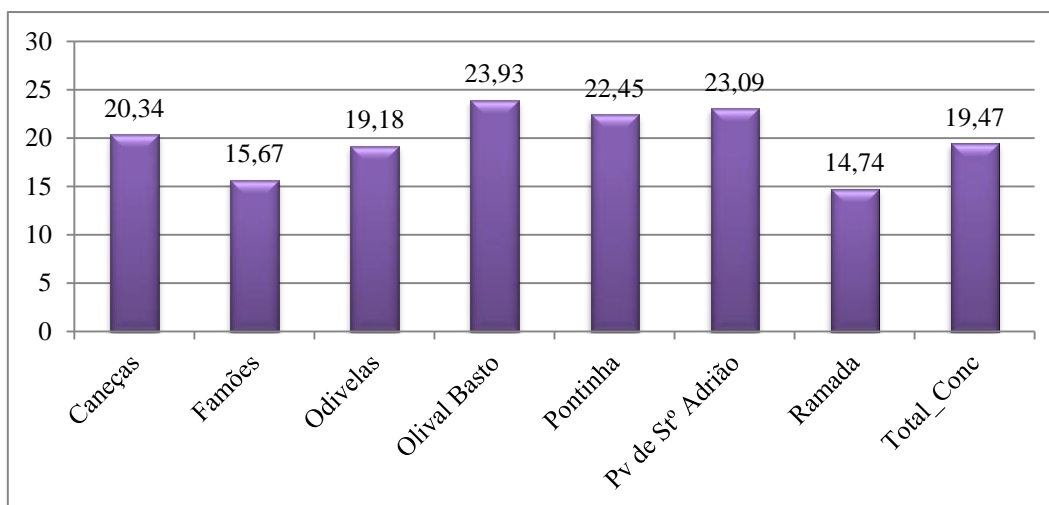
Gráfico 3.2.6 - População residente segundo condição perante o trabalho, por freguesia (%)



Fonte: INE, Censos 2011

O gráfico 3.2.6 descreve a população residente e sua condição perante o trabalho. É possível observar que, em todas as freguesias do concelho de Odivelas, a população empregada assume sempre valores acima dos 40%, destacando-se a freguesia da Ramada, que chega a ultrapassar os 50%. A população residente à procura de emprego corresponde a valores bem mais residuais, sendo a freguesia da Pontinha a que regista maior contingente populacional que procura emprego (6,30%). Em termos do concelho de Odivelas, registam-se 46,10% de empregados, enquanto os residentes que procuram emprego constituem 5,14% da população. Salienta-se ainda que, em termos da região da Grande Lisboa, verificam-se os seguintes valores: empregados = 43,96%; residentes à procura de emprego = 4,99%.

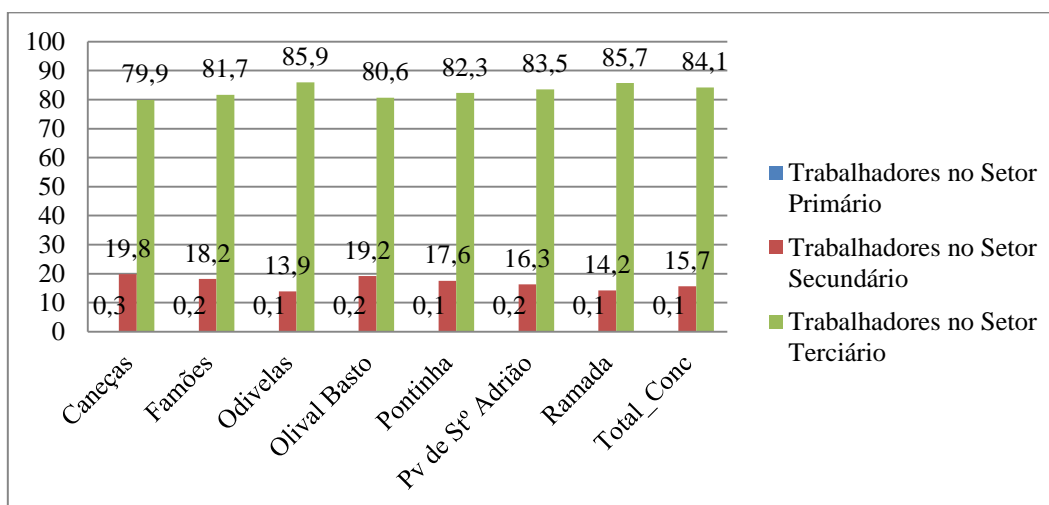
Gráfico 3.2.7 - Peso da população pensionista/reformada no total da população residente, 2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2011

No gráfico 3.2.7, verifica-se que no ano de 2011, o peso da população pensionista/reformada no total da população residente oscila consoante as freguesias. Destacam-se as freguesias de Caneças, Olival Basto, Pontinha e Póvoa de Stº Adrião, pois, o respetivo peso da população pensionista/reformada no total da população residente ultrapassa (embora ligeiramente) os 20%. No total do concelho, verifica-se que existem 19,47% de indivíduos pensionistas/reformados. Por sua vez, na região da Grande Lisboa, os valores são próximos dos que se registam ao nível do município de Odivelas, uma vez que existem 20% de pensionistas/reformados.

Gráfico 3.2.8 - População empregada segundo o setor de atividade, por freguesia (%), 2011



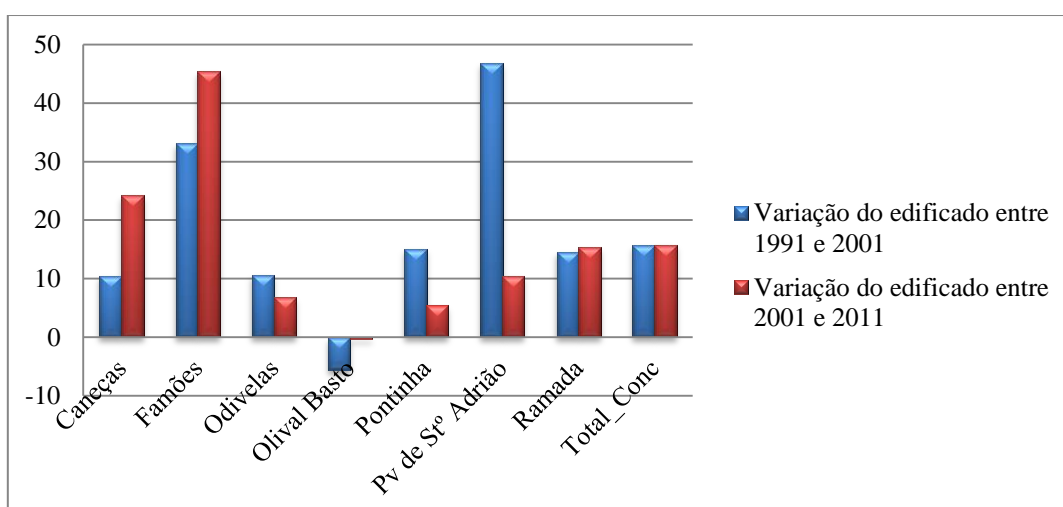
Fonte: INE, Censos 2011

Ao efetuar-se a análise do gráfico 3.2.8, é evidente a supremacia da população empregada no sector terciário, em comparação com os restantes setores de atividade. Essa evidência assume maior peso percentual nas freguesias de Odivelas e Ramada, onde o peso deste sector chega praticamente aos 86%. Inversamente, a freguesia de Caneças é a freguesia onde o setor terciário tem menos peso (79,9%). Para além disso, e comparativamente com as restantes freguesias do concelho de Odivelas, é na freguesia de Caneças que os setores, primário e secundário têm mais peso no universo da população ativa, com 0,3% e 19,8% respetivamente. Esta tendência do peso dos setores de atividade verifica-se também tanto ao nível do concelho de Odivelas como da Grande Lisboa.

3.3 - As tendências atuais de alojamento

O gráfico 3.3.1 representa a variação da existência de edifícios ao longo de 20 anos (1991 até 2011), em termos percentuais, com base nos censos realizados em 1991, 2001 e 2011. Assim, entre 1991 e 2001, a maior variação verifica-se nas freguesias de Póvoa de Sto. Adrião e Famões, respetivamente, 46,84% e 33,08%, sendo que a menor variação se regista na freguesia da Olival Basto (-5,54%). No que respeita ao período entre 2001 e 2011, o maior crescimento de edifícios verifica-se em Famões (45,32%) e Caneças (24,17%) e o menor em Olival Basto, -0,30%.

Gráfico 3.3.1 - Variação do número de edifícios por freguesia do concelho de Odivelas, (%), 1991, 2001, 2011

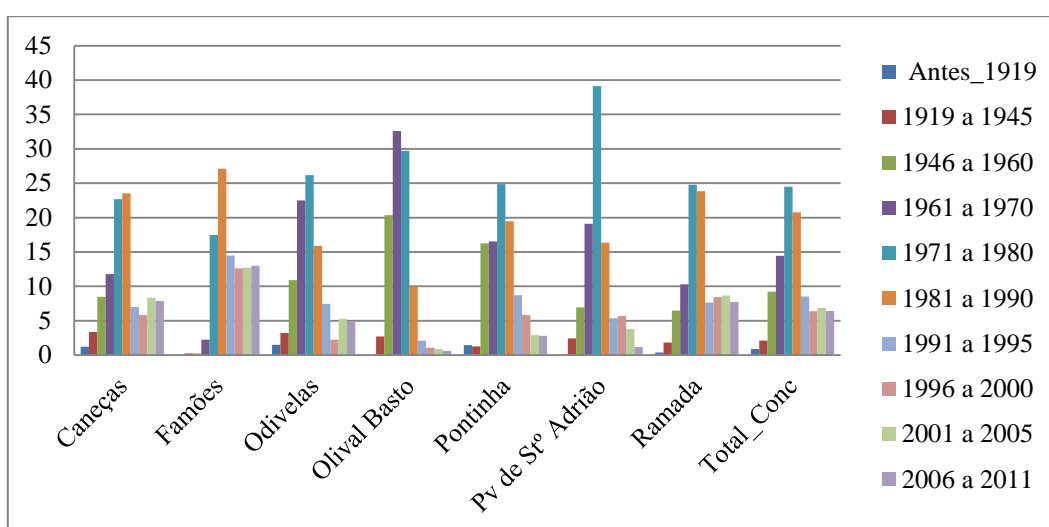


Fonte: INE, Censos 2011, 2001, 1991

Para concluir, tanto na Grande Lisboa, como no concelho de Odivelas, houve uma variação positiva significativa do edificado, se bem que esta variação foi mais acentuada no concelho de Odivelas.

No gráfico 3.3.2, no que concerne à evolução da época de construção dos edifícios, em termos percentuais, é de referir que, no concelho de Odivelas, o grande pico de construção deu-se entre 1971 a 1980, seguindo-se a época de 1981 a 1990, sendo que nos anos posteriores a construção do edificado foi sempre reduzindo.

Gráfico 3.3.2 – Percentagem de edifícios segundo a época de construção, por freguesia do concelho de Odivelas, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

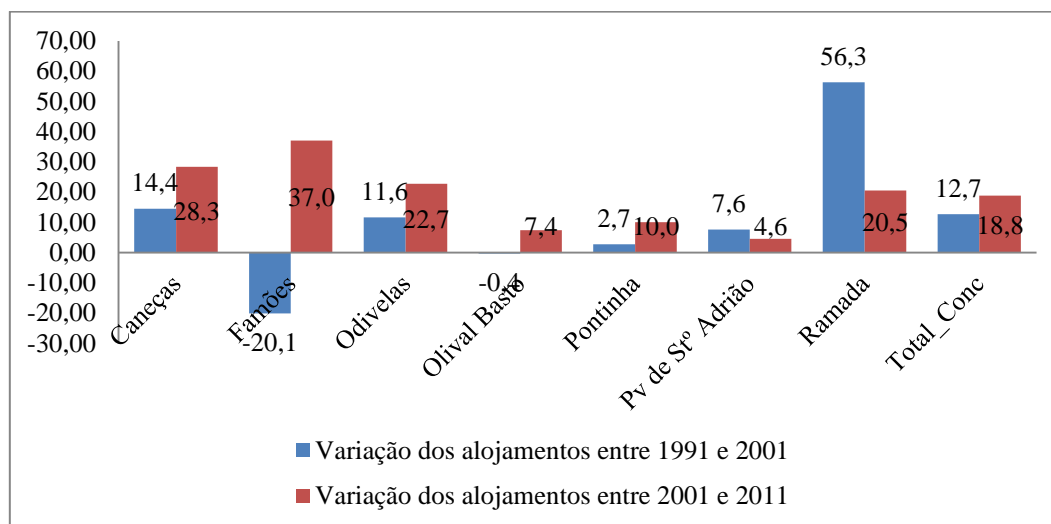
A freguesia que se destaca na construção de edifícios, em termos percentuais, é a freguesia da Póvoa de Santo Adrião onde, entre 1971 a 1980, deu-se 39% das construções da freguesia, sendo um valor bastante significativo, mesmo comparativamente ao concelho no seu total. Seguidamente destaca-se a freguesia de Olival Basto, em que o seu pico de construção ocorreu entre 1961 a 1970 (33%) e entre 1971 a 1980 (29,71%), apesar de nesta época haver um decréscimo de 3% na construção comparativamente à anterior.

De destacar ainda que a freguesia onde se deu a maior construção de edificado na época de 2006 a 2011 (época mais atual em análise), é a freguesia de Famões, crescendo a construção do edificado em cerca de 14%. Em termos do concelho de Odivelas,

salienta-se que também a este nível se regista uma diminuição da construção a partir de 1990.

No gráfico 3.3.3 está retratada a variação dos alojamentos, ao longo de duas décadas (1991 até 2011), com base nos dados dos censos.

Gráfico 3.3.3 - Variação dos alojamentos por freguesia do concelho de Odivelas (%), 1991, 2001, 2011



Fonte: INE, Censos 2011, 2001, 1991

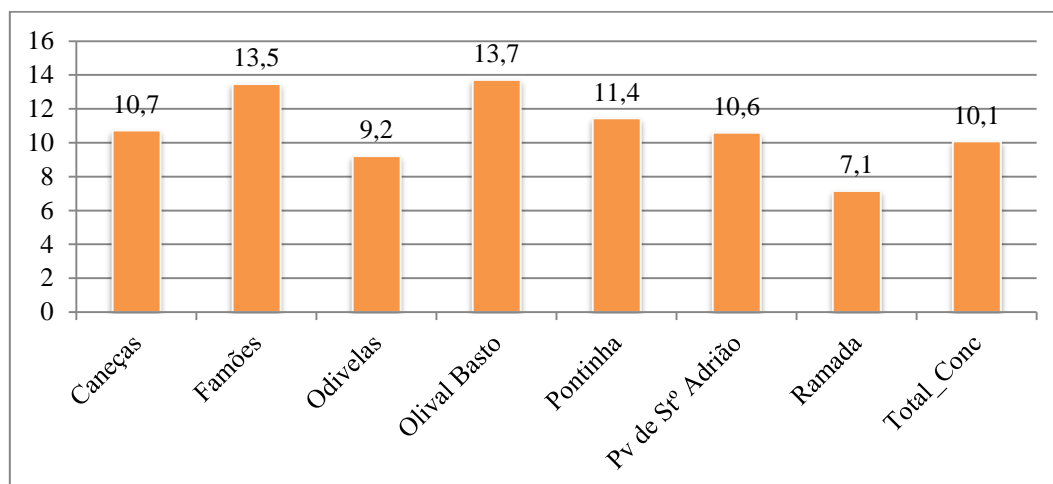
Entre 1991 e 2001, a freguesia que mais se destacou foi a da Ramada, onde a mesma obteve um aumento de 56,3% no número de alojamentos, passando dos 3081, em 1991, para os 7055 em 2001. Pelo contrário, na freguesia de Famões, ocorreu um decréscimo de -20,1% no número de alojamentos, sendo a variação mais negativa de todas as freguesias nesta década.

Na segunda década (2001-2011), destaca-se a freguesia de Famões, que regista um grande crescimento em relação à década anterior, tendo uma variação positiva de 37%. Em segundo lugar, surge o crescimento registado nas freguesias de Caneças e Odivelas, respetivamente, 28,3% e 22,7%.

No que toca aos alojamentos ao nível do total do concelho de Odivelas, estes, evoluíram favoravelmente entre os anos de 1991 até 2001 (12,7%), sendo que a variação positiva foi muito mais significativa na segunda década (2001-2011), 18,8%.

Na região da Grande Lisboa, verificou-se o processo inverso em termos de evolução dos alojamentos, tendo registado um crescimento maior na primeira década (1991-2001 = 15,3%) face ao crescimento verificado na segunda década (2001-2011 = 14,2%).

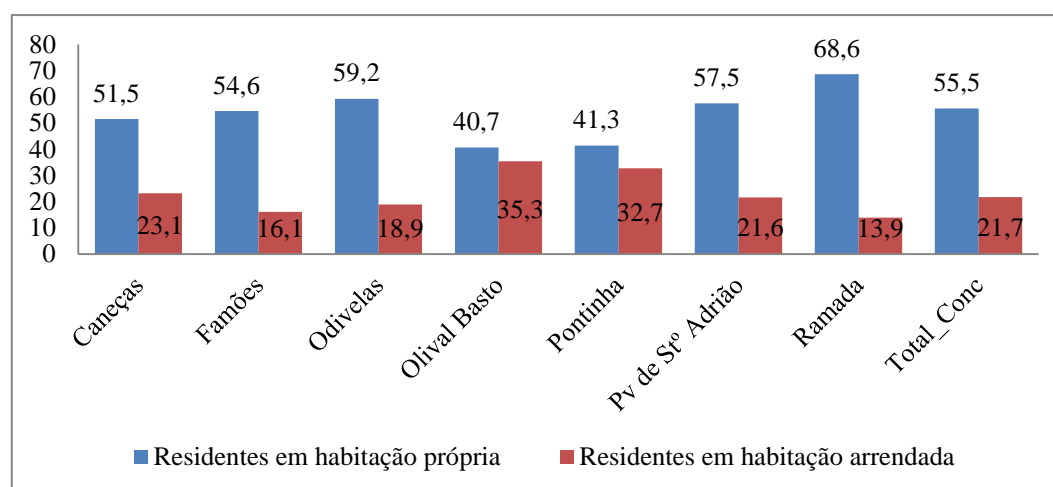
Gráfico 3.3.4 – Percentagem de alojamentos vagos por freguesia do concelho de Odivelas, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

No gráfico 3.3.4 verifica-se que as freguesias onde é mais elevado o número de alojamentos vagos são as freguesias de Olival Basto (13,7%) e Famões (13,5%), valores acima do que se verifica ao nível do concelho de Odivelas. As freguesias que contêm menos alojamentos vagos são as da Ramada (7,1%) e Odivelas (9,2%), abaixo do valor percentual do concelho de Odivelas.

Gráfico 3.3.5 - Regime de utilização habitacional por freguesia do concelho de Odivelas (%), 2011



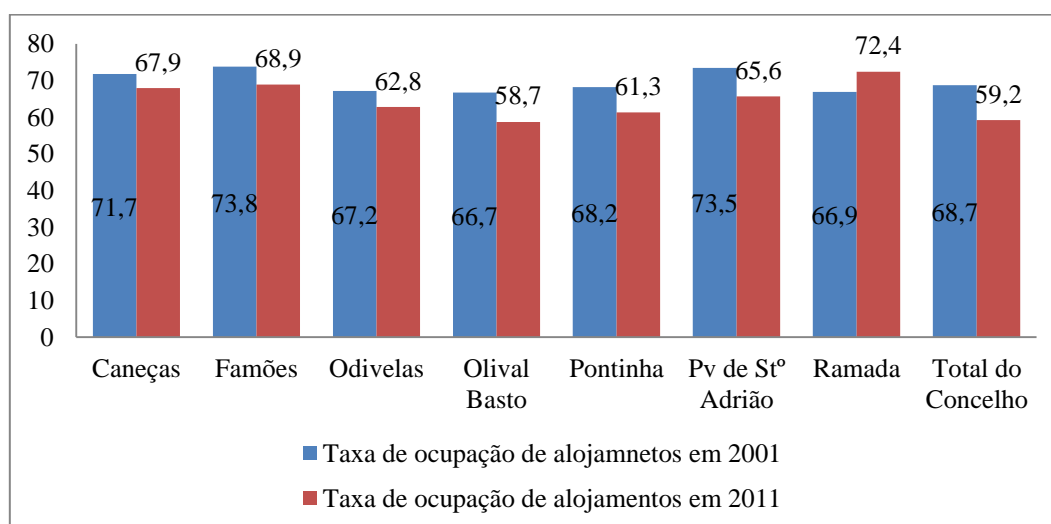
Fonte: INE, Censos 2011

Neste caso, existem mais alojamentos vagos na Grande Lisboa (12,7%) quando comparado com o concelho de Odivelas que detém apenas de 10,1% de alojamentos vagos.

A partir do gráfico 3.3.5, é possível constatar que em todas as freguesias do concelho de Odivelas (e no total do mesmo) predominam os residentes em habitação própria, relegando para segundo plano os residentes que optam por arrendar as respetivas residências.

No concelho de Odivelas existe 21,68% de alojamentos arrendados, enquanto a região da Grande Lisboa tem 22,79%. Já nos alojamentos com proprietário ocupante, relativos ao total do concelho representam 55,47%, enquanto à Grande Lisboa detém de 49,62%.

Gráfico 3.3.6 - Evolução da taxa de ocupação dos alojamentos por núcleos familiares nas freguesias do concelho de Odivelas, 2001-2011 (%)



Fonte: INE, Censos 2011, 2001

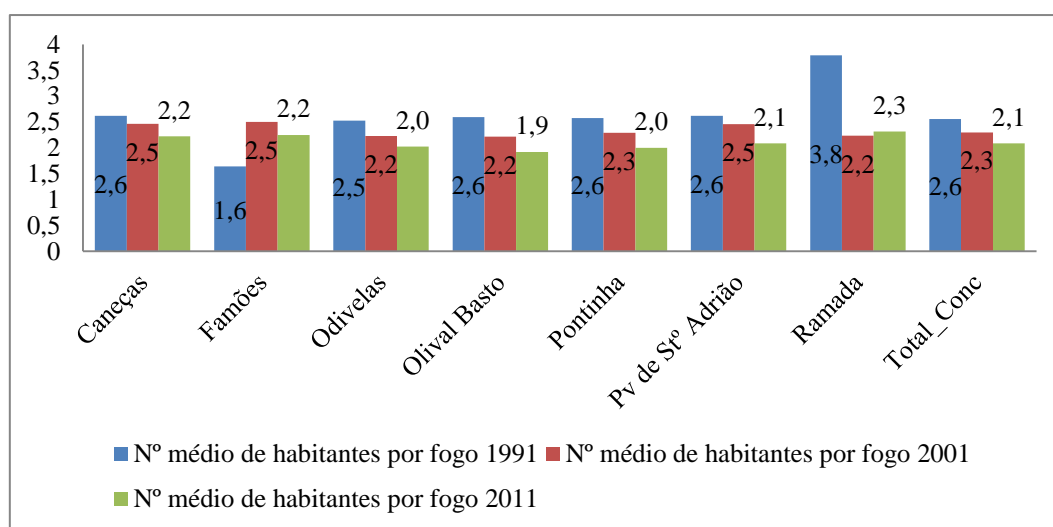
No gráfico 3.3.6, ao comparar os anos de 2001 e 2011, é possível constatar que, à exceção da freguesia da Ramada, em todas as freguesias do concelho de Odivelas e no próprio, se registou uma diminuição da taxa de ocupação de alojamentos.

Há que destacar os valores mais altos em termos percentuais no ano de 2001, quanto à taxa de ocupação dos alojamentos, registando-se os mesmos nas freguesias de Famões, com 73,8% de taxa de ocupação, seguindo-se a Póvoa de Santo Adrião com 73,5%. Já no ano de 2011 os valores mais altos verificaram-se nas freguesias da Ramada (72,4%),

seguindo-se a freguesia de Famões com 68,9% de ocupação. Relativamente ao concelho de Odivelas, deu-se um decréscimo na evolução, embora pouco significativo, sendo que em 2001 foi de 68,7% passando para, no ano de 2011, 59,2%.

O gráfico 3.3.7 revela que, na maior parte das freguesias, o número médio de habitantes por fogo tem vindo a diminuir ao longo das duas décadas em análise, excetuando o caso das freguesias de Famões e Ramada, que registam uma tendência diferente.

Gráfico 3.3.7 - Número médio de habitante por fogo, nas freguesias do concelho de Odivelas, 1991, 2001, 2011



Fonte: INE, Censos 2011, 2001, 1991

Destaca-se a freguesia de Famões, anteriormente referida, que, no ano de 2001, obteve um aumento significativo, regredindo, ligeiramente, em 2011. Expõe-se ainda o caso das freguesias de Caneças e da Ramada que, em 1991, tinham um número de residentes por fogo superior às restantes, mas, na segunda década, regrediram e a discrepância relativamente às restantes freguesias acabou por diminuir bastante, sendo os valores bastante aproximados. No caso do concelho de Odivelas, comparativamente à Grande Lisboa, apesar de, nas duas décadas, o cenário ser idêntico, a evolução do número de habitantes por fogo é sempre superior, ainda que relativamente, no concelho de Odivelas.

Capítulo 4 - Caracterização do bairro central – caso de estudo

Relativamente ao capítulo 4, que se refere a caracterização do bairro, mais especificamente à área urbana onde se insere o caso de estudo, este capítulo encontra-se subdividido em oito subcapítulos. Assim sendo, no subcapítulo 4.1 faz-se uma breve contextualização histórica e uma caracterização genérica da área urbana, onde se refere o desenvolvimento do bairro ao longo do tempo. Quanto ao subcapítulo 4.2 faz-se uma caracterização demográfica e socioeconómica do bairro, com representação gráfica, aplicação de inquéritos e respetiva análise. No que se refere ao subcapítulo 4.3, faz-se uma caracterização do parque habitacional e da dinâmica local do alojamento, com base numa representação gráfica, levantamento dos fogos vagos e análise. No que diz respeito subcapítulo 4.4, faz-se uma caracterização do comércio e serviços, de forma a saber-se que tipo de comércio e serviços existem no bairro. No que respeita ao subcapítulo 4.5 faz-se uma caracterização dos equipamentos e espaços de utilização coletiva, permitindo perceber se existem no bairro vastas áreas de lazer e convívio para a comunidade, bem como que tipo de espaços e equipamentos que a população utiliza no bairro. No subcapítulo 4.6, faz-se uma caracterização das dinâmicas locais de sociabilidade, de forma a perceber como a comunidade funciona entre si, através da identificação dos locais de utilização coletiva que a população possa utilizar para conviver (espaços culturais, de lazer e outros). Funcionando este subcapítulo em junção com o capítulo anteriormente referido. Quanto ao subcapítulo 4.7 faz-se uma caracterização das condições de mobilidade e transportes, utilizando o estudo por parte da CMO para se saber a rede de transportes no sentido de verificar se existe uma diversidade transportes para utilização da população do bairro. Por último, o subcapítulo 4.8 que é referente a qualificação ambiental faz-se através de estudos de técnicos da CMO para a verificação das áreas verdes no bairro.

Para completar 3 dos subcapítulos acima referidos, sendo eles o 4.2, 4.4 e 4.6 procedeu-se à inquirição dos residentes no bairro em estudo, realizando uma amostra estratificada, inquirindo-se pelo menos 66 residentes do total populacional, tendo como critério de seleção a idade (escalão etário definido pelo INE).

Para garantir esta representação proporcional utilizamos a amostragem aleatória estratificada que consiste em, começar por identificar os subgrupos significativos

(estratos), seguindo-se o cálculo do peso relativo (%) de cada um dos estratos na população e por fim utilizar, em cada um dos estratos, um procedimento de amostragem aleatória simples para escolher (na mesma proporção em que estão representados na população) os sujeitos de cada estrato que irão integrar a amostra. Os estratos são definidos em função da sua relação com o objetivo do estudo e devem ser mutuamente exclusivos (cada elemento da população apenas deve estar incluído num estrato), exaustivo (nenhum elemento da população pode ficar fora de um estrato).

Os inquéritos foram realizados à população residente no bairro, ou seja, na área de estudo, composta pelos eixos principais Rua Guilherme Gomes Fernandes, Avenida Dom Dinis e Rua dos Bombeiros Voluntários, num total de 66 inquéritos (Anexo III).

Em termos de localização do inquérito a principal rua onde foram inquiridas mais pessoas foi a Rua de Nampula com 14 inquéritos realizados, por seguinte a Rua Gil Eanes com 13 inquéritos, depois a Rua Espírito Santo com 7 inquéritos. Já no que respeita a localização da residência da população, a maior parte dos inquiridos reside na Rua Gil Eanes, por seguinte na Rua de Nampula, depois na Rua Luís de Camões, na Rua Guilherme Gomes Fernandes e na Rua Espírito Santo, entre outras, sendo estas as principais na área de estudo.

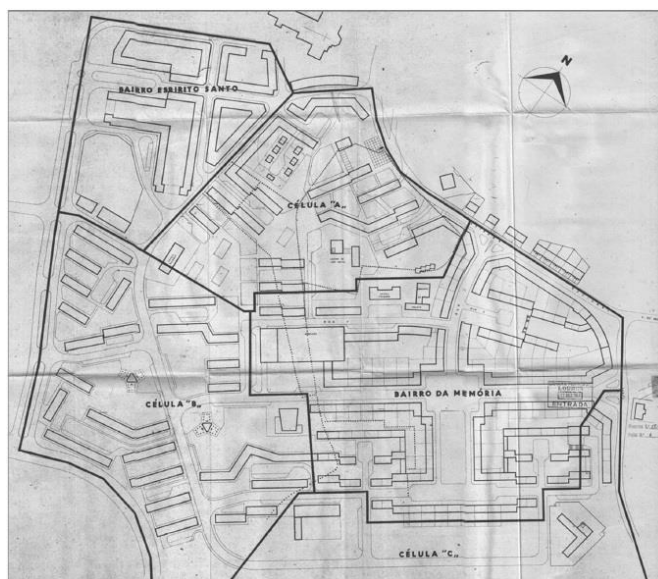
4.1 - Breve histórico e apresentação genérica da área urbana estudada

Com o final da Segunda Guerra Mundial dá-se em Portugal, um incremento nos processos industriais com vista ao desenvolvimento de novas indústrias e expansão daquelas que já existiam, especialmente na cidade de Lisboa e nas suas áreas envolventes. Este fenómeno é acompanhado pelas dificuldades cada vez mais acentuadas na agricultura, onde cada vez existe menos mão-de-obra. Isto faz com que acresça a necessidade iminente de se construir novos alojamentos para as populações, que de forma geral e persistente, vão imigrando para a cidade (Almeida e Durão, 2012).

A situação descrita anteriormente veio modificar e transformar o território de Odivelas. Num quadro de quase ausência de planeamento, e face à pressão de urbanização rápida, gerou-se a necessidade de requalificar, sendo que existem locais onde não é fácil incrementar este processo para que sejam requalificados. No caso da envolvente da aldeia (atual centro histórico) de Odivelas, realizaram-se nos finais dos anos 50 do

século XX, planos urbanos de forma a ordenar e a expandir este território. Existiram dois planos urbanos que tiveram uma maior importância, pelo facto de se executarem nas principais quintas que envolviam praticamente todo o centro histórico, sendo esses, o plano para a Quinta do Mendes e o plano que engloba a Quinta do Espírito Santo, Quinta da Memória e parte do centro histórico e outras quintas a Sul, que se apresenta na figura 4.1.1 (Almeida e Durão, 2012).

Figura 4.1.1 - Plano Geral que integra a Quinta da Memória, parte da Quinta do Espírito Santo e parte da aldeia junto ao mosteiro - Unidades de execução.



Fonte: Almeida e Durão, 2012:45

O plano urbano da Quinta do Mendes foi promovido pelo Prof. Doutor Augusto Abreu Lopes, que era professor, investigador e médico veterinário, sendo ele o principal proprietário na localidade, na altura em que se deu a expansão urbana. Este plano era constituído por vários loteamentos por fases de execução. No decurso do processo, existiram algumas alterações em casos pontuais. Existiu um conjunto de edifícios, que foram iniciados no ano de 1951, que surgem ordenados ao longo da Rua Guilherme Gomes Fernandes, sendo que estes apesar de estarem desenhados no plano da Quinta do Mendes não faziam parte da mesma.

Relativamente ao plano que engloba a Quinta do Espírito Santo, Quinta da Memória e parte do centro histórico e outras quintas a Sul, este plano terá sido executado

anteriormente ao loteamento do bairro do Espírito Santo, em que o loteamento é diferente na relação com o tecido urbano existente na rua da Fonte.

“O plano de loteamento da parte da Quinta do Espírito Santo, junto à rua da Fonte (atual rua António Maria Bravo) e à rua do Espírito Santo, foi exposto em 1953 por Luís Simões Henriques que era o proprietário da respetiva quinta. No requerimento em que solicita a aprovação do anteprojeto do loteamento o proprietário afirma tratar-se “ (...) de uma zona onde é notória a falta de habitações, e onde grande parte das que existem estão longe de corresponder às mais elementares condições de higiene, e ainda, atendendo a que o local constitui um prolongamento do aglomerado urbano da povoação de Odivelas, sem sitio saudável e já servido por rede de esgotos e abastecimento de água, supõe o signatário, representar esta iniciativa um melhoramento notável para a região” (Almeida e Durão, 2012:43-46). “O plano foi executado conforme está apresentado no Plano Geral, exceto nos pontos de contato com o tecido existente, que foi mantido e que foi realizado conforme o respetivo projeto de loteamento” (Almeida e Durão, 2012:46).

Os dois planos foram criados com as linhagens urbanas da época, em que se assenta com a fraca relação com o local. O plano urbano da Quinta do Mendes preocupava-se com os equipamentos em que cedia uma área alargada para escolas e um parque público, já no plano que incluía a Quinta da Memória existiam poucas sugestões para implantação de equipamentos. Existe assim uma falta de nitidez em relação ao espaço urbano que conduzia a uma fragmentação da forma urbana, o que leva a uma perturbação com esta nova urbe. Isto terá sido devido ao carácter suburbano que estas urbanizações detêm, e certamente, à falta de orientação técnica por parte dos serviços municipais, ainda muito desprovidos na época (Almeida e Durão, 2012).

As quintas que estavam na envolvente do centro histórico transformaram-se em loteamentos, o que levou a uma diminuição da qualidade ambiental na sua envolvente, isto tudo, devido a densificação bastante elevada, o que gera um isolamento do núcleo que se percebe através das diferentes características da forma urbana, mas também pela distinção relativamente à densidade do edificado que a envolve. Os núcleos correspondiam apenas a uma unidade morfológica, que era uma ou duas ruas, um ou dois grupos de casas, que correspondiam a quarteirões (Almeida e Durão, 2012).

Dentro deste contexto existia um modelo rudimentar, que era, uma só rua com casas de ambos os lados ou duas ruas paralelas com duas frentes de casas entre elas. Esta última forma de ocupação corresponde ao ajustamento inicial das casas em Odivelas. Devido às duas ruas que eram paralelas e que se formavam a partir de um só caminho de chegada, fazia com que o conjunto detivesse uma configuração que se ia estreitando nos extremos, neste caso era só no extremo sudeste, que era bifurcação da chegada de Lisboa. A frente norte da Rua de Cima e o lado sul da Rua Direita, que corresponde a área entre a Quinta da Memória e a Rua da Fonte, estas mantinham-se sem construção e provavelmente com ocupação mista ferragiais e quintas (Almeida e Durão, 2012).

Nos meados do século XX, é que se inicia o processo de expansão acelerado, este fenómeno vai incitar a passagem de uma área rural para um subúrbio, com implicação imediata e transitória do núcleo antigo pelos novos edifícios, onde não existiam pontos de articulação, o que levou a conservação da estrutura essencial do centro histórico, em que as ruas periféricas foram fixadas no dito lado “novo”, devido à existência das construções mais modernas (Almeida e Durão, 2012).

O seguimento das alterações sucedidas de forma súbita e centrada no tempo em que estas se sucederam ao longo dos vários períodos de forma lenta em termos de evolução, é uma das características comuns em muitas cidades europeias desde a Idade Média. No caso de Odivelas estes momentos acontecerão por mais que uma vez, primeiro com a construção do mosteiro e o ajustamento do primeiro sistema de ruas e casa. Mas nestes primeiros momentos tratava-se da passagem de um território sem ocupação para a ocupação de população permanente, depois do ano de 1950 existe uma transformação radical. Passando de um núcleo estável e consolidado desde o século XVIII e que vai ser sujeito a um conjunto de urbanizações aceleradas a partir dos anos 50, sem que exista qualquer tempo ou fase intermédia nesta evolução e crescimento. Contudo, esta modificação no território levou Odivelas, de um contexto rural, a um subúrbio ou cidade satélite de Lisboa (Almeida e Durão, 2012).

Figura 4.1.2 - Comparação com fotografia de satélite (Google Earth) em que se vê que se mantiveram junto aos mosteiros as casas que fazem o seu remate a sul, um quarteirão (com a travessa das Cardosas ao centro) e a Quinta da Memória sem intervenção nessa época



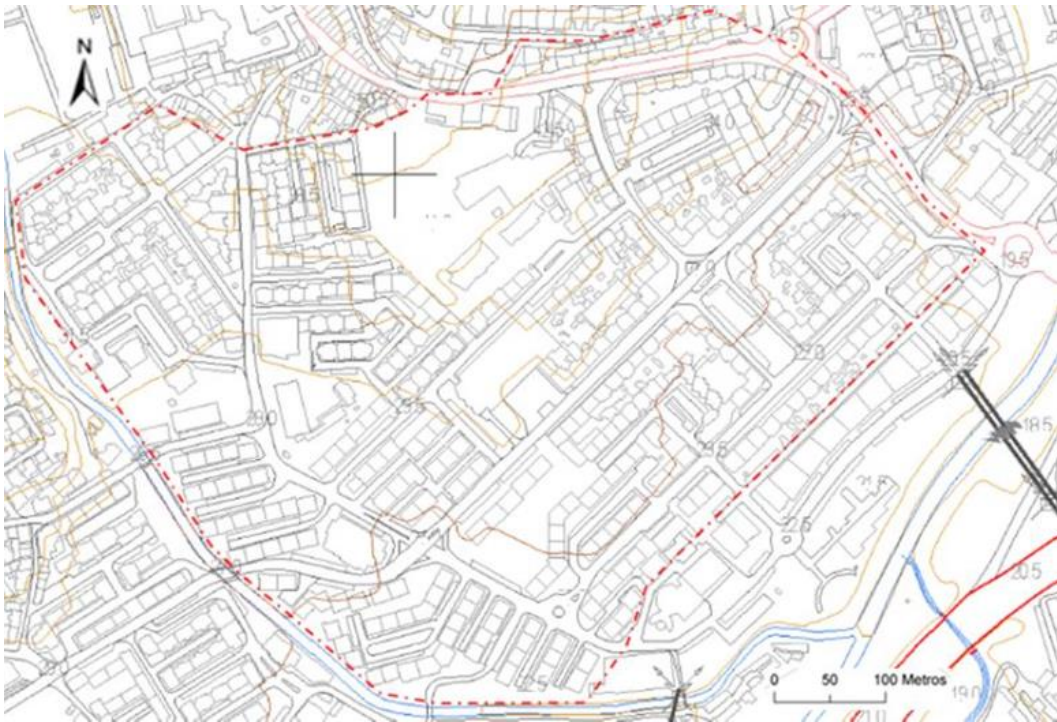
Fonte: Almeida e Durão, 2012:46

A figura 4.1.2 é a área de crescimento urbano desencadeado nos anos 50 do século XX que corresponde às áreas de povoamento e crescimento massivo da população da cidade de Odivelas, encontrando-se essas áreas, urbanisticamente já consolidadas e manifestando uma vetustez generalizada e que nos motivou a escolha da área de estudo.

Através da figura 4.1.3, que representa o bairro, ou seja, a área de estudo neste processo de investigação, verificamos que este se encontra inserindo em três eixos de vias principais, sendo esses: a Rua Guilherme Gomes Fernandes, Avenida Dom Dinis e Rua dos Bombeiros Voluntários, ficando este bairro situado na área central do concelho de Odivelas.

A escolha desta área de estudo está relacionada com os conteúdos funcionais da área académica em apreço, mas também pelo facto de se verificar a existência de algumas tendências de declínio urbano, sobre as quais se tenciona utilizar estratégias que conduzam à regeneração urbana da área de estudo.

Figura 4.1.3 - Delimitação da área de estudo



Fonte: CMO, Cartografia municipal, 2016

Existem alguns pontos a ter em conta nesta intervenção, pois ocorre um envelhecimento a nível da população residente e uma carência de espaços públicos e áreas de lazer para a população local, mas também, pelo facto de se verificar uma grande diversidade de usos, tanto a nível de habitação, serviços e comércio, sendo que neste sentido seja uma aposta num futuro próximo se for de todo bem aproveitado, a nível destas características.

Para desenvolver o estudo de análise e caracterização que se segue, recorreremos à base geográfica de georreferenciação de informação (BGRI), a qual é composta pelas subsecções estatísticas abrangidas pela delimitação da área de estudo, conforme se apresenta a figura 4.1.4, o que permitiu fazer uso dos dados do INE, principalmente os inerentes ao Censos 2011.

Figura 4.1.4 - BGRI na área de estudo



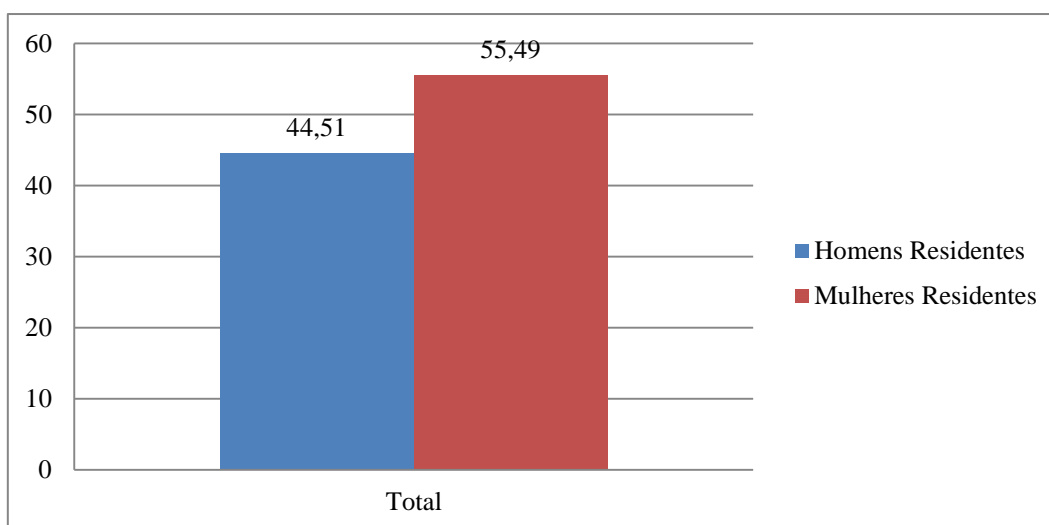
Fonte: Autoria Própria, BGRI, INE, 2011

4.2 - Caracterização demográfica e socioeconómica

Antes de se passar para análise demográfica e socioeconómica com base nos gráficos, é importante referir que existem 7183 indivíduos a residir no bairro, isto em valores absolutos, com base nos censos 2011, ao nível da subsecção, sendo que 3197 são homens e 3986 são mulheres, assim verifica-se que existem mais pessoas do sexo feminino do que masculino.

No gráfico 4.2.1 está representada a percentagem de população residente, quer masculina e feminina, no bairro.

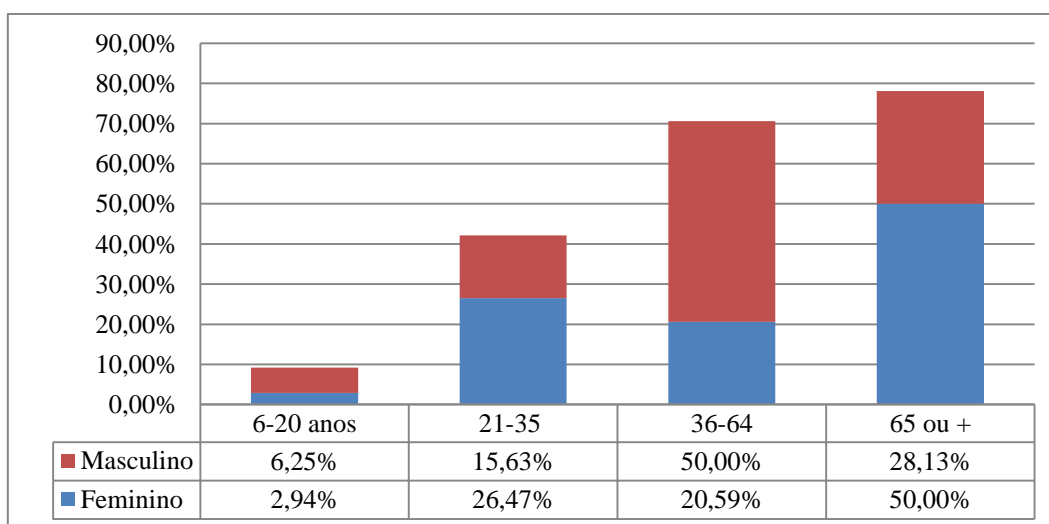
Gráfico 4.2.1 – Percentagem da população residente masculina e feminina, no bairro



Fonte: INE, Censos 2011

É possível observar que a população residente feminina do bairro tem maior representatividade, correspondendo a 55% do total, ao contrário da população masculina que se fica pelos 45%.

Gráfico 4.2.2 - Género e idade da população residente no bairro, (%)



Fonte: Inquérito à População, 2016

Através da análise do gráfico 4.2.2 que representa o género e idade da população residente no bairro. Verifica-se de forma geral que a maioria das pessoas inquiridas são predominantemente mais idosas, isto é, na faixa dos 65 ou mais anos.

Verifica-se também que no sexo feminino a predominância é na faixa etária 65 ou mais anos onde estão representados 50% da população feminina inquirida. A faixa dos 21-35 anos é representada por 26.47% da população feminina inquirida. Já no sexo masculino a faixa etária mais predominante é a dos 36 aos 64 anos onde está representado 50% da população masculina inquirida. A faixa etária dos 65 ou mais anos também apresenta uma predominância de inquiridos do sexo masculino com cerca de 28.13% da população inquirida masculina e que revela que esta é mais idosa.

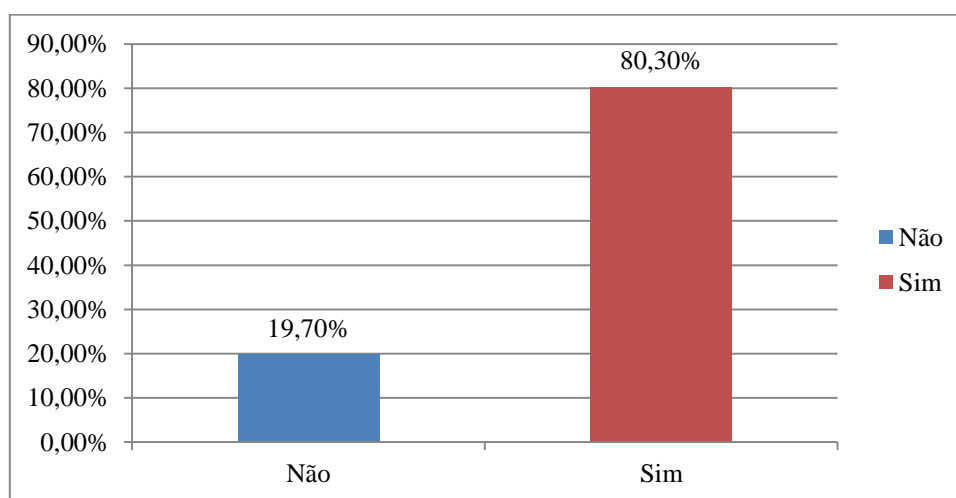
Tabela 4.2.1 – Índice de envelhecimento no bairro

IE no bairro	
2011	314,8

Fonte: INE, Censos 2011

Através da tabela 4.2.1, pode-se verificar o índice de envelhecimento no bairro, com base nos dados dos censos de 2011 (INE), à subsecção estatística. Assim sendo, constata-se que na área de estudo existe 314,8 idosos (por cada 100 jovens) a residir no bairro. Podendo então verificar-se que o bairro tem um carácter acentuado de população envelhecida, sendo estes valores mais elevados que o concelho de Odivelas (107,3 idosos), que a freguesia de Odivelas (onde se insere o bairro), com 107,2 idosos. Ainda de salientar que o bairro consegue deter mais população envelhecida que a Grande Lisboa, sendo que esta no ano de 2011 tinha 224,8 idosos por cada 100 jovens, enquanto o bairro tem valores superiores.

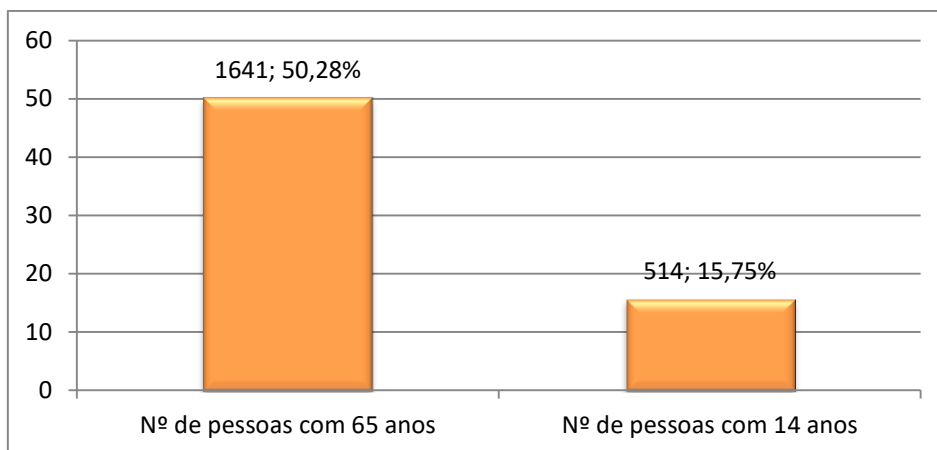
Gráfico 4.2.3 - População residente se detém família no bairro (%)



Fonte: Inquérito à População, 2016

O gráfico 4.2.3 representa a população inquirida se reside sozinha ou se reside com algum familiar. Analisando o gráfico pode-se verificar que existe uma predominância do Sim, isto é, 80.30% da população inquirida vive com algum familiar e 19.70% da população inquirida refere que mora sozinha.

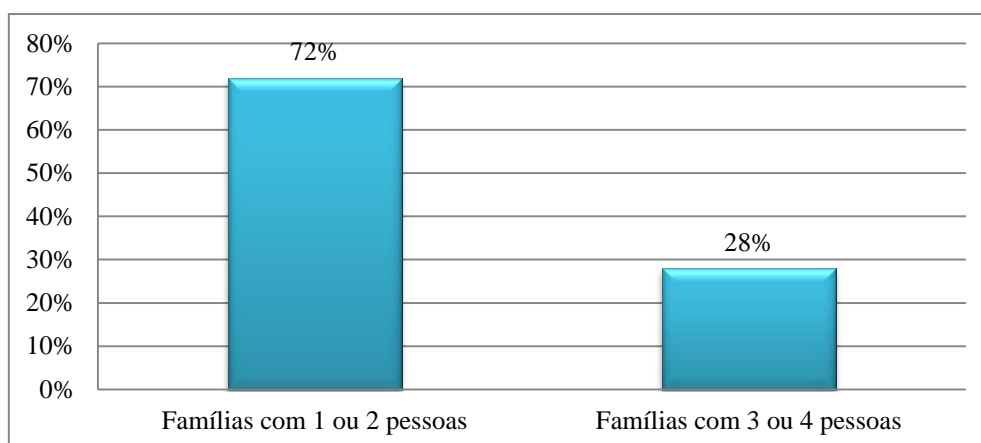
Gráfico 4.2.4 - Famílias clássicas e sua estrutura etária, no bairro (%), 2011



Fonte: INE, Censos 2011

No gráfico 4.2.4, pode-se verificar no bairro a representação das famílias clássicas e sua estrutura etária, sendo que a predominância é a constituição de famílias com membros com 65 ou mais anos, podendo constar-se que em termos absolutos existem 1641 famílias com estes constituintes, representando assim 50,28%. Constata-se assim que existe mais famílias que são constituídas por população idosa, pois a nível de famílias clássicas com estrutura familiar de pessoas com 14 anos, tem uma representatividade menor com valores de 15,75% (514 valores absolutos).

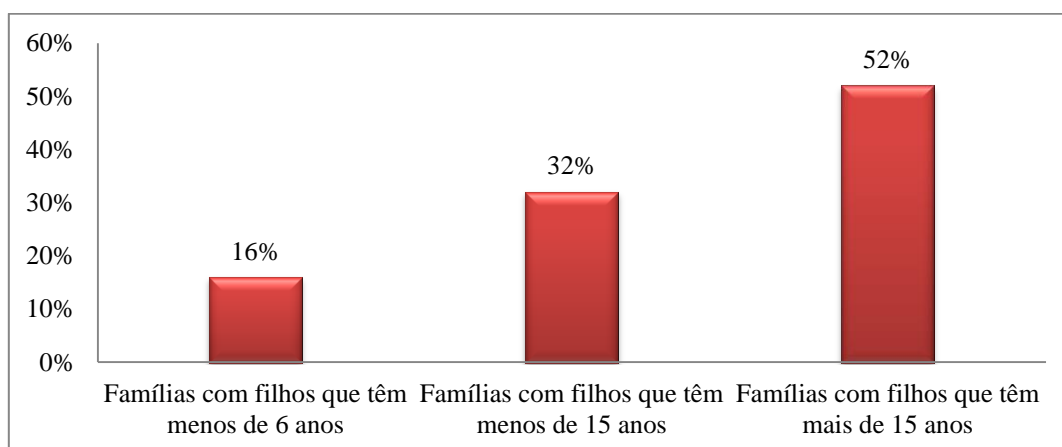
Gráfico 4.2.5 - Distribuição das famílias segundo a dimensão, no bairro (%), 2011



Fonte: INE, Censos 2011

O gráfico 4.2.5 representa a distribuição das famílias segundo a dimensão no bairro. Consta-se que a grande predominância no bairro é constituição de famílias com 1 ou 2 pessoas, tendo assim em termos percentuais 72%, enquanto as famílias com 3 ou 4 pessoas representam apenas 28%.

Gráfico 4.2.6 - Núcleos familiares segundo a idade dos filhos, no bairro (%), 2011

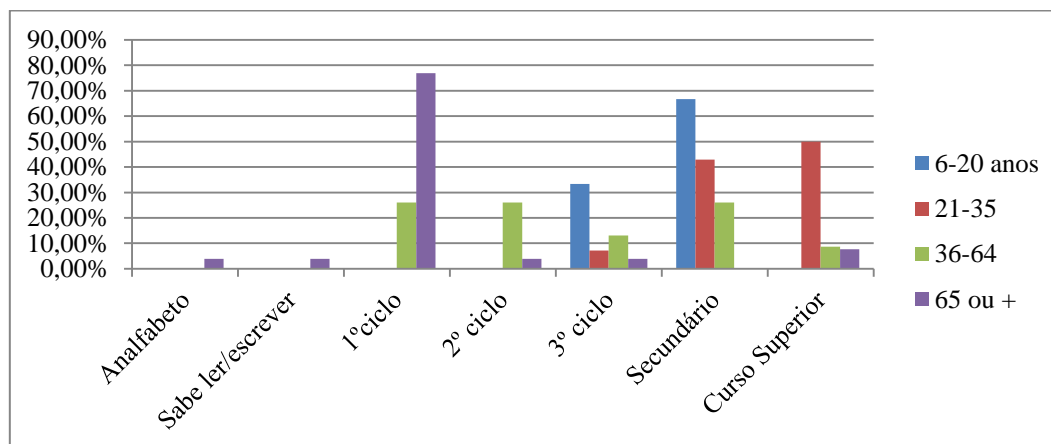


Fonte: INE, Censos 2011

Verifica-se através do gráfico 4.2.6 que representa os núcleos familiares segundo a idade dos filhos que existem mais famílias com filhos que têm mais de 15 anos, representando 52%, do que famílias com filhos que têm menos de 6 anos, representando apenas 16%, assim consta-se que as famílias são constituídas por filhos na idade da

adolescência, havendo assim um menor número de crianças na constituição das famílias.

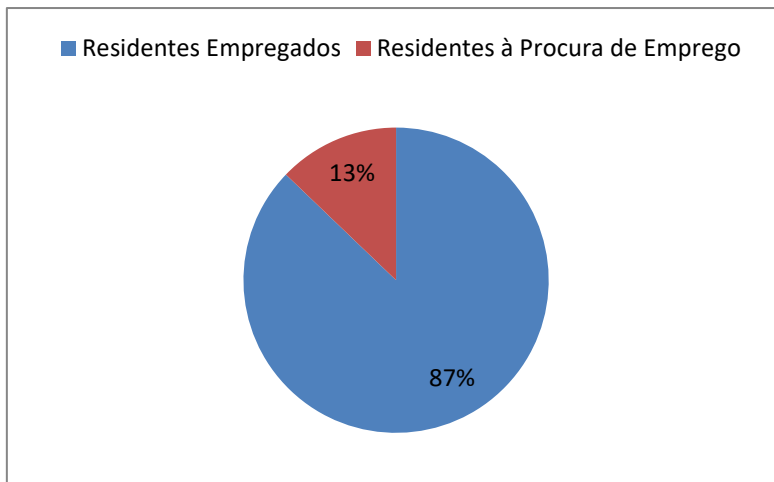
Gráfico 4.2.7 - Idade da população residente no bairro e o grau de escolaridade (%)



Fonte: Inquérito à População, 2016

Ao analisar o gráfico 4.2.7 pode-se verificar que a faixa etária que se destaca mais é a dos 65 ou mais anos, onde 76,92% da população inquirida nesta faixa etária tem o 1.º ciclo. De seguida pode-se verificar que a faixa dos 6-20 anos se destaca na medida em que 66,67% da população inquirida nesta faixa etária tem o ensino secundário. Já na faixa dos 21-35 anos, 50% da população inquirida nesta faixa etária tem curso superior. Destaca-se também a faixa dos 36-64 anos, onde cerca de 26,09% tem o 1º ciclo, 2º ciclo e ensino secundário.

Gráfico 4.2.8 - População residente em idade ativa no bairro (%), 2011

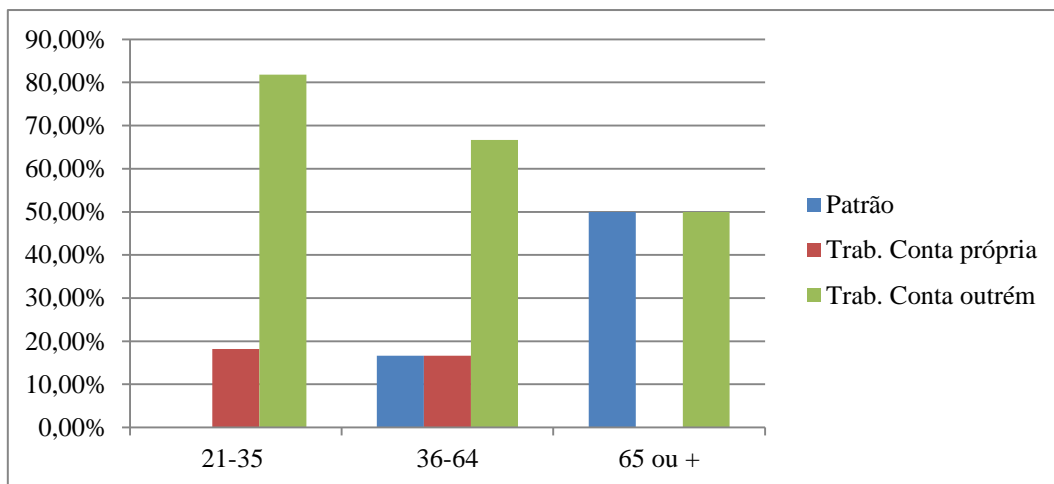


Fonte: INE, Censos 2011

No gráfico 4.2.8 estão representados os residentes em idade ativa no bairro. É evidente, que a população residente no bairro está, na sua maioria empregada, representando 87%. Podendo verificar-se que 13% da população residente no bairro encontra-se desempregada, estando considerado pelo INE que estes estão à procura de emprego.

Este gráfico (4.2.9) representa a população residente em idade ativa no bairro, subdividida por categorias, sendo estas patrão, trabalhador por conta própria e trabalhador por conta de outrem. Analisando o gráfico de forma genérica pode-se verificar que se destaca em todas as faixas etárias o domínio por parte do trabalhador por conta de outrem, sendo exceção a faixa etária dos 65 ou mais anos.

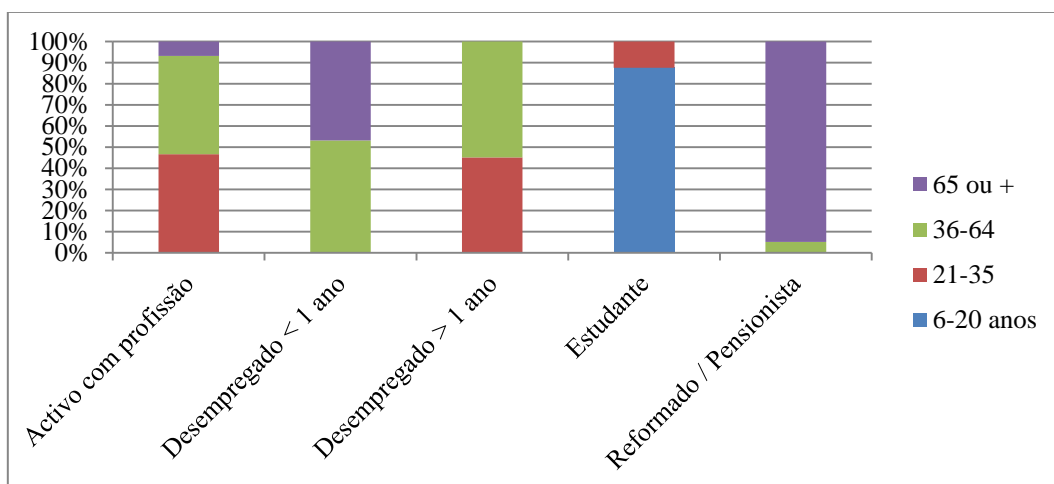
Gráfico 4.2.9 - População residente do bairro em idade ativa (%)



Fonte: Inquérito à População, 2016

Analisando de forma mais específica pode-se verificar que na faixa etária dos 21-35 anos, onde 81.82% da população inquirida nesta faixa etária trabalha por conta outrem. Na faixa etária dos 36-64 anos, 66.67% da população inquirida deste grupo trabalha por conta de outrem. Já na faixa dos 65 ou mais anos, 50% é patrão e outros 50% trabalham por conta de outrem.

Gráfico 4.2.10 - Idade da população residente do bairro e a sua situação profissional (%)



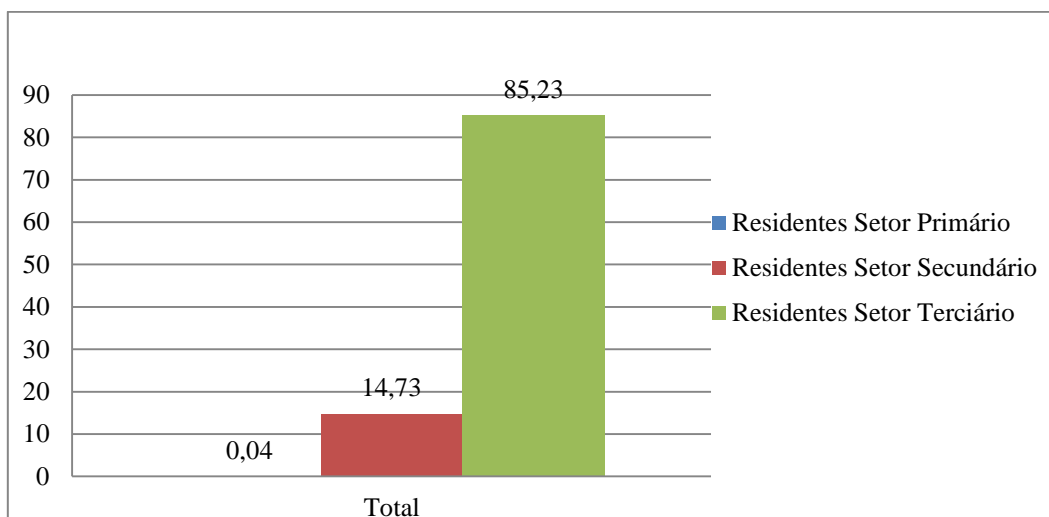
Fonte: Inquérito à População, 2016

O gráfico 4.2.10 representa a idade da população residente em junção com a sua situação profissional.

A faixa etária que mais se destaca é a dos 65 ou mais anos onde mais de 80.77% da população inquirida é reformado/pensionista.

De seguida encontra-se a faixa etária entre os 21-35 anos onde 78.57% da população inquirida é ativa com profissão e a faixa etária dos 36-64 anos onde 78.26% da população inquirida é ativa com profissão.

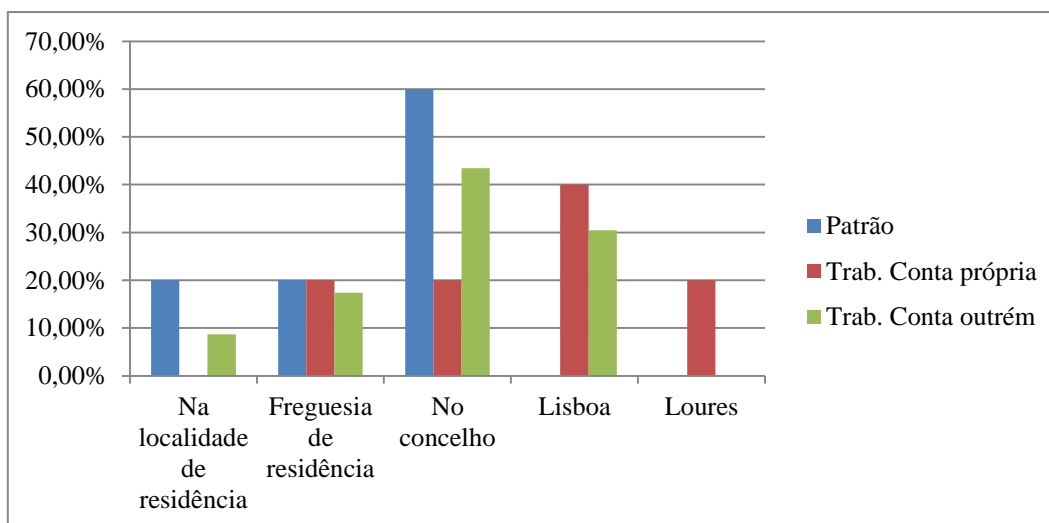
Gráfico 4.2.11 - Estrutura da população ativa por setor de atividade, no bairro (%), 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Tomando como base a informação do INE à subsecção, o gráfico 4.2.11 representa a estrutura da população ativa por setor de atividade. É possível afirmar que a população ativa está empregada, maioritariamente, no setor terciário, ou seja, o setor dos serviços e comércio, com 85%. Destaca-se, ainda, a ínfima percentagem de população ativa empregue no setor primário, com 0,04% do total da mesma, sendo que os restantes cerca de 15% da população ativa estão empregues no setor secundário.

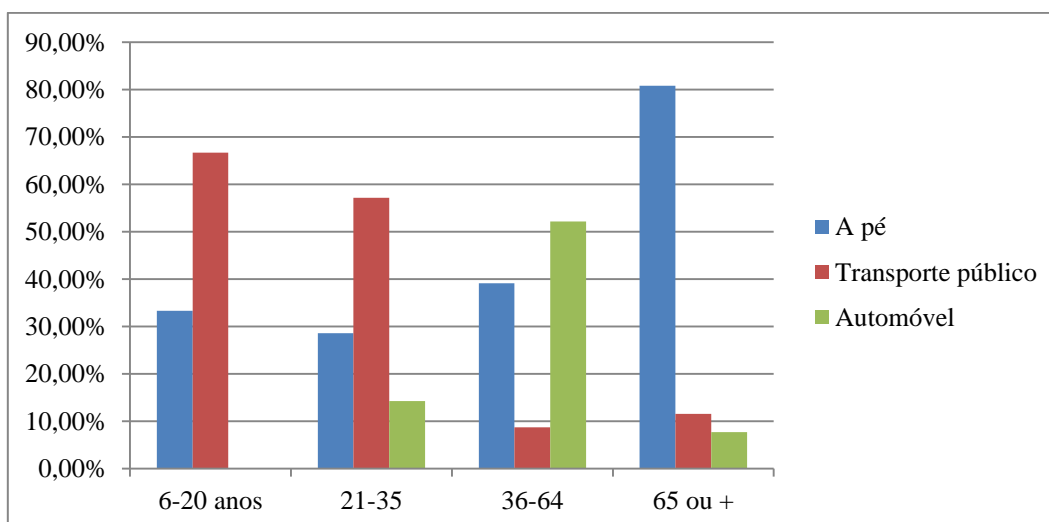
Gráfico 4.2.12 - População residente ativa do bairro e o seu local de trabalho (%)



Fonte: Inquérito à População, 2016

Confrontando estes valores com a informação obtida por inquérito e presente no gráfico 4.2.12 relativo à população residente ativa do bairro e o seu local de trabalho, pode-se verificar que na categoria de Patrão 60% da população inquirida trabalha no concelho de Odivelas. Na categoria de Trabalhadores por conta própria pode constatar-se que 40% trabalha em Lisboa. Na categoria de Trabalhadores por conta de outrem verifica-se que 43,48% da população inquirida trabalha no concelho de Odivelas e 30,43% em Lisboa.

Gráfico 4.2.13 – Modo de deslocação da população residente do bairro (%)

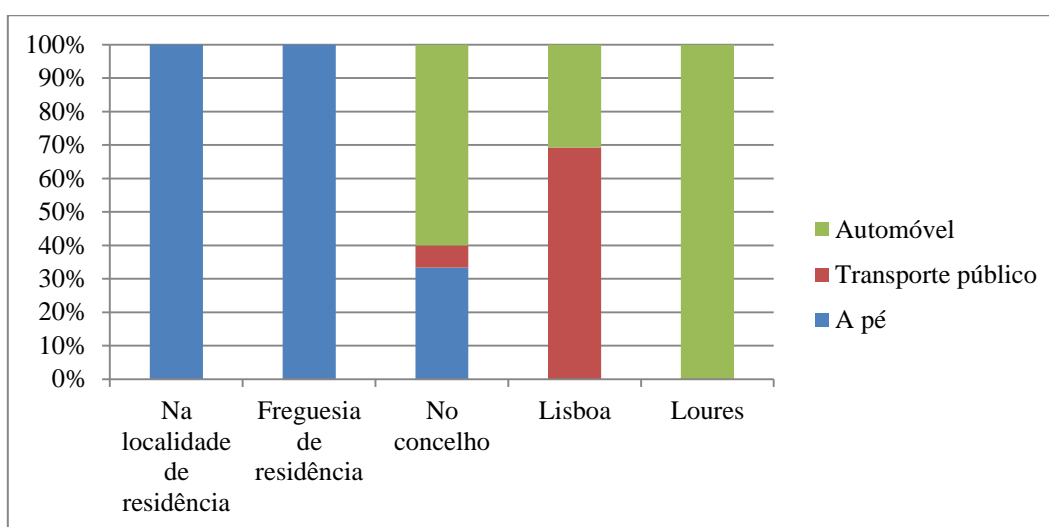


Fonte: Inquérito à População, 2016

O gráfico 4.2.13 representa o modo de deslocação da população residente do bairro, em valores percentuais.

Ao analisar o gráfico pode-se verificar que na faixa etária dos 6-20 anos, 66.67% da população inquirida desloca-se de transportes públicos. Na faixa etária dos 21-35 anos, 57.14% da população inquirida desloca-se de transportes públicos. Já na faixa etária dos 36-64 anos, 52.17% da população desloca-se de automóvel. Por fim, na faixa etária dos 65 ou mais anos, 80.77% da população inquirida desloca-se a pé.

Gráfico 4.2.14 - Modo de deslocação da população residente no bairro por destino (%)



Fonte: Inquérito à População, 2016

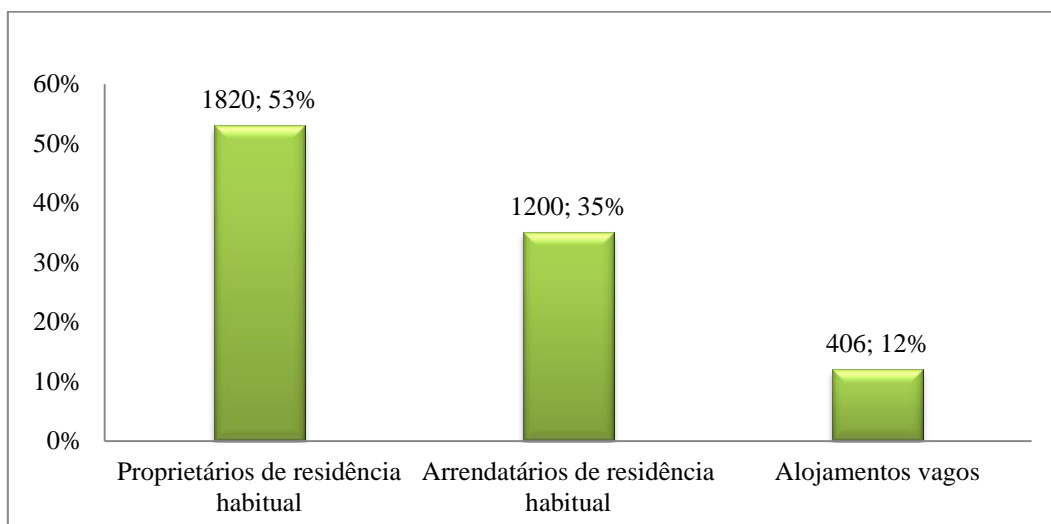
O gráfico 4.2.14 representa o modo de deslocação da população residente no bairro por destino. Analisando o gráfico mais especificamente, pode dizer-se que quando o destino é a localidade de residência, 100% da população inquirida desloca-se a pé, assim como quando o destino é a freguesia de residência. Já quando o destino são outras freguesias do concelho pode-se verificar que se destaca o modo de deslocação automóvel com 60%. Para Lisboa, 69.23% da população inquirida desloca-se de transporte público, enquanto para Loures, 100% da população inquirida desloca-se de automóvel.

4.3 - Caracterização do parque habitacional e da dinâmica local de alojamento

No gráfico 4.3.1 representado em baixo, consta-se o regime de ocupação habitacional no bairro, segundo dados do INE e nele se pode verificar que o regime próprio

representa 53% (absolutos 1820), enquanto os alojamentos arrendados para uso de residência habitual, têm valores de 35%, o que representa um uso significativo de arrendamentos no bairro.

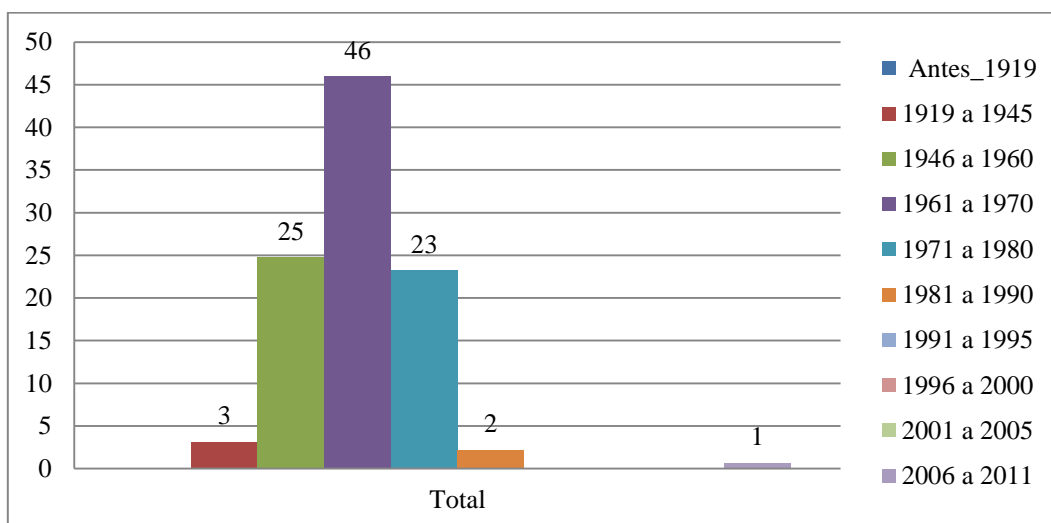
Gráfico 4.3.1 - Regime de ocupação habitacional no bairro (%), 2011



Fonte: INE, Censos 2011

No que diz respeito aos alojamentos vagos no bairro, segundo os dados do INE à subsecção, em valores absolutos são 406, portanto no ano 2011, já existiam cerca de 12% de fogos devolutos.

Gráfico 4.3.2 - Época de construção do edificado no bairro (%), 2011



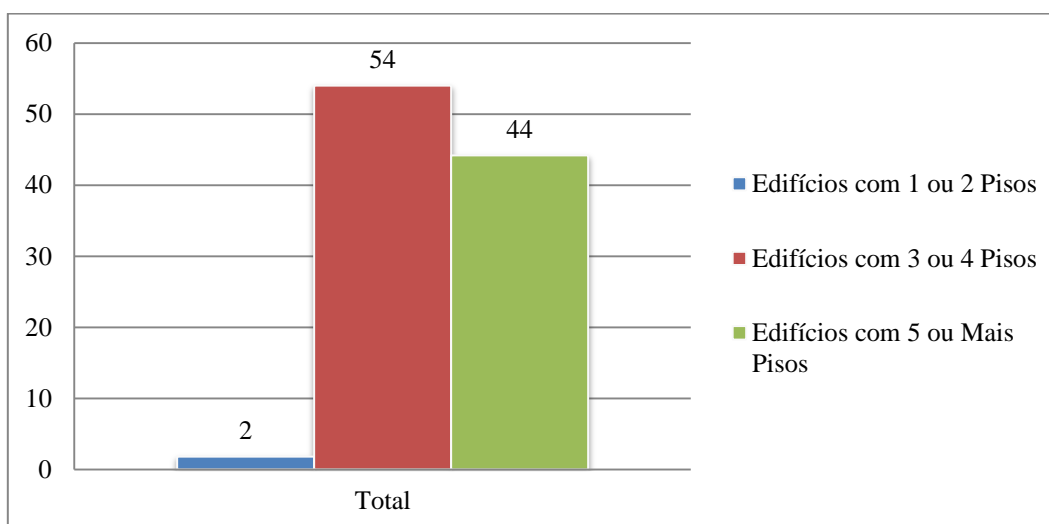
Fonte: INE, Censos 2011

O gráfico 4.3.2 representa a época de construção do edificado no bairro, com valores percentuais, com base nos códigos a nível da subsecção, relativamente ao ano censitário de 2011.

Pode-se perceber que os anos onde existiu um pico de construção do bairro ocorreram entre 1961 a 1970, que corresponde 46% das construções no bairro. Por conseguinte foi entre os anos de 1946 a 1960, que existiu 25% das construções do edificado no bairro. Com alguma importância também foi entre 1971 a 1980, onde existiu algumas construções a nível do edificado no bairro, correspondendo a 23%.

Por último, pode-se perceber que os restantes anos não tiveram grande enfoque nas construções do edificado, havendo mesmo alguns sem qualquer construção no bairro.

Gráfico 4.3.3 - Volumetria do edificado do bairro sob número de pisos (%), 2011



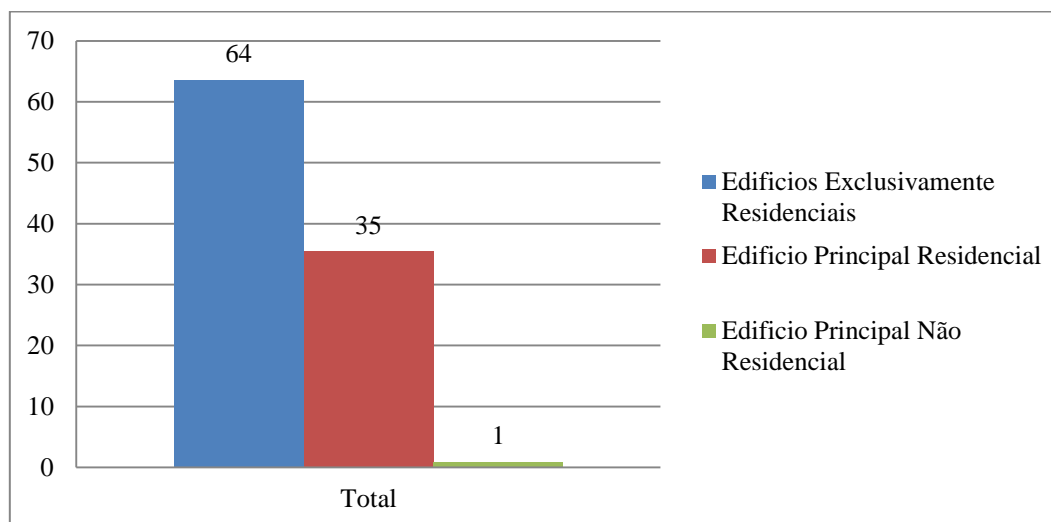
Fonte: INE, Censos, 2011

No gráfico 4.3.3 pode-se observar a volumetria do edificado do bairro sob número de pisos, em valores percentuais, com base nos códigos a nível da subsecção, relativamente ao ano censitário de 2011. Depreende-se através do gráfico que em termos de volume (altura dos edifícios), existe a predominância de edifícios com 3 ou 4 pisos no bairro, que corresponde a 54% dos edifícios existentes no bairro.

Por seguinte, com destaque significativo no bairro, são os edifícios com 5 ou mais pisos, que representam 44% do edificado no bairro. Pode-se então constatar que o edificado

com 1 ou 2 pisos, não tem quase valor significativo no bairro, estando apenas representado em 2% do edificado geral do bairro.

Gráfico 4.3.4 – Percentagem de edifícios clássicos residenciais e exclusivamente residenciais no bairro, 2011

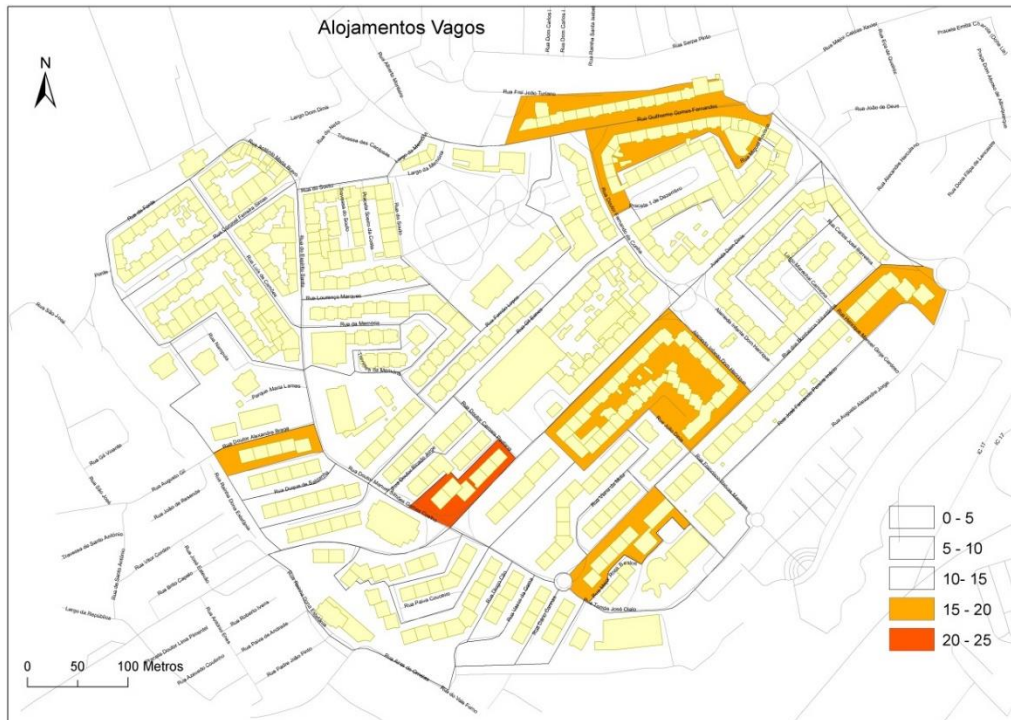


Fonte: INE, Censos, 2011

Pode-se observar através do gráfico 4.3.4, a percentagem de edifícios clássicos residenciais e exclusivamente residenciais no bairro, com base nos códigos a nível da subsecção, relativamente ao ano censitário de 2011. Verifica-se que existe uma predominância no bairro de edifícios com função exclusivamente residencial, que corresponde a 64% dos edifícios clássicos no bairro.

Por conseguinte, com algum significado são os edifícios de residência principal que corresponde a 35% dos edifícios clássicos no bairro, Sendo que os edifícios de residência não principal apenas representam 1% dos edifícios clássicos no bairro.

Figura 4.3.1 - Alojamentos vagos no bairro (% sobre o total de alojamentos), 2011



Fonte: Autoria Própria, INE, Censos 2011

A figura 4.3.1 permite diagnosticar as ruas e os edifícios onde se encontram alojamentos vagos. Os grupos com a percentagem 15-20% de fogos vagos localizam-se em diferentes eixos de via, sendo esses, (Rua Dr. Alexandre Braga, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Rua Dr. Fernando da Cunha, Rua Henrique Manuel Ginja Cardoso, Rua dos Bombeiros Voluntários, Rua Júlio Dinis, Alameda Infante Dom Henrique, Avenida Dom Dinis e Rua Major Rosa Bastos), estes foram localizados através do levantamento de fogos vagos em diversas ruas do bairro. Enquanto o grupo que detém 20-25% de alojamentos vagos, estão localizados entre a Rua Dr. Manuel Simões Gomes Coelho e a Rua Dr. Câmara Pestana.

4.4 - Caracterização do comércio e serviços

Neste subcapítulo identifica-se o comércio e serviços existentes no bairro de forma a perceber se existem estabelecimentos devolutos, e que estabelecimentos estão ativos, dentro dos que se encontram ativos, identificar as atividades e o estado em que se encontram.

Como metodologia primeiramente foi feita uma ficha para o levantamento do comércio e serviços, que inclui o nome da rua, o número do edifício, o tipo de atividade, o nº de estabelecimentos, o número de funcionários, aspetos qualitativos, lojas devolutas e especificações.

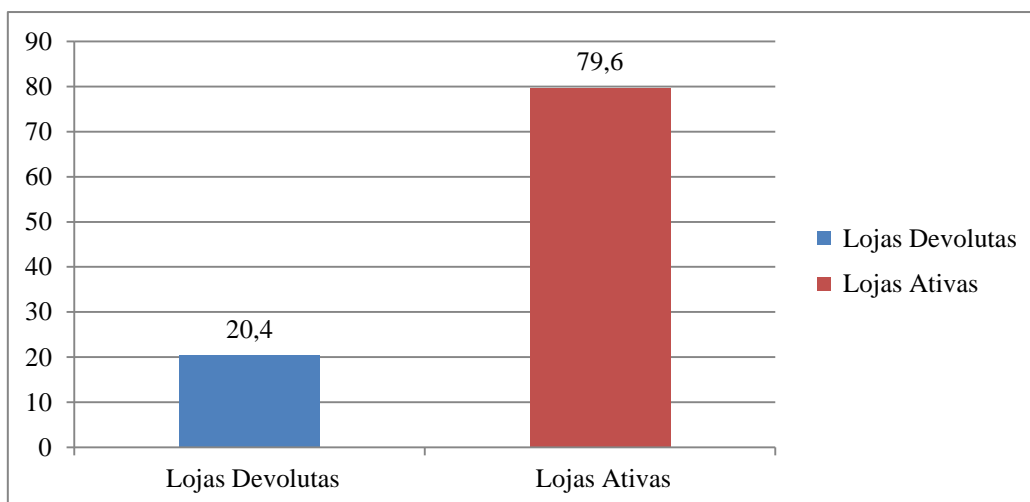
Este levantamento funcional do comércio e serviços no bairro, não foi exclusivamente realizado só para os r/c, mas também para o 1.º andar e restantes, aquando da existência de mais pisos, devido ao facto que no bairro existem diversos serviços e comércio localizado nesses andares. O levantamento desenvolve-se em três grandes polos, tanto em termos do comércio como dos serviços, sendo primeiramente o comércio tradicional, depois o mercado municipal e, por fim o Centro Comercial Oceano.

Por conseguinte, será feito o tratamento dos dados tanto do comércio como dos serviços, sendo que serão elaborados cálculos de forma a se chegar a algumas conclusões, relativas ao número de lojas devolutas e ativas no bairro, ao número de funcionários nos estabelecimentos, mas também por categoria de atividade.

Posteriormente serão feitos dois mapas, um relativo ao comércio e outro aos serviços, mapas que serão elaborados com base nas categorias funcionais, ou seja, será feita uma análise espacial da estrutura funcional.

O gráfico seguinte 4.4.1 representa a relação entre as lojas ativas e devolutas. As ativas são aquelas que representam o total de estabelecimentos de comércio e serviços em funcionamento, sendo assim, 79,6% de estabelecimentos existentes no bairro estão em atividade, enquanto as restantes 20,4% estão fechadas.

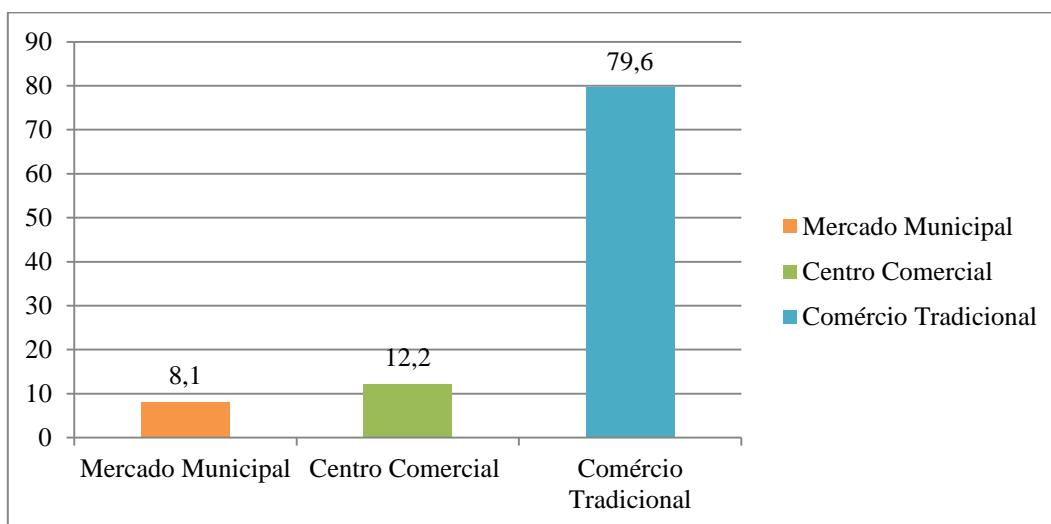
Gráfico 4.4.1 - Representatividade de lojas ativas e devolutas no bairro (%)



Fonte: Levantamento Funcional, 2016

No caso particular do Mercado Municipal existente no bairro, consta-se que apenas 26.7% do total de bancas de venda de frescos e outros se encontram ativas habitualmente ou diariamente. No caso do Centro Comercial Oceano consta-se a existência de 30.7% de lojas vagas ou devolutas, num total de 75 lojas existentes no Centro Comercial Oceano, sendo assim, existem 69.3% de lojas ativas.

Gráfico 4.4.2 - Representatividade da organização espacial do comércio e serviços, no bairro (%)



Fonte: Levantamento Funcional, 2016

Neste gráfico (4.4.2) está representada a organização espacial do comércio e serviços no bairro. Assim sendo, verifica-se a representação através do comércio tradicional, bem como do Mercado Municipal de Odivelas e do Centro Comercial Oceano. No Mercado de Odivelas existem 36 estabelecimentos, estando englobados nos mesmos as atividades de comércio e serviços (o mercado representa 8.1% dos estabelecimentos do bairro).

O Centro Comercial Oceano detém um número superior de estabelecimentos, neste caso 54, cujo peso relativo no bairro corresponde a 12,2%. Relativamente ao Comércio Tradicional distribuído ao longo das ruas, foram detetados 352 estabelecimentos, o que representa 79,6% do total do bairro.

Figura 4.4.1 - Comércio tradicional no bairro



Fonte: Autoria Própria, Levantamento Funcional, 2016

Relativamente a figura 4.4.1, que corresponde ao comércio tradicional no bairro, e que este representa as várias categorias funcionais⁴, através de uma análise espacial e da estrutura funcional (ver a tabela no Anexo I).

Tem-se dois polos, sendo esses o mercado e o centro comercial, e vários pontos de polarização, que designadamente são, os seguintes eixos de rua, Avenida Dom Dinis, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Alameda Infante Dom Henrique, Rua do Espírito Santo.

Estes eixos de rua representam os grandes agrupamentos onde se situam, com maior expressividade, os diversos sectores de atividade do comércio.

No Mercado Municipal, o setor de atividade que está mais representado é o comércio alimentar, e adjunto ou na vizinhança do mercado, está também representado o comércio alimentar e o setor de atividade de equipamento para o lar.

Na Avenida Dom Dinis, o setor de atividade que se encontra em predominância é o comércio de artigos pessoais, e ainda com alguma expressão neste agrupamento está o setor de higiene, saúde e beleza, bem como o comércio alimentar.

Na Rua Guilherme Gomes Fernandes, o setor predominante é o dos artigos pessoais, mas também o setor de construção-bricolage e equipamento para o lar, que detêm de alguma expressão relevante neste eixo de rua. Quanto à Alameda Infante Dom Henrique, o setor com mais expressividade neste eixo é o de artigos pessoais, seguido da higiene, saúde e beleza, bem como o comércio alimentar.

No caso da Rua do Espírito Santo, o setor de atividade com maior expressividade é o comércio alimentar, por conseguinte e com relevância também neste eixo, são os artigos pessoais.

⁴ **Artigos de Lazer e Cultura** - (Papelarias e revistas; Livrarias; Artigos de desporto e campismo. **Artigos Pessoais** – Calçado; Retrosarias, tecidos e lãs; Vestuário; Ourivesaria e relojoarias; Acessórios; Outros artigos pessoais **Combustíveis, Transportes e Comunicações** – Telemóveis; Combustíveis. **Comércio Alimentar** – Supermercados; Mercearias; Talhos; Peixarias; Padarias; Comida a peso. **Comércio Não Especializado** – Bazares, lojas dos 300, lojas dos chineses. **Construção – Bricolage** – Lojas de ferragens; Vidros e madeiras; Tintas e vernizes; Materiais de construção. **Equipamento para o Lar** – Eletrodomésticos; Decoração e artesanato; Iluminação; Utensílios para o lar; Antiquários; Têxteis para o lar. **Equipamento Profissional** – Instrumentos Musicais; Material de escritório/informática. **Higiene, Saúde e Beleza** – Ervanárias e dietéticas; Drogarias; Farmácias; Oculistas; Perfumarias. **Outro Comércio de Retalho** – Animais e produtos para animais; floristas.

Quanto ao polo do Centro Comercial Oceano, estão representados os artigos pessoais, mas também com relevância o setor de higiene, saúde e beleza. Na vizinhança do centro comercial, o setor de atividade que predomina é o comércio alimentar. Através do mapa do comércio, pode constatar-se que o comércio está mais concentrado.

Figura 4.4.2 - Serviços predominantes no bairro



Fonte: Autoria Própria, Levantamento Funcional, 2016

A figura 4.4.2 corresponde aos serviços predominantes no bairro, agregados segundo categorias funcionais⁵. (ver tabela no Anexo II).

Do ponto de vista espacial, existem dois polos, sendo esses o mercado e o centro comercial, e vários pontos de polarização, que designadamente são os seguintes eixos de

⁵ **Alojamento, Restauração** – Cafés e pastelarias; Cervejarias e snack-bares; Geladarias; Restaurantes. **Serviços à Coletividade** – Administração pública; Associações e sindicatos; Igrejas e comunidades religiosas; Educação. **Serviços de apoio à Produção**- Bancos; Consultores; Imobiliárias; Contabilistas; Seguradoras; Advogados; **Serviços de Reparação**- Oficinas de automóveis; Calçado; Reparações não especificadas. **Serviços de Saúde e Beleza**- Clínicas médicas; Spa & massagens; Clínicas de estética; Ginásios & health clubs; Clínicas veterinárias. **Serviços Pessoais**- Cabeleireiros; Barbearias; Lavandarias; Reprografia/ fotocópias; Serviços pessoas não especificados. **Serviços Recreativos e Culturais**- Lotarias e apostas; Clubes de vídeo; Salas de jogos; Galerias de arte; Agências de viagens; Associações Recreativas e Culturais (Rancho Folclórico).

rua: Rua Guilherme Gomes Fernandes, Rua dos Bombeiros Voluntários, Avenida Dom Dinis e a Rua do Espírito Santo. Estes eixos de rua representam os grandes agrupamentos onde se situam com maior expressividade os diversos serviços.

Quanto à Rua Guilherme Gomes Fernandes, o setor de atividade com maior expressividade são os serviços de apoio à produção, por conseguinte os serviços de saúde e beleza.

Já na Rua dos Bombeiros Voluntários o setor de atividade que predomina são os serviços de apoio à produção, mas também a restauração e os serviços pessoais, que detêm também uma expressão significativa neste eixo de rua. Já na Avenida Dom Dinis predominam os serviços de apoio a produção e, com relevância importante neste eixo, estão os serviços de saúde e beleza.

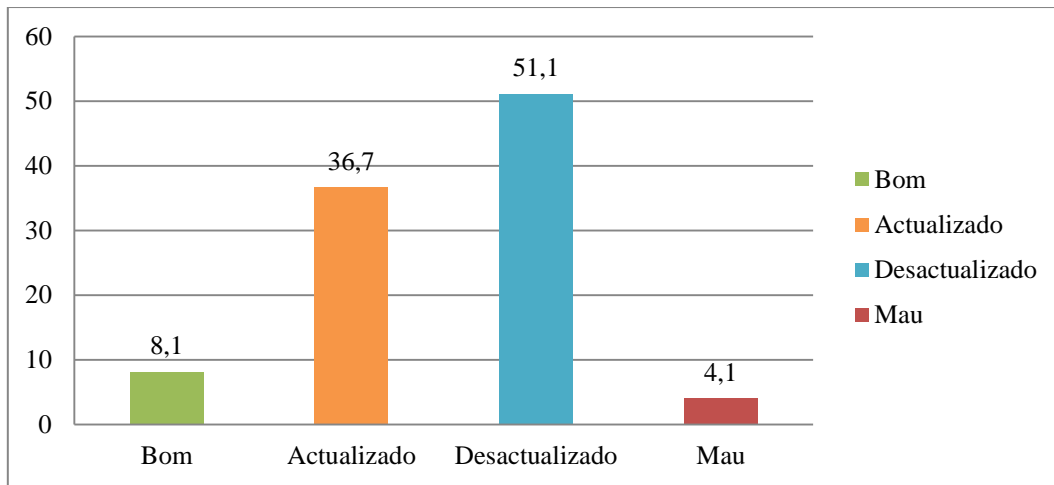
No que respeita ao polo que corresponde ao Mercado Municipal, predomina a restauração, e na vizinhança do mercado predominam os serviços à coletividade e os serviços de apoio à produção.

Quanto ao polo que corresponde ao Centro Comercial Oceano, o setor de atividade que tem maior expressividade são os serviços pessoais e os serviços de apoio à produção. Na vizinhança do centro comercial, destacam-se os serviços de saúde e beleza e os serviços à coletividade.

Na Rua do Espírito Santo, o setor de atividade que detém maior expressividade neste eixo são os serviços à coletividade, os serviços pessoais e a restauração.

Através do mapa de serviços pode-se verificar com base nesta análise que a distribuição dos serviços no bairro é mais dispersa ou aleatório, ao contrário do comércio.

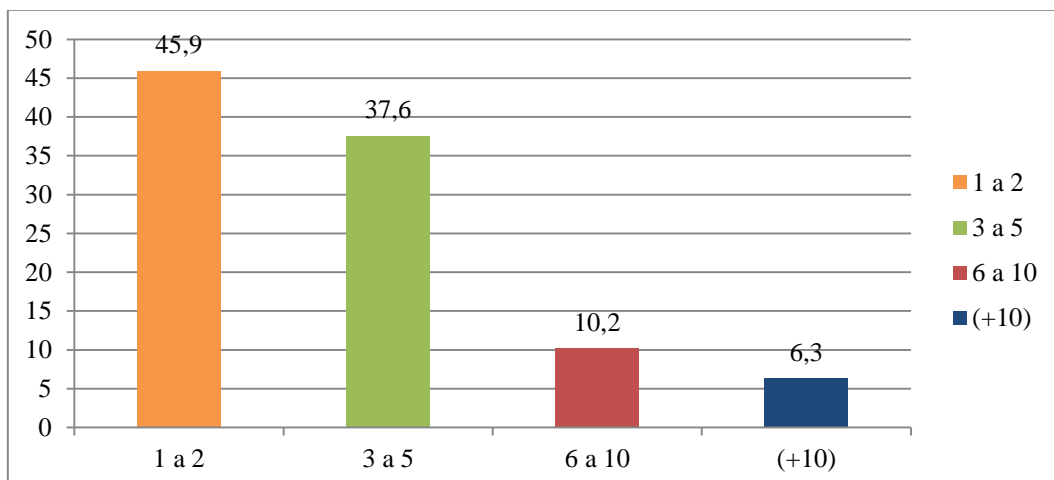
Gráfico 4.4.3 - Classificação dos estabelecimentos segundo o seu estado de conservação/imagem, no bairro (%)



Fonte: Levantamento Funcional, 2016

Neste gráfico (4.4.3) destaca-se que, pouco mais de metade dos estabelecimentos estão desatualizados, e 4.1% são obsoletos e maus, o que representa que no bairro existem estabelecimentos que carecem de uma atualização e de uma imagem mais apelativa. Assim sendo, os estabelecimentos considerados atuais e bons representam 44.8%, o que nem chega a representar metade dos estabelecimentos. Assim há uma carência de atualização dos estabelecimentos, o que revela que mais de metade do comércio e serviços necessitam de intervenções nos seus estabelecimentos.

Gráfico 4.4.4 - Dimensão de estabelecimentos, no bairro (%)



Fonte: Levantamento Funcional, 2016

No gráfico 4.4.4 pode-se verificar que temos quase metade dos estabelecimentos com 1 a 2 postos de trabalho, o que representa que os estabelecimentos são de pequena dimensão. Por seguinte, temos quase 40% de estabelecimentos com 3 a 5 funcionários, enquanto os estabelecimentos com 6 a 10 e mais de 10 funcionários, em conjunto, representam 17%, mostrando que o bairro foi adquirindo funções de maior centralidade, albergando comércio e serviços públicos ou de apoio ao setor produtivo que possuem um número médio de trabalhadores mais elevado.

Através da tabela 4.4.1, pode-se verificar o número médio de funcionários nos serviços e comércio no bairro por estabelecimento, sendo importante referir que estes valores são aproximados, devido à dificuldade na obtenção de valores concretos, principalmente porque a obtenção dos valores foi feita por observação, face à relutância na cedência de informação. Assim, registam-se cerca de 235 funcionários a exercer no setor do comércio. Respetivamente aos serviços existem pelo menos 165 empregados neste setor de atividade, novamente referindo que são valores totais aproximados.

Tabela 4.4.1 - N° médio de funcionários nos serviços e comércio do bairro por estabelecimento

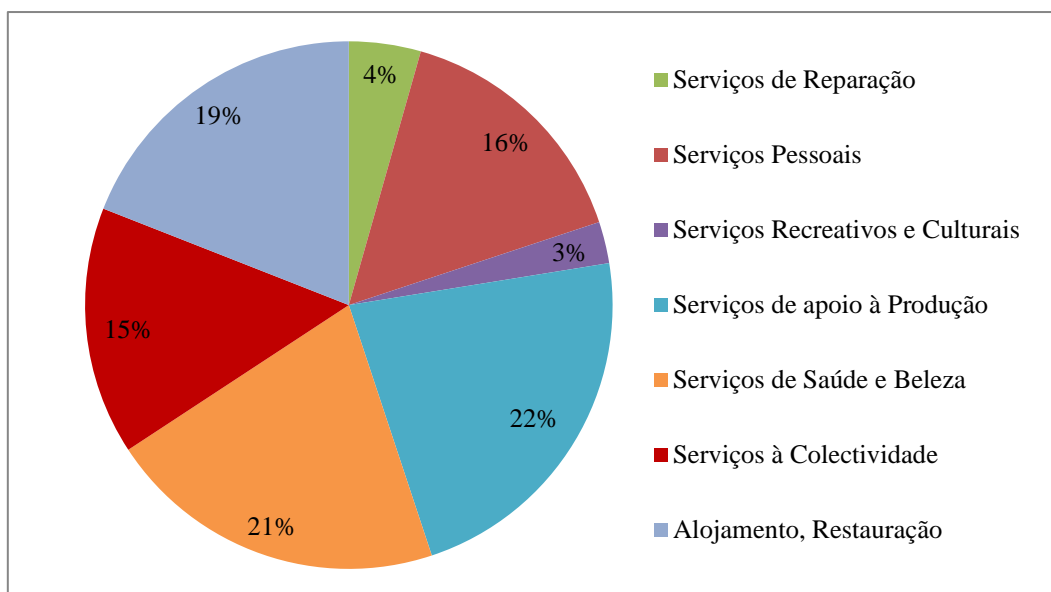
Setor de atividade	N° total de funcionários	N° total de estabelecimentos
Serviços	165	247
Comércio	235	195

Fonte: Levantamento Funcional, 2016

Portanto na área de estudo, o total de empregados no comércio e serviços são cerca de 400 funcionários nestes dois ramos de atividade.

Quanto ao número de funcionários por estabelecimento de comércio, existe em termos médios 1.2 funcionários por estabelecimento, quanto ao número de funcionários por estabelecimento de serviços existe em termos médios 0.7 funcionários por estabelecimento.

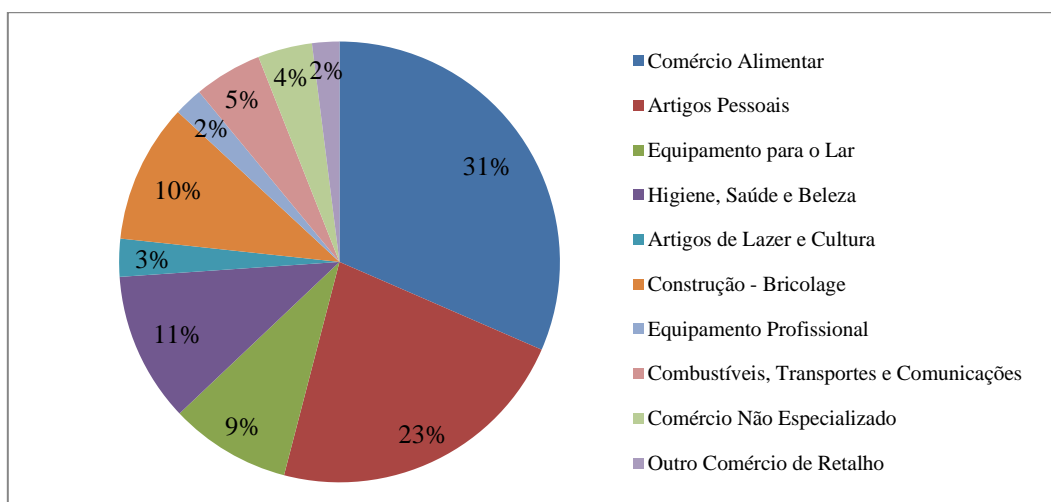
Gráfico 4.4.5 - Funcionários empregados nos serviços, por categoria de atividade, no bairro (%)



Fonte: Levantamento Funcional, 2016

No gráfico 4.4.5 pode-se verificar os funcionários empregados nos serviços, por categoria de atividade, no bairro. Assim sendo, 22% estão empregados nos serviços de apoio à produção, 21% dos funcionários trabalham nos serviços de saúde e beleza, e 19% corresponde aos funcionários empregados nos serviços da restauração.

Gráfico 4.4.6 - Funcionários empregados no comércio, por categoria de atividade, no bairro (%)



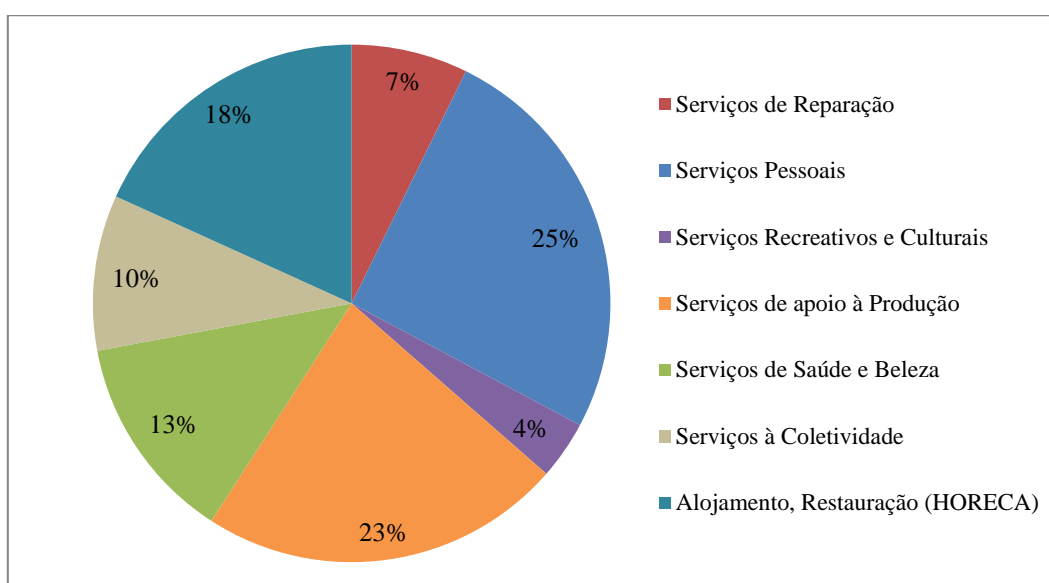
Fonte: Levantamento Funcional, 2016

Quanto ao gráfico 4.4.6 consta-se os funcionários empregados no comércio, por categoria de atividade, no bairro. Verifica-se que 31% estão empregados no comércio

alimentar, o que significa que a área de estudo está num contexto de centralidade, devido à existência de grandes superfícies comerciais nos arredores.

Por seguinte, destaca-se o comércio relativo a artigos pessoais, onde detém 23% de funcionários a trabalhar neste ramo de atividade, que são pronto- a-vestir, ourivesarias, lojas de calçado, etc. Assim sendo, estes dois tipos de comércio existentes na área de estudo representam 54% do comércio que existe no bairro com maior predominância de pessoas a trabalhar.

Gráfico 4.4.7 - Estabelecimentos de serviços por categoria de atividade, no bairro (%)



Fonte: Levantamento Funcional, 2016

Este gráfico (4.4.7) representa os estabelecimentos de serviços por categoria de atividade, no bairro, considerando o tipo de frequência nas atividades de recurso diário e de utilização mais frequente, mediantemente frequente e menos frequente.

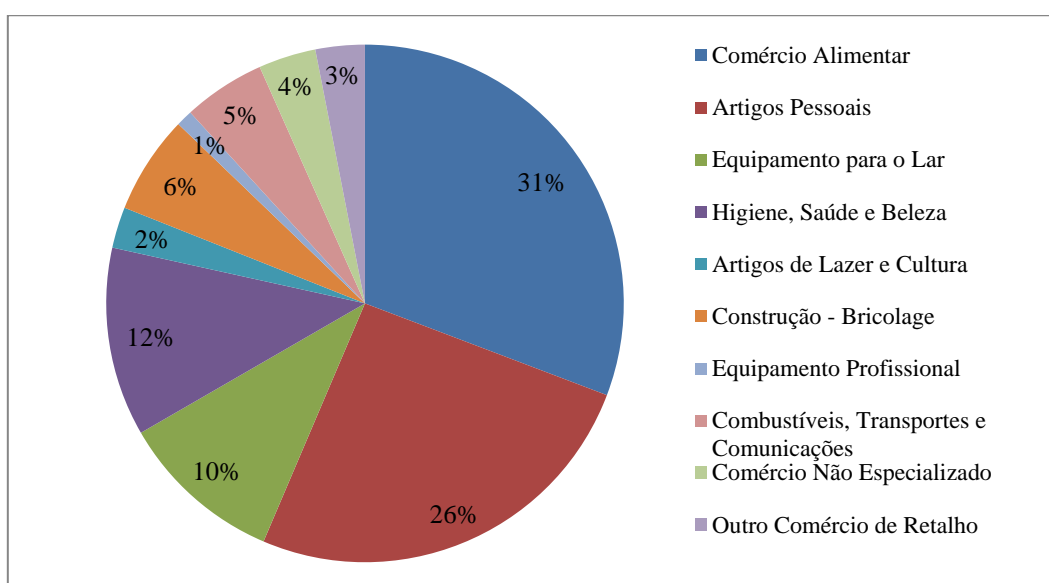
Quanto ao grupo de atividades de utilização mais frequente constam os serviços pessoais, por seguinte os serviços de apoio à produção e por último o alojamento, restauração, assim sendo estes três representam no seu conjunto 66% dos estabelecimentos no setor dos serviços, nas suas categorias de atividade.

Quanto às atividades mediantemente frequentes em termos de utilização diária são os serviços de saúde e beleza, bem como os serviços à coletividade, sendo que estas duas categorias de atividade representam 23% dos estabelecimentos no setor dos serviços.

Por último, o grupo de atividades de utilização menos frequente consta-se os serviços de reparação e os serviços recreativos e culturais, que no seu conjunto representam 11% em termos de estabelecimentos neste setor.

Pode-se retirar desta análise que o bairro tem representados um conjunto de atividades características das áreas centrais urbanas, porque o aglomerado cresceu, e assim, esta área adquiriu este carácter, deixando de ser um dormitório e passando a deter de funções de centralidade.

Gráfico 4.4.8 - Estabelecimentos de comércio por categoria de atividade, no bairro (%)



Fonte: Levantamento Funcional, 2016

Neste gráfico (4.4.8) pode-se constatar a representação dos estabelecimentos de comércio por categoria de atividade, no bairro, considerando o tipo de frequência das atividades de recurso diário e de utilização mais frequente, mediantemente frequente e menos frequente.

Quanto aos estabelecimentos de comércio em que as atividades de recurso diário são de utilização mais frequente, são os seguintes: o comércio alimentar e os artigos pessoais que no seu conjunto representam 57%.

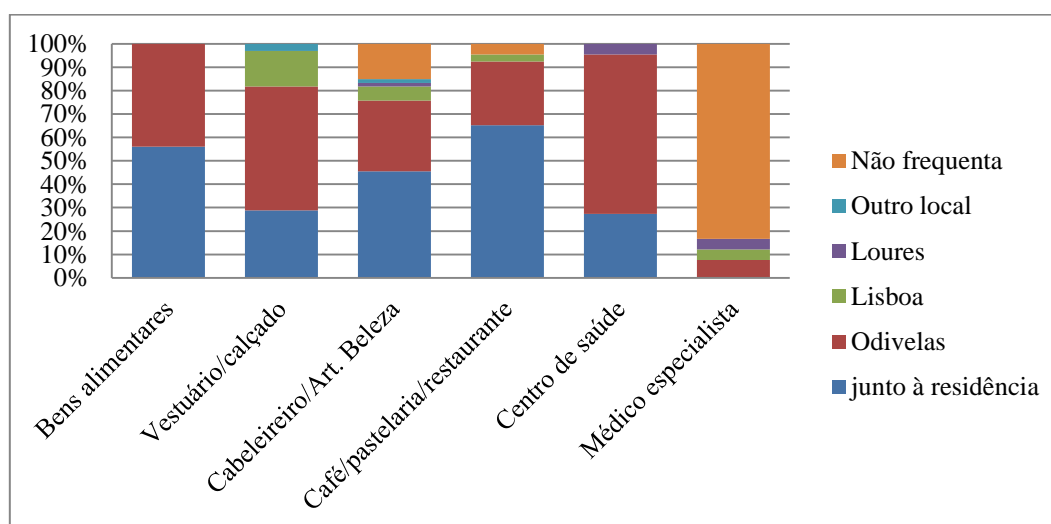
No que se refere aos estabelecimentos de comércio em que as suas atividades em termos de recurso diário são de utilização mediantemente frequente, são os seguintes, higiene,

saúde e beleza, bem como o equipamento para o lar, que estas duas categorias de atividade de comércio no seu conjunto representam 22%.

Os estabelecimentos de comércio em que as atividades são de utilização menos frequente, representam 21% no seu conjunto, sendo esse, construção-bricolage, combustíveis, transportes e comunicações, comércio não especializado, outro comércio de retalho, artigos de lazer e cultura e por fim equipamento profissional.

Pode-se retirar desta análise que o bairro tem representados um conjunto de atividades características das áreas centrais urbanas, porque o aglomerado cresceu, e assim, esta área adquiriu este carácter, deixando de ser um dormitório e passando a deter de funções de centralidade.

Gráfico 4.4.9 - Locais de aquisição de bens de consumo por parte da população residente do bairro (%)



Fonte: Inquérito à população, 2016

A partir do gráfico 4.4.9, pode-se verificar os locais de aquisição de bens de consumo por parte da população residente do bairro.

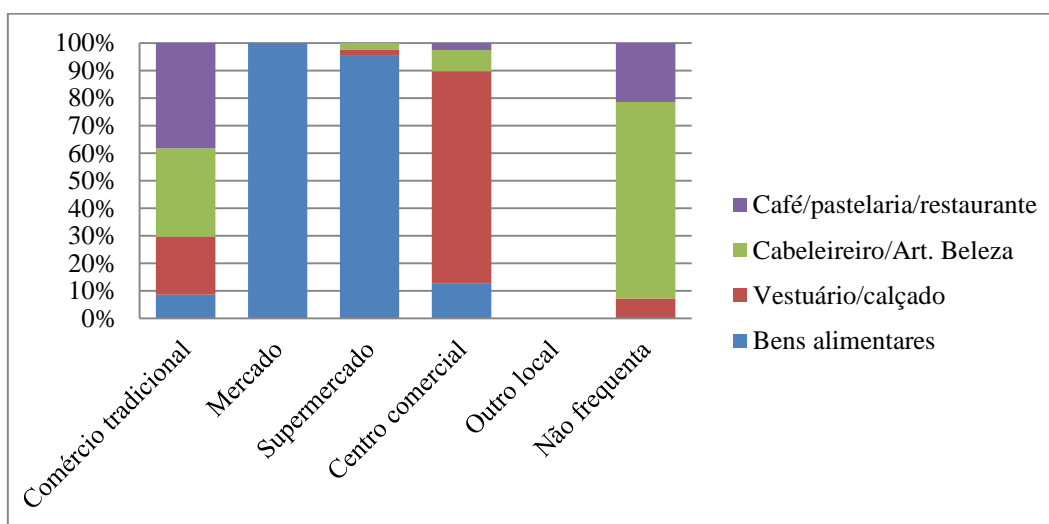
Verifica-se que em relação aos bens alimentares, cerca de 56% dos inquiridos no bairro afirma que obtém os alimentos junto à residência, sendo que de seguida cerca de 44% os adquire em outras localidades do concelho de Odivelas. Já o vestuário/calçado cerca de 53% diz que realiza essas compras em localidades do concelho de Odivelas, enquanto cerca de 29% as realiza junto à residência. Para usufruir do cabeleireiro/artigos de

beleza, a população opta por preferir os estabelecimentos junto à residência (cerca de 45% da população), sendo que em segundo lugar, 30% da população se desloca para outros estabelecimentos localizados no concelho de Odivelas.

Em relação à restauração (café/pastelaria/restaurante) a população inquirida continua a preferir usufruir dos estabelecimentos junto à residência, representando cerca de 65% da população, enquanto cerca de 27% da população utiliza estabelecimentos de outras áreas do concelho de Odivelas. Por fim, em relação à saúde, a população inquirida descola-se na maioria (cerca de 68%), para fora da sua área de residência para usufruir do centro de saúde, sendo que se mantêm no concelho de Odivelas. Já o médico especialista é pouco consultado pela população do bairro (apenas 7% recorre a este e fá-lo no concelho de Odivelas).

A partir desta análise pode-se verificar que existe uma tendência bem definida, demonstrando que a maioria das pessoas inquiridas optam pela escolha de estabelecimentos junto à residência ou então dentro do concelho de Odivelas, dando pouco peso a outras cidades vizinhas.

Gráfico 4.4.10 - Estabelecimentos de consumo utilizados pela população do bairro (%)



Fonte: Inquérito à População, 2016

O gráfico 4.4.10 refere os estabelecimentos de consumo utilizados pela população do bairro. A partir do mesmo percebe-se que a população opta pela escolha do comércio tradicional principalmente para ter acesso ao café/pastelaria/restaurante, com cerca de

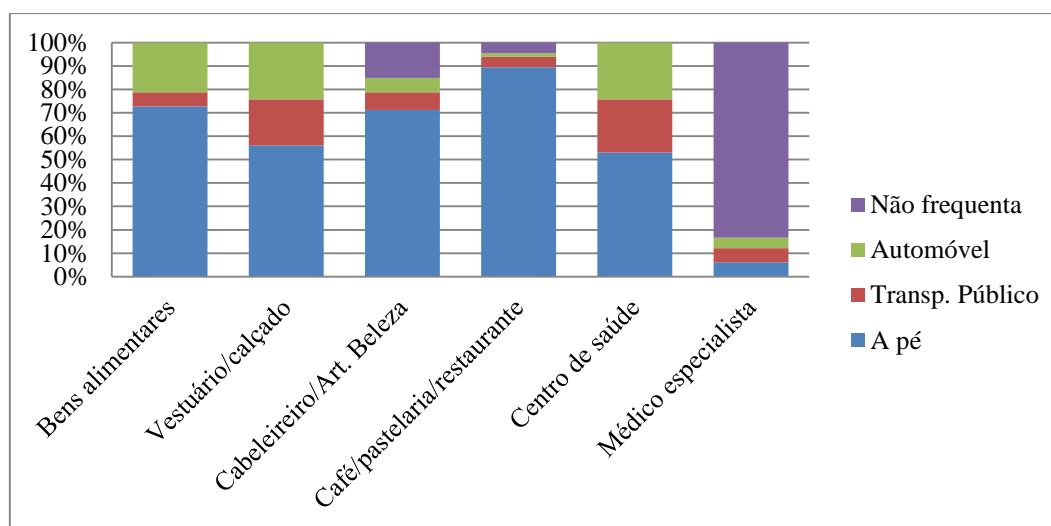
37% e para ter acesso também ao cabeleireiro/artigos de beleza, representado cerca de 33%.

Já quem opta pelo mercado, afirma que o utiliza só para obter bens alimentares. O supermercado na sua maioria é só para obter bens alimentares, com cerca de 95%, no entanto também é utilizado para ter acesso a vestuário/calçado e cabeleireiro/artigos de beleza, com cerca de 2,5% cada um.

Por último, a população do bairro que se desloca ao centro comercial para adquirir o que precisa para o seu dia-a-dia, fá-lo essencialmente para adquirir vestuário/calçado, representando cerca de 77% dos inquiridos, mas também para adquirir bens alimentares, representando cerca de 11% dos inquiridos e também para cabeleireiro/artigos de beleza com cerca de 10%, ficando só cerca de 2% para café/pastelaria/restaurante.

Conclui-se assim que para obter bens alimentares, a população prefere na sua maioria deslocar-se ao mercado ou ao supermercado. Já o vestuário/calçado é essencialmente adquirido no centro comercial e o cabeleireiro/artigos de beleza no comércio tradicional.

Gráfico 4.4.11 - Modo de deslocação da população residente do bairro para usufruir de bens de consumo (%)



Fonte: Inquérito à População, 2016

O gráfico 4.4.11 apresenta o modo de deslocação da população residente do bairro para usufruir de bens de consumo. Analisando o gráfico pode-se verificar que para adquirir bens alimentares a população na sua maioria, cerca de 72%, opta por se deslocar a pé,

sendo que 21% desloca-se de automóvel. Já em relação ao vestuário/calçado cerca de 56% dos inquiridos desloca-se a pé, enquanto 24% vai de automóvel. Para usufruir do cabeleireiro/artigos de beleza a maioria também se desloca a pé, sendo que o automóvel e o transporte público representam cerca de 7% cada um. Em relação às deslocações para cafés/pastelarias/restaurantes, a maioria das pessoas desloca-se a pé, representando cerca de 89%, sendo que de seguida se encontram os transportes públicos, com cerca de 5%. Por último, em relação às deslocações para o centro de saúde, a maioria vai a pé, representando cerca de 53% dos inquiridos e 24% vai de automóvel, para o médico especialista cerca de 6% desloca-se a pé ou de transportes públicos. Concluindo, pode-se verificar que para usufruir do comércio e dos serviços essenciais para o dia-a-dia da população inquirida, as deslocações são na maioria realizadas a pé ou então de automóvel, sendo que o transporte público tem pouca representação nas deslocações.

4.5 - Caraterização dos equipamentos e espaços de utilização coletiva

Antes de se passar à análise propriamente dita dos equipamentos e espaços de utilização coletiva na área de estudo, será necessário realizar-se um primeiro enquadramento dos mesmos. Os equipamentos de utilização coletiva podem ser considerados como fundamentos chave no planeamento urbanístico, através da estruturação e socialização que os concerne. Tal ideia é reforçada com seguinte transcrição: “Os equipamentos correspondem aos serviços de natureza social que o Estado põe à disposição dos cidadãos gratuitamente ou mediante o pagamento de taxas de utilização. A tipologia de equipamentos é muito variada, e incluem, entre outros, equipamentos de educação, saúde, espaços verdes, desporto, recreio, segurança, comércio, transportes e administrativos. (...) São elementos essenciais para estruturar o tecido urbano (...)” (CMO, Caraterização do Território, 2009:4).

Por conseguinte, consta-se o papel estruturante dos equipamentos enquanto elemento físico, quando se atravessa uma cidade. Os equipamentos surgem então como elementos arquitetónicos e consumidores de espaço e com diferenças das outras ocupações urbanas, apresentando assim um valor que seja tanto singular como simbólico, polarizando assim área envolvente e criando ao mesmo tempo referências. No entanto, os equipamentos não apresentam apenas uma vertente física, sendo igualmente importantes como factor de socialização. Assim sendo, o acesso a esses mesmos

equipamentos funcionam como um indicador da qualidade de vida da população, podendo mesmo determinar a escolha da área de residência, tendo em conta os equipamentos envolventes como sendo serviços de apoio à população junto ao local de residência escolhida (CMO, Caracterização do Território, 2009).

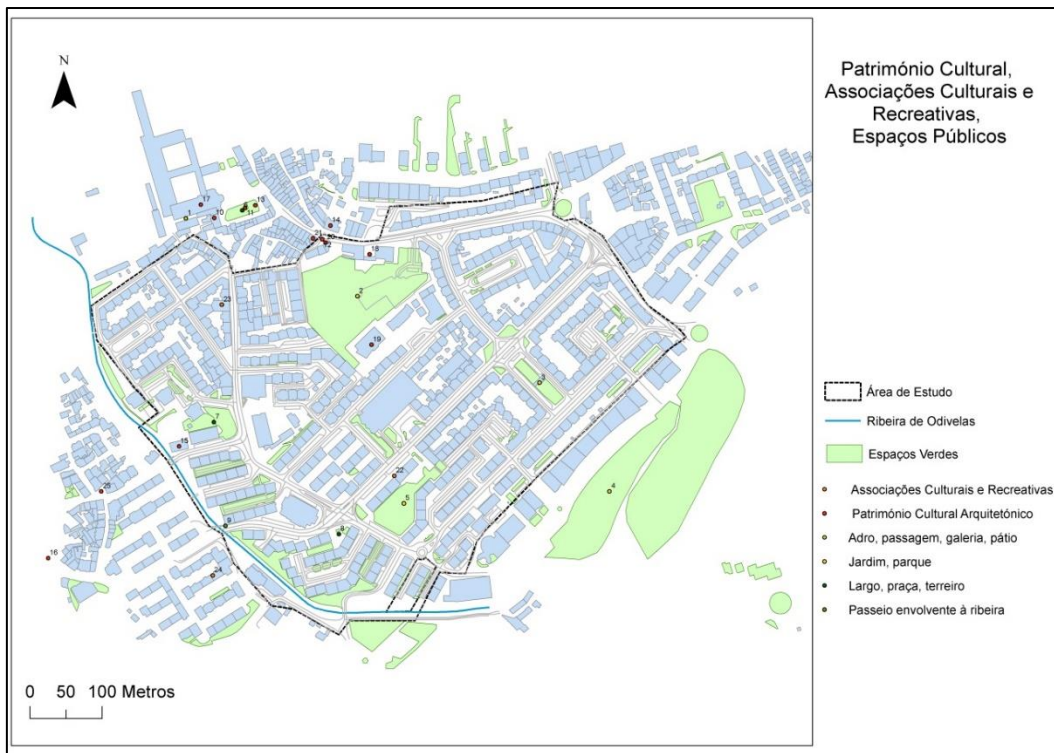
Na área de estudo, assiste-se cada vez mais à emergência de estruturas sociais e culturais divididas onde a criação de equipamentos que sustentem essas mesmas estruturas é fundamental, gerando assim um efeito polarizador para as comunidades e identidades locais.

Tabela 4.5.1 – Património cultural, associações culturais e recreativas e espaços públicos no bairro

Código	Designação	Tipologia
1	Espaço Clube Recreativo	Adro, Passagem, Galeria, Pátio
2	Jardim da Música	Jardim, parque
3	Parque 3 de Abril	Jardim, parque
4	Parque Urbano da Urbanização da Quinta da Memória	Jardim, parque
5	Jardim da Praça Manuel Gomes Coelho	Jardim, parque
6	Largo D. Dinis	Largo, Praça, Terreiro
7	Parque Maria Lamas	Largo, Praça, Terreiro
8	Espaço de Estadia da Av. D. Dinis	Largo, Praça, Terreiro
9	Espaço envolvente à Ribeira de Odivelas	Passeio Envolvente à Ribeira
10	Edifício da Arcada	Património Cultural Arquitetónico
11	Coreto de Odivelas	Património Cultural Arquitetónico
12	Memorial de Odivelas	Património Cultural Arquitetónico
13	Chafariz	Património Cultural Arquitetónico
14	Casa do Cerrado	Património Cultural Arquitetónico
15	Quinta do Espírito Santo	Património Cultural Arquitetónico
16	Cruzeiro dos Pombais	Património Cultural Arquitetónico
17	Mosteiro de Odivelas e S. Dionísio	Património Cultural Arquitetónico
18	Quinta da Memória/Casa do Arcebispo	Património Cultural Arquitetónico
19	Centro de Exposições de Odivelas	Património Cultural Arquitetónico
20	Casa da Juventude	Património Cultural Arquitetónico
21	Casa da Memória (JFO)	Património Cultural Arquitetónico
22	Associação Recreativa e Cultural Indo-Portuguesa	Associações Culturais e Recreativas
23	Rancho Folclórico "Os Camponeses de Odivelas"	Associações Culturais e Recreativas
24	Associação Tatral 7 Marés	Associações Culturais e Recreativas
25	Chafariz dos Pombais	Património Cultural Arquitetónico

Fonte: Autoria Própria, dados facultados pela CMO/DGOU/SIG, 2016

Figura 4.5.1 - Património cultural, associações culturais e recreativas e espaços públicos no bairro



Fonte: Autoria Própria, dados facultados pela CMO/DGOU/SIG, 2016

Após a visualização da tabela 4.5.1 e o mapa do “património cultural”, serviços culturais e recreativo e espaços públicos (figura 4.5.1), verifica-se que a área de estudo é repleta de património cultural e arquitetónico. Para além da quantidade do referido património cultural, este é bastante diversificado em tipologias, bem como na sua localização geográfica. Assim, e no que respeita ao património cultural, arquitetónico e movimento associativo, contabilizamos 16 dos mesmos, dando assim a ideia de que se poderia criar um roteiro cultural dentro da nossa área de estudo, fomentado assim, não só, o conhecimento da mesma, como também o seu crescimento.

No que respeita aos espaços públicos, estes realmente existem, mas em alguns dos casos estão um pouco degradados, fazendo com que a população local não os frequente. Por outro lado, muitos residentes referem que poderiam existir mais. Outro dado passaria pelo repensar da colocação dos mesmos, já que em alguns dos casos, o seu posicionamento geográfico ou a sua relação com o espaço envolvente não é a melhor. Estes dois fatores, estando ultrapassados, poderiam levar a um maior frequentar dos mesmos. Por conseguinte destacamos 9 espaços públicos, sendo que existem 4 jardins

ou parques, 3 largos, praças ou terreiros, 1 adro, passagem galeria, pátio e 1 passeio envolvente à ribeira de Odivelas.

Tabela 4.5.2 - Equipamentos de lazer, cultura e desporto no bairro

Código	Designação	Tipologia
1	Jardim de Infância o Pinóquio - Educação Infantil	Apoio à Infância
2	Pino - Educação Infantil	Apoio à Infância
3	Pequenos e Divertidos	Apoio à Infância
4	Infantário Balão Circular	Apoio à Infância
5	Casa da Juventude	Apoio à Jovens
6	Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas (CURPIO)	Apoio Deficientes
7	Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas (CURPIO)	Apoio Idosos
8	Casa Rainha Santa Isabel	Apoios Sociais
9	Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas (CURPIO)	Apoios Sociais
10	Associação Comunitária Saúde Mental de Odivelas	Apoios Sociais
11	Associação Movimento Odivelas no Coração	Apoios Sociais
12	CLAI - Centro Local de Apoio ao Emigrante	Apoios Sociais
13	Cine Odivelas	Cultura
14	Sala Polivalente da Sociedade Musical Odivelense	Cultura
15	Biblioteca EB 2/3 Avelar Brotero	Cultura
16	Sala Polivalente do Grupo Recreativo dos Pombais	Cultura
17	Espaço Cultura - Centro de Exposições	Cultura
18	Casa da Memória Posto de Turismo	Cultura
19	G.C.O. - Pavilhão Municipal de Odivelas	Desporto

Fonte: Autoria Própria, dados cedidos pela CMO/DGOU/SIG, 2016

Passando agora para a análise dos equipamentos de lazer, cultura e desporto através da tabela 4.5.2 e da figura 4.5.2, estes dividiram-se em apoio social, apoio a idosos, apoio à infância, apoio a jovens, apoio a deficientes, cultura, e desporto.

Em primeiro lugar surgem os equipamentos respeitantes à cultura com um valor absoluto de 6 contagens. Com a visualização dos números da presente tabela conclui-se que aqueles que se destacam em segundo lugar são, os serviços sociais, nas suas mais diferentes especificidades, com 5 contagens, que demonstra alguma preocupação social, no entanto será conveniente referir que ainda assim não serão suficientes para responder às reais necessidades da população. Apesar, disto existe uma reduzida oferta de

equipamentos de apoio à terceira idade e que pode não ter tido em conta o aumento significativo da população com mais de 65 anos.

Figura 4.5.2 - Equipamentos de lazer, cultura e desporto no bairro



Fonte: Autoria Própria, dados cedidos pela CMO/DGOU/SIG, 2016

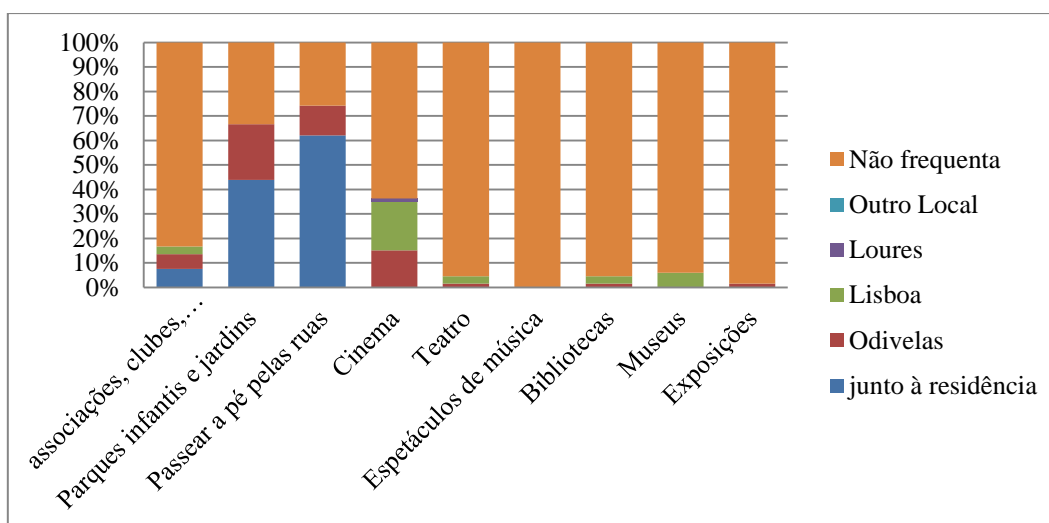
Em terceiro lugar surgem os serviços de apoio à infância, fazendo assim um total de 4 contagens. Tendo em conta a análise das tabelas em cima descritas e de estudos realizados anteriormente pela CMO pode-se retirar algumas ideias de síntese. Existe um défice significativo dos equipamentos de apoio à infância (creches, jardins de infância). Uma inadequação da rede de equipamentos desportivos que apesar de presentes parecem não corresponder às reais necessidades da população, uma vez que estão muitas vezes ligados a atividades desportivas associativas, não existindo espaços para a prática de desporto de forma informal (CMO, Caracterização do Território, 2009).

É, assim, fundamental um reforço da rede de equipamentos culturais para a promoção de espaços de socialização. Sobre os serviços de apoio a jovens e a apoios às pessoas portadores de alguma deficiência, para além, da sua escassez, importa referir apenas a existência no bairro de 1 serviço de cada um destes apoios, o que aqui demonstra que deveria haver uma maior preocupação com esta população.

4.6 - Dinâmicas locais de sociabilidade

Relativamente a este subcapítulo faz-se uma análise gráfica através dos inquéritos (Anexo III) realizados a população residente no bairro, primeiramente sobre como a população inquirida prefere ocupar os seus tempos livres e se o faz no bairro ou noutros locais. Analisa-se ainda, como se desloca para cada um dos locais dentro ou fora do bairro e onde exerce as suas atividades de lazer. A esta análise junta-se uma avaliação do bairro pela população residente (inquiridos), relativamente a aspetos como: equipamentos de lazer, mobiliário urbano, estacionamento, comércio e serviços, acessibilidade a pé/transporte público e de carro, iluminação, segurança no bairro, em termos de qualidade do ar/ruído. Por último, é apresentada a opinião da população residente do bairro acerca do que mudaria ou do que sente que faz falta no seu bairro. As respostas dadas foram agregadas em 6 categorias distintas: ambiente e mobiliário urbano; comércio em quantidade e diversificado; infraestruturas e equipamentos; mobilidade; segurança; social.

Gráfico 4.6.1 – Ocupação dos tempos livres por parte da população residente do bairro (%)



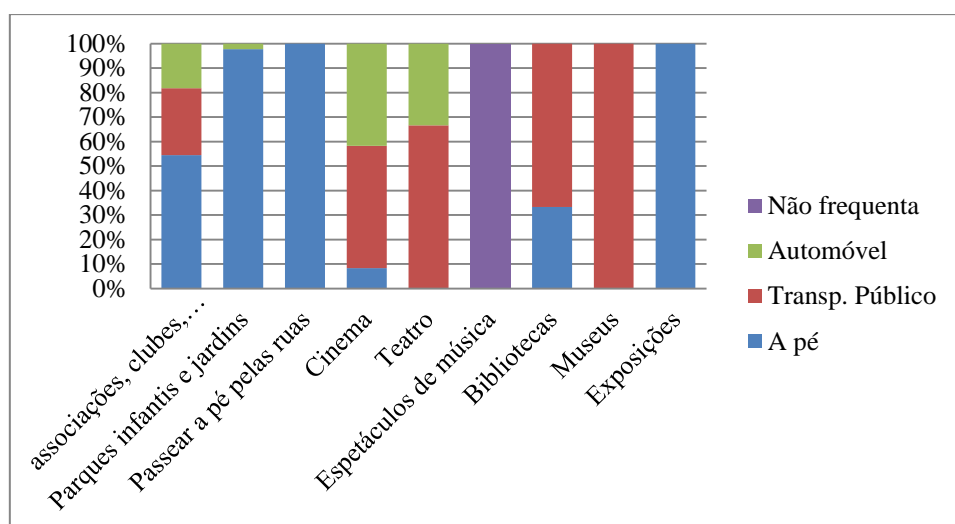
Fonte: Inquérito à população, 2016

Assim, o gráfico 4.6.1, refere-se como a população residente (inquirida) ocupa os seus tempos livres e o local onde desfruta dos mesmos.

A partir do mesmo, pode-se verificar que em relação às opções apresentadas, os inquiridos preferem ocupar os seus tempos livres passeando a pé pelas ruas, frequentando parques infantis e jardins, e ir ao cinema.

Em relação ao local onde desfrutam dos mesmos, optam na maioria por ser junto à residência, principalmente no passeio a pé pelas ruas, representando cerca de 60%, ou então usufruem de parques infantis e jardins, o que representa cerca de 45%. No entanto, para usufruir de parques infantis e jardins (com cerca de 20%), assim como para terem acesso aos cinemas, preferem deslocar-se para outras localidades do concelho de Odivelas. Já no que diz respeito ao concelho de Lisboa, os inquiridos deslocam-se aí para usufruir essencialmente de cinemas, com cerca de 20% ou para ir a museus, com cerca de 7%.

Gráfico 4.6.2 - Modo de deslocação da população residente do bairro para prática de atividades nos seus tempos livres (%)



Fonte: Inquérito à população, 2016

O gráfico 4.6.2 representa o modo de deslocação da população residente do bairro para a prática de atividades nos seus tempos livres. A partir do mesmo, pode-se verificar que para usufruir das associações, clubes e grupos recreativos cerca de 55% dos inquiridos optam na sua maioria por ir a pé, outros 26% optam por se deslocar de transportes públicos e 9% de automóvel.

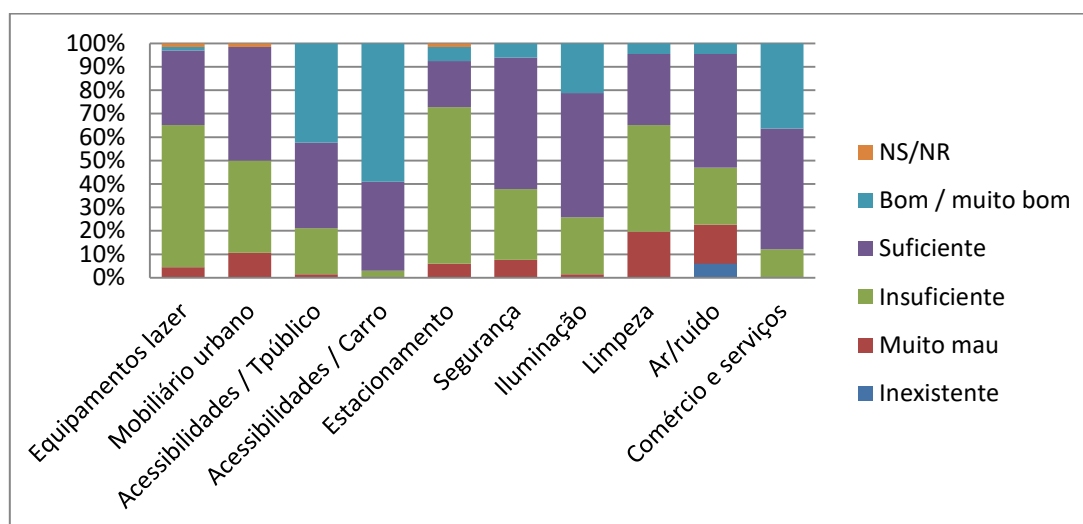
Já em relação aos parques infantis e jardins a maioria, cerca de 98%, desloca-se a pé e 2% de automóvel. Em relação ao passear nas ruas, 100% diz que é a pé, como seria de

esperar. Para ir ao cinema, cerca de 50% opta por ir de transportes públicos, outros 41% de automóvel e 9% a pé. Para usufruir do teatro, a maioria prefere ir de transportes públicos, cerca de 67%, de seguida 33% prefere ir de automóvel.

Já para frequentar bibliotecas 67% prefere ir de transportes públicos e 33% prefere ir a pé. Para ir aos museus 100% vai de transportes públicos, enquanto para ir a exposições 100% vai a pé.

No geral pode-se verificar que os inquiridos para terem tempos de lazer preferem na sua maioria deslocar-se a pé, de seguida é de transportes públicos e por último, de automóvel, estando estes factos interligados com o local onde a população inquirida opta por ir frequentar os espaços de lazer.

Gráfico 4.6.3 - Avaliação do bairro realizada pela população residente (%)



Fonte: Inquérito à população, 2016

Perceber a avaliação do bairro em estudo é essencial, para isso a opinião da população que nele habita é fundamental.

Analisando o gráfico 4.6.3 acima representado, pode-se observar que em relação aos equipamentos de lazer, a maioria, cerca de 60%, diz que são insuficientes, enquanto cerca de 30% classificam-nos como suficientes.

Já em relação ao mobiliário urbano, cerca de 48%, afirma que se encontra suficiente, enquanto cerca de 39% afirma que é insuficiente e outros 11% dizem que o seu estado se encontra muito mau.

Nas acessibilidades, em termos de transporte público, cerca de 42% da população afirma que são boas ou muito boas, enquanto 36% diz que se encontra suficiente, já 19% da população afirma que são insuficientes.

Nas acessibilidades em termos da deslocação de carro, cerca de 59% dos inquiridos diz que se encontram boas ou muito boas, enquanto 37% avaliam como suficientes e apenas 3% afirma que são insuficientes.

Em relação ao estacionamento, verifica-se que a população na sua maioria o avalia como insuficiente (66%), no entanto existe população a afirmar que o estacionamento é suficiente (19%) e outros como bom ou muito bom (6%). No entanto com a mesma percentagem, existe população a afirmar que se encontra muito mau.

Em termos da segurança, a maioria da população inquirida afirma que é suficiente, representado assim na globalidade 56%, enquanto 30% da população avalia-a como insuficiente, sendo que existe ainda 7% a avaliá-la como muito má. Cerca de 6%, encontram-se bastante satisfeitos com o estado da segurança no bairro, avaliando-a com boa ou muito boa.

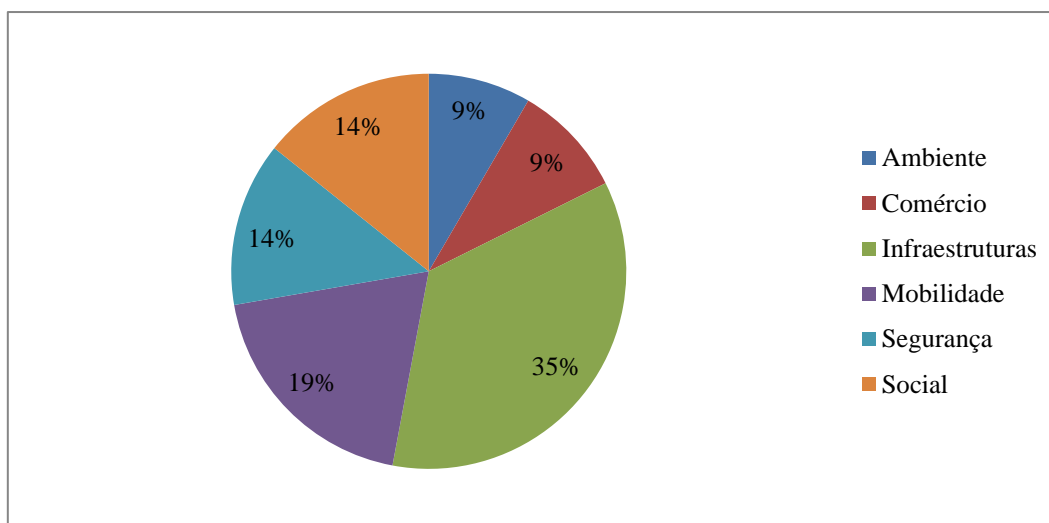
Já no que diz respeito à iluminação, 53% avalia-a como suficiente, enquanto 24% diz que se encontra insuficiente. Apesar desta avaliação, existe 21% a afirmar que se encontra boa ou muito boa.

Relativamente à limpeza existente no bairro, 45% dos inquiridos avaliam-na como insuficiente, 30% como suficiente e ainda 19% como muito má.

No que diz respeito à qualidade do ar e do ruído, 48% da população avalia-a como suficiente, ou seja, a população considera que a qualidade do ar e ruído encontra-se normal. Já 24% afirma que a qualidade do ar e ruído é insuficiente e 16% diz que se encontra com uma qualidade muito má, abaixo dos níveis desejados. Apenas 4% atribuiu o bom ou muito bom à qualidade do ar e ruído.

Por fim, o comércio e serviços segundo a população encontram-se na maioria suficiente, representado 51% das respostas dos inquiridos. Já 36% da população avalia a qualidade do comércio e dos serviços como bom ou muito bom, enquanto 12% avalia como sendo insuficiente.

Gráfico 4.6.4 - Fatores de mudança no bairro segundo a população residente (%)



Fonte: Inquérito à população, 2016

Para complementar melhor a análise do bairro em estudo há que questionar a população inquirida sobre o que mudaria ou o que sente que faz falta no seu bairro. Para tal, o gráfico 4.6.4, acima representado, divide-se em 6 categorias distintas, como o ambiente e mobiliário urbano, o comércio em quantidade e diversificado, as infraestruturas e equipamentos, a mobilidade, a segurança e o social.

A referência ao ambiente e mobiliário urbano refere-se a uma maior limpeza junto ao rio, a uma maior variedade de parques urbanos, a uma melhor gestão dos espaços verdes, a um maior número de parques para a prática de exercício físico ou de lazer e uma maior limpeza e higienização do bairro.

Já o comércio em quantidade e diversificado incide nos aspetos de uma melhor gestão do comércio tradicional e dos serviços, deixar de ser um bairro dormitório e ganhar uma nova dinâmica, especialmente ao fim de semana, partindo da criação de ruas com lojas variadas, bem como reabilitar o mercado municipal.

No que diz respeito às infraestruturas e equipamentos, este incide na criação de mais centros de saúde, inclusive um centro de saúde no bairro, e na conservação do edificado, bem como na demolição de prédios devolutos para criar mais acessibilidades/mobilidade à população. Inclui ainda o promover de mais equipamentos de lazer para as crianças, uma melhor iluminação nas ruas, e manutenção do mobiliário

urbano, bem como um melhor planeamento/desenho urbano das ruas e uma remodelação de equipamentos escolares.

A mobilidade tem como pontos principais apontados, o arranjo de passeios, mais estacionamento, mais transportes públicos e diversidade dos mesmos, uma paragem de metro no centro de Odivelas, bem como a melhoria da ciclovia e das passadeiras tornando-se mais visíveis. Outro ponto referido é a redução da velocidade da circulação automóvel no bairro, mas também que passe a existir a circulação ao fim de semana do “Voltas, transporte que foi criado pela CMO em cooperação com a Rodoviária de Lisboa e que tem como intuito a circulação das pessoas por um preço acessível.

Em relação à segurança, esta incide no melhor policiamento nas ruas, essencialmente em horas noturnas, menos barulho no bairro e menos criminalidade no bairro que levasse a uma melhor segurança para a população.

Por último, a categoria do social que consiste nos lares de idosos e espaços de confraternização durante o dia, mais locais de convívio, falta de alternativas para os jovens, mais divertimento noturno, incluindo cafés que fiquem abertos até mais tarde, maior proteção dos animais e criação de parques caninos, mais apoio às crianças, mais apoio às famílias carenciadas, mais farmácias abertas, especialmente ao fim de semana e mais instituições de apoio social.

Percebendo melhor cada categoria, a partir da observação do gráfico, pode-se verificar que 35% da população inquirida, aponta que a categoria das infraestruturas e equipamentos é a que se encontra mais fragilizada no seu bairro, precisando assim de uma maior incidência para conseguir combater alguns dos problemas apresentados.

As categorias mais apontadas pelos inquiridos foi a mobilidade (19%), sendo seguida pela segurança (13%) e por fim, o comércio em quantidade e diversificado (9%).

4.7 - Caraterização das condições de mobilidade e transportes

Antes de analisar-se a temática dos transportes na área de estudo, convém primeiramente fazer um pequeno enquadramento dos mesmos e das questões ligadas à mobilidade dentro do concelho de Odivelas. Utilizando o estudo prospetivo da mobilidade no concelho de Odivelas, realizado pela CMO em Agosto 2009, verifica-se

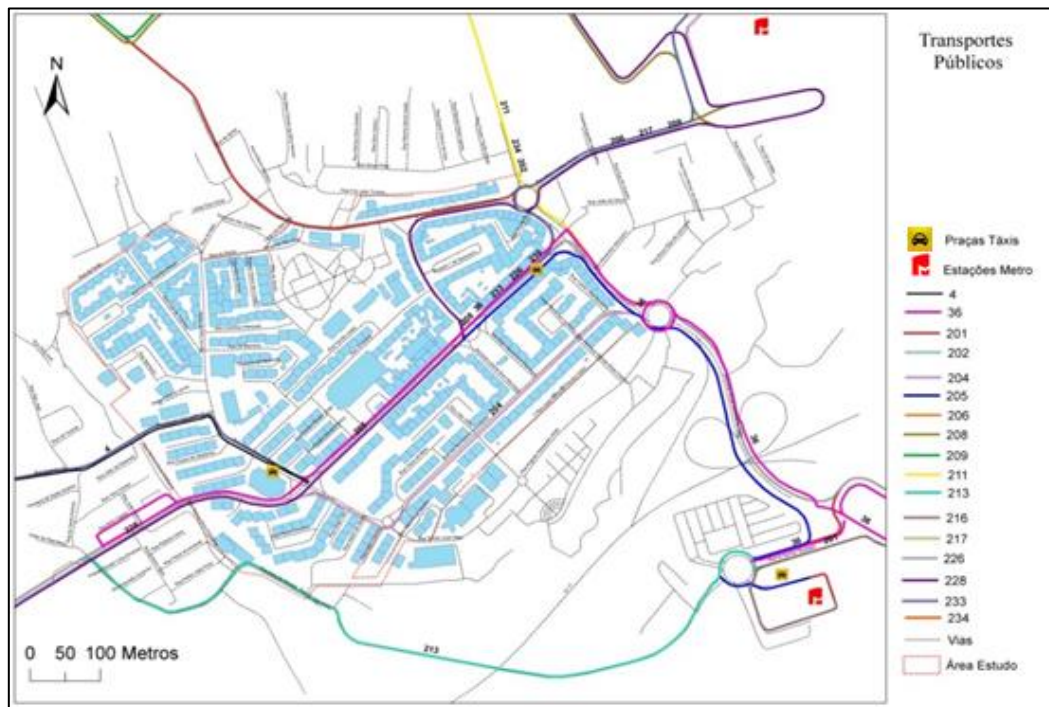
que grande parte da população (45%) tinha como destino o concelho de Lisboa, sendo que os restantes permaneciam em Odivelas (35%) e só uma pequena quota se desloca para os concelhos de Loures, Sintra ou Amadora (10%). Para efetuar tais deslocações, o transporte coletivo (55%) é mais utilizado quando comparado com o transporte individual (45%). Já nos movimentos dentro do concelho existe um certo equilíbrio no que toca ao transporte individual (40%) e coletivo (45%). Numa perspetiva de chegada de fluxos aos concelhos, a grande maioria provêm do mesmo (80%) e só uma pequena parte de Lisboa ou Loures (10%). Por seguinte, os movimentos de entrada no concelho de Odivelas, apresentam uma utilização do transporte individual (cerca de 65%) e uma percentagem de utilização dos modos de transporte coletivo de cerca de 30% (CMO, 2009).

Sobre a oferta da Rodoviária de Lisboa, esta é abrangida por 38 linhas, quatro das quais urbanas. A Carris apresenta 6 linhas que servem o concelho de Odivelas, sobretudo de ligação às estações do Metropolitano de Lisboa. O Grupo Barraqueiro e a empresa Isidoro Duarte apresentam carreiras com ligação a Lisboa. A Vimeca apresenta apenas uma carreira de ligação entre a freguesia de Caneças e o concelho da Amadora. Sobre estes dois serviços, é de referir que em termos de tarifário, apenas estes dois estão integrados na estrutura de coroas da Região de Lisboa. Por fim, e no que se refere ao transporte individual, é de referir que os eixos viários de ligação e na envolvente das estações do metropolitano apresentam bons níveis de serviço (valores superiores a 60 circulações/hora), (CMO, 2009).

“O território concelhio apresenta importantes ligações viárias de carácter regional, que correspondem ao quadrilátero constituído a Oeste pelo IC16 (Radial da Pontinha), a Norte pelo IC18 (CREL), a Este pelo IC22 (Radial de Odivelas) e a Sul pelo IC17 (CRIL). A rede fundamental em funcionamento oferece excelentes condições de ligação ao exterior, não só a Lisboa, mas igualmente ao resto do país. No entanto, a concentração da acessibilidade a Lisboa no nó Senhor Roubado – IC22 (Radial de Odivelas) – IC17 (CRIL) cria alguns constrangimentos. A rede fundamental referida anteriormente cria "portas" de entrada/saída do concelho que nem sempre apresentam uma boa articulação com a rede viária concelhia que, por sua vez, revela, de maneira geral, ausência de hierarquia, sendo difícil identificar a estrutura da rede e os diferentes níveis, o que cria problemas na sua leitura e compreensão e dificulta a orientação. A rede viária intra-concelhia não se apresenta hierarquizada e devidamente estruturada,

revelando inúmeros pontos de descontinuidade em termos do perfil rodoviário, sendo de extrema dificuldade identificar os diferentes níveis da rede” (CMO,2009:8).

Figura 4.7.1 - Rede transportes públicos no bairro



Fonte: Autoria Própria, dados cedidos pela CMO/DGOU/SIG, 2016

Com base no mapa da rede transportes públicos no bairro (figura 4.7.1) que representa os percursos no bairro e em redor, verifica-se que a área de estudo é abrangida ou contemplada por quatro tipos de serviços no que se refere aos padrões de mobilidade, sendo eles, a Rodoviária de Lisboa, o Metropolitano de Lisboa, a Carris e ainda o serviço privado de táxis. Começando então pelo primeiro serviço referido, “passam” pela área de estudo cerca de 15 carreiras pertencentes à Rodoviária de Lisboa, divididas em urbanas, suburbanas e o caso específico do “Voltas”. Por seguinte, duas estações metro, sendo elas as estações do Senhor Roubado e Odivelas. Sobre a Carris existe apenas uma carreira, o 736, sendo que, no que respeita às praças de táxis contabilizam-se 3. Como positivo destaca-se o facto de existir uma complementaridade entre este tipo de serviços, com a presença de dois terminais rodoviários junto às estações de metro, abrangendo igualmente as praças, mas também uma certa proximidade entre as praças de táxis e paragens de carreiras. Relativamente à importância de cada um dos serviços apresentados anteriormente e começando pelo ML, está associado ao facto de fazer a

ligação com grande parte do centro de Lisboa e subúrbios envolventes, fundamental no que concerne a deslocamentos respeitantes a trabalho e escola/faculdade. A Carris, que apesar de contar apenas com uma carreira, faz igualmente a ligação entre Lisboa e Odivelas (Br.º Dr. Lima Pimentel - Cais do Sodré), sendo assim uma alternativa viável ao ML. Já sobre a Rodoviária de Lisboa, é o meio de transporte que parece ser mais relevante, uma vez que faz a ligação entre as extremidades onde estão localizadas as estações de metro, mas também outros pontos mais longínquos do concelho, cujo a qual a área de estudo faz parte, mas também a outros concelhos (Loures) ou ao centro de Lisboa, sendo igualmente importantes nos movimentos dentro da escala da área de estudo. As mesmas procuram responder às necessidades da população levando-as a escolas, hospitais, centros de saúde, pontos culturais ou centros comerciais.

Sendo agora mais específicos relativamente às diferentes rodoviárias há que referir as suas origens e destinos ou vice-versa respetivamente, através do mapa dos transportes públicos (4.7.1) e os seus itinerários, destaca-se que não existem certos itinerários de autocarros da RL, por não obter essa informação. A 201 entre Caneças (Esc. Secundária) e Campo Grande (Lisboa); a 202 Senhor Roubado (Metro) - Montemor; a 205 Pontinha (Metro) – Sr. Roubado (Metro) via Serra da Luz; a 206 Pontinha (Metro) – Loures (Centro Comercial); a 208 Arroja (circulação) via Odivelas (Metro); 209 Arroja circulação via Patameiras (Centro Comercial); a 213 Sr. Roubado (Metro) e Caneças (Esc. Secundária) via Vale do Forno; a 216 Senhor Roubado (Metro) circulação via Casal Novo; a 226 Sr. Roubado (Metro) – Arroja; a 228 Pontinha (Metro) – Jardim da Amoreira; 238 Sr. Roubado (Metro) – Loures (IKEA), isto referente as carreiras suburbanas da RL. Quanto as carreiras urbanas e que circulam na área de estudo são as seguintes, urbana 1, que faz só ida, percurso é de Odivelas (Metro) circulação via Casal do Chapim; enquanto a urbana 3 que também é só ida, o seu percurso é de Odivelas (Metro) via circulação Arroja; por fim a urbana 4 que faz ida e volta no seu percurso, Senhor Roubado (Metro) – Casal do Bispo. Por fim, quanto ao “Voltas” pertencente a Rodoviária de Lisboa, este que detém o número 237 da RL, faz o seu percurso Odivelas (Strada Outlet) circulação via Odivelas (Metro), (Rodoviária de Lisboa, horários, 2010).

Passando-se agora para um caso mais específico, e que abrange a área de estudo, será conveniente referir o serviço “Voltas”. O **caso do “Voltas”** que para além de pertencer à Rodoviária de Lisboa, é um tipo de transporte que pretende uma maior ligação com a

rede urbana concelhia. Este é destinado para pessoas com mobilidade reduzida e idosos, mas rapidamente ganhou a adesão de outros grupos, ditos mais jovens. Assim pode-se constatar que existem duas formas de utilização, isto é, uma paragem imóvel (linha vermelha, ver figura 4.7.2) e paragem livre (linha azul, ver figura 4.7.2). Outra das suas principais vantagens é o facto de estar associado a um custo reduzido (60 cêntimos o custo do bilhete). De referir, que a maioria das deslocações é para compras e lazer, seguindo-se as deslocações para o emprego, facilitando o acesso a serviços como o mercado, o centro de saúde, farmácias, bibliotecas e escolas. Serve igualmente de intercâmbio para acesso a outros transportes (metro, outras carreiras). Pelo inquérito realizado, sabe-se que este transporte deveria abranger outras áreas do município de difícil acesso, devendo igualmente poder alargar o seu percurso a pontos estratégicos como equipamentos de suporte (escolas, hospitais e centralidades comerciais).

Figura 4.7.2 - Circuito do “Voltas” em Odivelas



Fonte: CMO, Site, 2013

4.8 - Qualificação ambiental

Neste subcapítulo vai-se abordar a questão ambiental, mais especificamente na qualidade do ar, da água, do ruído e tratamento dos resíduos. Por seguinte, vão ser analisadas as suas causas e consequências. Por não existirem dados a nível do bairro, este subcapítulo tem que retratar ao nível do município. De referir que o bairro esta contextualizado ao nível de algumas ruas.

Qualidade do ar

No que respeita à questão do ar, as principais fontes de emissão de poluentes atmosféricos no concelho de Odivelas são: o tráfego rodoviário que circula na CREL, CRIL, A8, IC22, EN 8, EN 250-2, Calçada de Carriche e nas principais vias de circulação no interior dos aglomerados urbanos (emissões de Nox, CO, PM10). Sendo que em segundo lugar pode-se apontar a Indústria localizada na Póvoa de Santo Adrião, em Famões, Odivelas Pontinha (emissões de Sox, CO, Nox, PM10, COV, metais pesados). O concelho de Odivelas apresenta valores de emissão de poluentes atmosféricos por unidade de área deveras acima da média (CMO, 2015).

Essa situação está relacionada com a densidade de tráfego rodoviário que se assiste no concelho que, face à sua reduzida dimensão no contexto da Grande Lisboa é atravessado por três importantes eixos rodoviários (CRIL, CREL e IC22). De referir também a altíssima densidade populacional do concelho de Odivelas com mais de 3500 hab/km² (CMO, 2015).

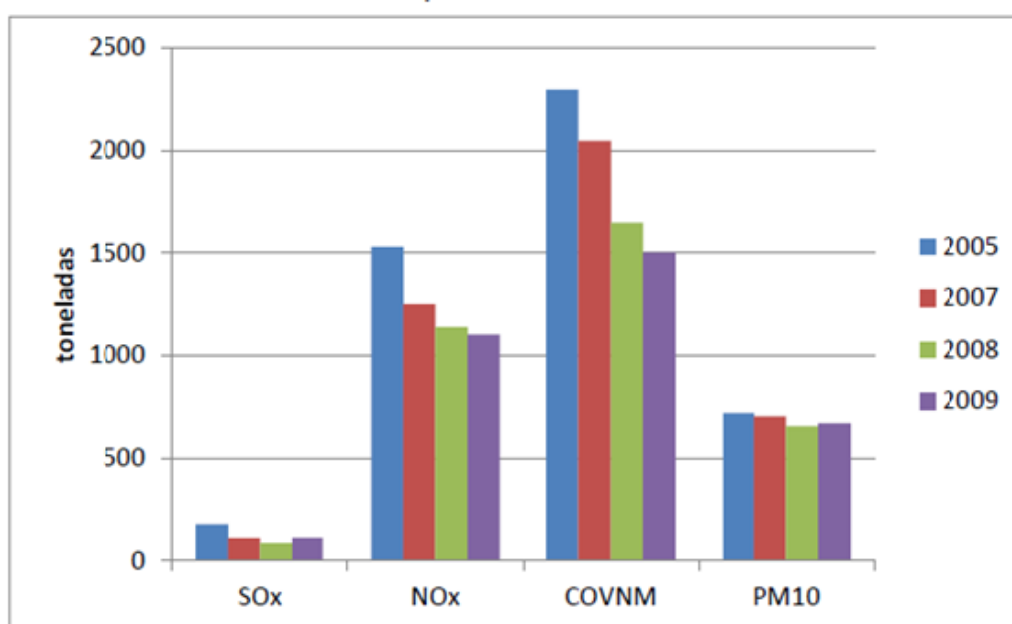
Sobre alguns dos poluentes e começando pelo NO₂, é de referir que as mesmas ocorrem sobretudo nas áreas urbanas e resultam principalmente do tráfego rodoviário. Relativamente ao monóxido de carbono, verifica-se que as concentrações situam-se muito abaixo do valor limite. Já o ozono sendo um poluente secundário e produzido através de uma série de reações fotoquímicas em que intervêm os óxidos de azoto, os compostos orgânicos voláteis e a radiação solar, apresenta maiores concentrações nos meses de verão, quando a radiação solar é mais forte (CMO, 2015).

Assim e tendo por base, os valores registados na estação de Odivelas-Ramada verifica-se que a circunstância de excedências do valor alvo (o valor máximo diário das médias octo-horárias não pode exceder 120 µg/m³ mais de 25 dias, em média, por ano civil)

embora o número de excedências não tenha ultrapassado o limite permitido de 25 excedências. Relativamente às médias horárias, verificaram-se duas excedências do limiar de informação à população ($180 \mu\text{g}/\text{m}^3$) em 2010. Por conseguinte e tendo por base o limiar apresentado, este deve ser divulgado à população, uma vez que uma exposição de curta duração apresenta riscos para a saúde humana de grupos particularmente sensíveis da população (crianças, idosos, asmáticos/ alérgicos e com outros problemas respiratórios), (CMO, 2015).

Assim, conclui-se que, dos poluentes analisados na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar de Odivelas-Ramada, verificam-se excedências dos valores limite estabelecidos na legislação em vigor relativamente aos poluentes PM10 e o ozono (CMO, 2015).

Figura 4.8.1 - Evolução das emissões no concelho de Odivelas



Fonte: CMO, Relatório Ambiental, 2015:92

Qualidade da água

Passa-se agora para a questão da água, mais especificamente no concelho de Odivelas será conveniente referir que este se insere na bacia hidrográfica do rio Trancão, sendo a principal linha de água que atravessa o território a ribeira da Póvoa, afluente do rio Trancão e a ribeira de Caneças/de Odivelas que é o principal afluente da ribeira da Póvoa. Por seguinte e como linhas de água principais destacam-se: a Ribeira da Póvoa/

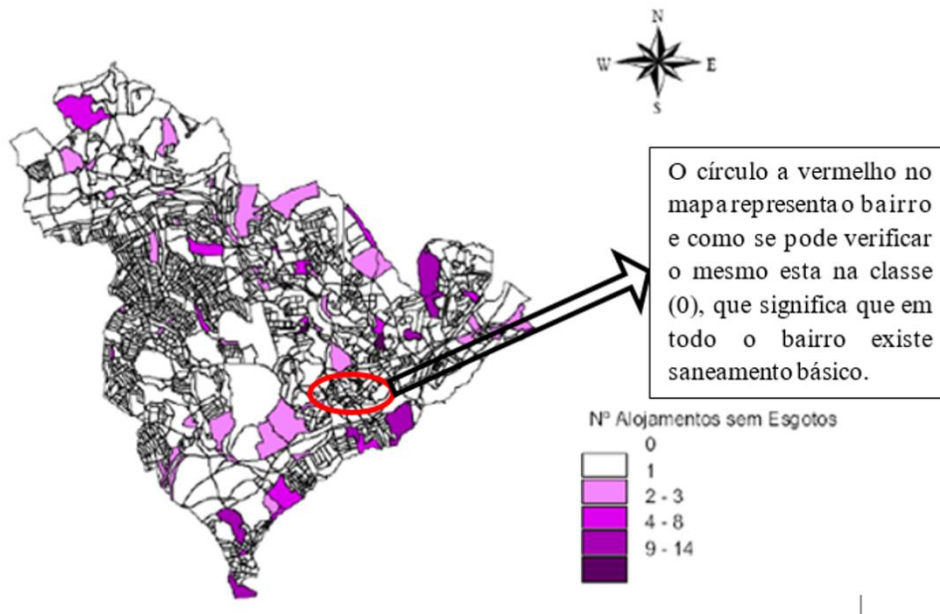
Rio da Costa (com classificação decimal 301 16 04 02); a Ribeira de Odivelas/ Ribeira de Caneças (com classificação decimal 301 16 04 02 01); a Ribeira da Paiã (com classificação decimal 301 16 04 02 03); a Ribeira das Canoas (com classificação decimal 301 16 04 02 05); a Ribeira das Dálias; a Ribeira de Famões; e a Ribeira de Camarões (Vale do Nogueira). Quanto às linhas de água secundárias surgem como linhas de águas, as seguintes: a Ribeira da Troca; a Ribeira do Freixinho; a Ribeira do Vale do Forno; e a Ribeira do Barruncho. Assim, o concelho de Odivelas é atravessado por uma rede hidrográfica pouco densa, de um modo geral, as linhas de água apresentam um carácter torrencial, ocasionalmente extravasando as suas margens (CMO, 2015).

Algumas das referidas linhas de água apresentam, em geral, problemas no que respeita à qualidade da água, fruto de se verificarem algumas descargas de esgotos diretamente para os cursos de água ou na rede de águas pluviais. A juntar ao facto que algumas AUGI's, especialmente aquelas nas áreas mais críticas do ponto de vista urbano, estão deficitárias do saneamento adequado, verifica-se ainda que a drenagem de águas residuais se faz para fossas sépticas ou diretamente para as linhas de água. Outro dado que fica é que as áreas urbanas mais veneráveis necessitam de renovação das redes de saneamento. Sendo que de acordo com a informação disponibilizada no SNIRH, não existe qualquer estação de monitorização da qualidade da água ativa nas bacias hidrográficas onde se insere o concelho de Odivelas (CMO, 2015).

No que se refere ao seu tratamento e drenagem, o município de Odivelas é servido pelo Sistema da SIMTEJO, S.A. Sendo que a ETAR pertencente à mesma entidade e é responsável pelo tratamento de todos os efluentes gerados no município de Odivelas.

Por conseguinte o referido sistema garante uma cobertura na ordem de 99% em relação à rede de drenagem e de 97% em relação ao tratamento das águas residuais, existindo ainda algumas carências embora em pequena percentagem nas freguesias de Caneças, Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião. De referir ainda alguns casos pontuais de redes locais que efetuam descarga de efluentes diretamente para as linhas de água, mas que os mesmos já estão em processo de resolução, através de protocolo com os Serviços Municipalizados de Loures e o município de Odivelas (CMO, 2015).

Figura 4.8.2 - Alojamentos sem rede de esgotos, no concelho de Odivelas



Fonte: CMO, Relatório Ambiental, 2015:95

Níveis de ruído

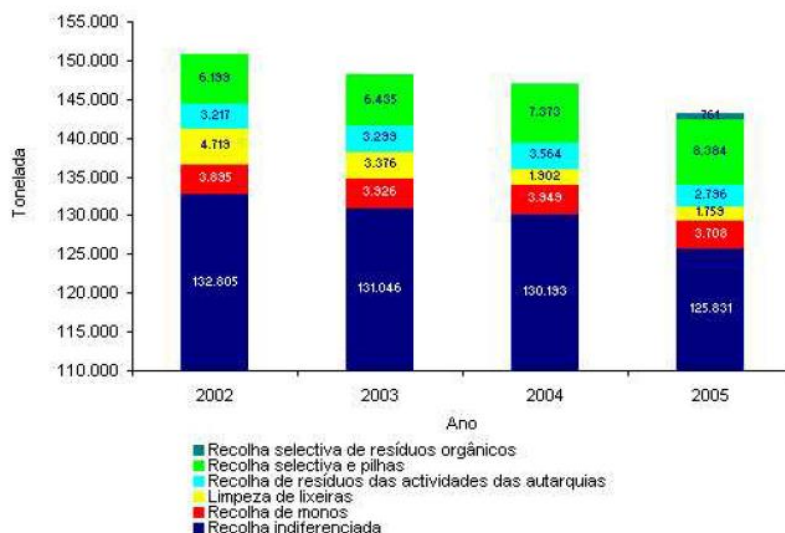
Sobre a questão do ruído e que tem-se por base o mapa do ruído do município de Odivelas, o tráfego rodoviário surge como a principal fonte de ruído na definição do ambiente sonoro do município. Analisemos então algumas das principais fontes de ruído.

Os eixos viários que causam maiores níveis de ruído são os eixos rodoviários principais, (A9/CREL, IC17/CRIL, IC22, A8) e os eixos rodoviários estruturantes locais que se concentram sobretudo no centro do concelho, designadamente o eixo compreendido entre o centro de Odivelas (Av. Dr. Augusto Abreu Lopes), Ramada (Rua Comandante Sacadura Cabral – EN-250-2) e Caneças (Rua da República – EN-250) e o eixo entre Pontinha, Famões e Caneças; e na direção Nascente – Poente, a ligação entre Póvoa de Santo Adrião (Rua Almirante Gago Coutinho – EN 8), Odivelas (Av. D. Dinis) e Pontinha (Estrada da Paiã), bifurcando no Largo 25 de Abril, no extremo sudoeste da freguesia de Odivelas, na Rua Antero Quental em direção à Rua Marechal Gomes da Costa, na Freguesia de Famões (CMO, 2015).

Recolha de resíduos sólidos urbanos

Para finalizar a questão ambiental, deve-se agora falar da rede de recolha de resíduos urbanos. Assim sendo, é de referir que os Serviços Municipalizados de Loures são a entidade responsável pela recolha dos resíduos domésticos. Estes incluem todos os resíduos de origem doméstica e aqueles oriundos de atividades económicas desde que a sua natureza e composição seja semelhante aos de origem doméstica, e a sua produção não exceda os 1.100 litros por dia. Inclui-se igualmente nesta categoria, os materiais recicláveis, os resíduos orgânicos, os resíduos de jardins e os resíduos volumosos (monos). A recolha de outro tipo de resíduos, que possuam uma composição idêntica aos de origem doméstica pode ser feita, mediante uma prestação de serviço. No entanto não se procede à recolha de resíduos da categoria de Resíduos Sólidos Especiais que são: os Resíduos Industriais, os Resíduos Hospitalares e os Resíduos Perigosos. Por conseguinte, os resíduos indiferenciados são transportados para a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos situada em São João da Talha, sendo que os materiais recicláveis são enviados para a Central de Triagem e Ecoponto, situada em Vale do Forno, Lisboa, e os resíduos orgânicos, são remetidos para a Estação de Tratamento e Valorização Orgânica, situada em São Brás, no concelho da Amadora (CMO, 2009).

Figura 4.8.4 - Quantidade de resíduos por tipo de recolha



Fonte: CMO, XIV-Infraestruturas, 2009:46

A recolha seletiva porta a porta abrange cerca de 32.000 pessoas que representa sensivelmente 10% dos habitantes de Loures e Odivelas. Pode-se então concluir, que após a visualização deste estudo a recolha indiferenciada é aquela que tem maior peso na recolha de resíduos, e que tem registado a maior evolução no que respeita às quantidades de resíduos provenientes da recolha seletiva, sendo o papel aquele que tem maior significância (CMO, 2009).

Capítulo 5 - Contributos para uma proposta de intervenção

O capítulo 5 corresponde a uma abordagem prospetiva, tendo por base o diagnóstico, segundo um conjunto de tópicos, apurado através de uma análise SWOT e propondo um conjunto de medidas de intervenção com vista à regeneração urbana da área central de Odivelas, enquadrada nos princípios defendidos pelas teorias do planeamento e desenvolvimento de comunidades sustentáveis.

5.1 - Análise SWOT

Com vista a apurar o diagnóstico-síntese da área de estudo recorre-se ao método de análise SWOT. Com o auxílio da matriz SWOT são estruturados os tópicos de diagnóstico segundo os respetivos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Os fatores que são apontados como pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, terão por base a análise dos inquéritos e resultados obtidos pelos mesmos, bem como os dados estatísticos do INE relativos ao concelho e ao bairro. Este diagnóstico tem como objetivo melhorar o conhecimento dando suporte a uma intervenção de regeneração urbana/intervenção no bairro, nunca perdendo em vista três pontos essenciais neste diagnóstico, sendo eles a sustentabilidade, as comunidades e um estilo de vida saudável.

Pontos Fortes

Nos dias de hoje, opta-se por reabilitar e regenerar as áreas urbanas, em vez de construir de novo, em termos das habitações e do conjunto urbano, em especial nas áreas centrais das cidades, procurando sempre o equilíbrio entre um estilo de vida saudável, uma vivência de bairro e um espírito de comunidade que há muito tinha sido esquecido e que agora voltou a restabelecer-se. Assim sendo, existem alguns aspetos que podem ser mobilizados para o processo de regeneração urbana.

Como pontos fortes verificados no bairro, em primeiro lugar pode-se constatar o facto de o bairro ser dotado de uma localização central face ao contexto da freguesia de Odivelas, pois o bairro está localizado entre a Rua Guilherme Gomes Fernandes,

Avenida Dom Dinis e a Rua dos Bombeiros Voluntários, estando próximo do acesso a Lisboa e tendo boas acessibilidades aos concelhos vizinhos.

Em segundo lugar, existe no bairro uma diversidade étnico-cultural da população residente, o que promove uma maior consciencialização entre a população a respeito das culturas oriundas de outros países.

Em terceiro lugar, no bairro verifica-se um forte sentido de “comunidade” por parte da população idosa, o que favorece um enorme espírito de entreaajuda, bem como o sentido de vizinhança, característica fundamental no estabelecimento de comunidades sustentáveis

Em quarto lugar, um dos grandes “pilares” do bairro é a presença do Mercado Municipal por ser um equipamento marcante que funciona como centralidade municipal e que é um elemento importante para reforçar a identidade no bairro.

Em quinto lugar, o bairro caracteriza-se por um tecido urbano contínuo, com boas condições para deslocação pedonal (verifica-se a existência de passeios em algumas ruas) facilitando a mobilidade das pessoas. No entanto, registe-se a necessidade de disciplinar o estacionamento abusivo em alguns locais.

Em sexto lugar, o bairro é caracterizado por uma moderada densidade do edificado e um mix funcional em grande parte da área de estudo, que favorece as relações de vizinhança e por uma estrutura funcional (comércio e serviços) consistente e que serve como suporte à configuração das unidades de vizinhança.

Como último aspeto, tem-se a mobilidade por transporte público que também é um dos pontos fortes do bairro. Este é dotado de boas ligações para os municípios vizinhos e isso promove uma maior deslocação da população residente para outros locais e favorece um maior desapego do automóvel.

Pontos Fracos

Como se pode constatar, a maioria dos bairros das áreas centrais das cidades da periferia de Lisboa, como o caso do bairro em estudo, apresentam fragilidades a diversos níveis. Agora passa-se à análise mais pormenorizada de cada um deles.

No bairro em estudo pode-se verificar uma falta de espaços verdes e os que existem não estão, de todo, bem aproveitados para a população que reside e que venha de outros pontos do concelho e concelhos vizinhos. Os espaços verdes promovem uma melhor qualidade de vida para população a nível ambiental e uma imagem urbana onde a população sentirá agrado por viver num espaço com esse equilíbrio. Outro fator a ter em conta é a falta de equipamentos de convívio e espaços públicos de sociabilidade, pois estes equipamentos, bem localizados, podem oferecer o convívio e uma maior vivência coletiva e, promover a socialização intergeracional.

Outro ponto fraco apontado é a ausência de um centro de saúde na proximidade para usufruto da população residente no bairro pois com encerramento do centro de saúde que se localizava na Rua dos Bombeiros Voluntários, a população tem de deslocar-se para os centros de saúde da Ramada e para outros pontos dentro do concelho. Assim sendo, a reabertura do centro de saúde, mais próximo das populações, promoveria, não só, uma menor deslocação com um custo menor, mas também uma melhor vivência em termos de saúde por parte da população e uma maior precaução com o seu bem-estar.

Outra situação desagradável no bairro é a escassez e a fraca acessibilidade de transporte público para o Hospital Beatriz Ângelo, pois a única carreira que existe termina junto ao metro de Odivelas, o que se torna complicado em termos de deslocação para a população idosa residente no bairro, fazendo com que esta tenha de procurar outras alternativas economicamente mais caras. Se existisse uma maior diversidade de carreiras de transporte público interligadas ao Hospital Beatriz Ângelo, facilitar-se-ia a população residente a nível de deslocação e promovia-se um maior uso de transportes públicos.

Do ponto de vista demográfico, através dos inquéritos realizados à população, pode-se constatar de forma geral que a maioria das pessoas inquiridas são predominantemente mais idosas, isto é, na faixa dos 65 ou mais anos, assim, verifica-se que existe um grande predomínio e forte concentração de população idosa a residir no bairro. Assim, sente-se a necessidade de colocar mais centros de apoio à população idosa.

Outro ponto fraco detetado através dos dados do INE 2011 é a existência de um elevado número de alojamentos vagos, que assumem uma percentagem de 12%, mas existem 5 principais áreas (quarteirões) onde estes atingem uma percentagem de 15-20% de fogos devolutos (Rua Dr. Alexandre Braga, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Rua Dr.

Fernando da Cunha, Rua Henrique Manuel Ginja Cardoso, Rua dos Bombeiros Voluntários, Rua Júlio Dinis, Alameda Infante Dom Henrique, Avenida Dom Dinis e Rua Major Rosa Bastos). Existe um 6º grupo, onde existe uma maior percentagem (entre 20-25%) de fogos devolutos, localizados entre a Rua Dr. Manuel Simões Gomes Coelho e a Rua Dr. Camara Pestana. Esta tendência poderia ser invertida através da reutilização de alojamentos persistentemente vagos, mediante políticas públicas de arrendamento apoiado.

Outro aspeto a ter em conta é a degradação do espaço público, em especial na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em termos de vias e caminhos pedonais, em especial na Rua do Espírito Santo, Avenida Dom Dinis, Rua Gil Eanes, Rua Alexandre Braga e Rua dos Bombeiros Voluntários. Há que assegurar a manutenção destas vias (ex. falhas na calçada) para favorecer a mobilidade da população e prevenir possíveis acidentes de mobilidade, bem como, as passadeiras de peões que deveriam ser sobrelevadas relativamente às faixas de circulação automóvel.

Outro ponto fraco é a falta de estacionamento no bairro, em especial para quem se desloca ao Mercado Municipal, bem como para a população que efetua compras no bairro. Tanto para o comércio tradicional, como para os supermercados, facilitaria a construção de um parque de estacionamento ao ar livre para a população que se desloca ao bairro para fazer a sua vida diária.

Outro ponto fraco a ter em conta é o aparente sedentarismo da população residente, uma vez que se limita a fazer uma rotina casa-trabalho/trabalho-casa. Através dos inquéritos à população residente, pode-se perceber que a população do bairro não procura outro tipo de interesses, fora a rotina diária, como por exemplo, os teatros, espectáculos de música, museus, etc., limitando-se em muitos casos os passeios junto à residência ou jardins nas proximidades.

Existe uma carência de instituições de apoio à população idosa. Seria proveitoso para a população idosa criarem-se espaços de convívio, socialização e de apoio/ajuda ao domicílio. O bairro carece deste apoio e este foi um dos problemas apontados pela população nos inquéritos.

Oportunidades

A regeneração urbana aplicada às comunidades sustentáveis vai emergindo nos dias de hoje como forma de requalificar os tecidos urbanos para usufruto de todos, por isso mesmo, devem ser aproveitados alguns dos recursos como fatores potenciais de desenvolvimento que se vai referir, no sentido de gerar uma cadeia de oportunidades para o bairro.

Entre o conjunto de oportunidades a potencializar tem-se o recurso de água (rio), em especial destaque na Rua Augusto Alexandre Jorge onde se localiza o Parque da Memória, que se encontra num estado de degradação, sendo que este poderia ser um ponto de atração do bairro até do concelho, caso se aproveitasse o espaço de uma forma melhor.

Outra oportunidade surge com a presença de uma rede viária com ligações às várias freguesias do concelho. É verdade que existe uma rede viária IC17 que liga ao concelho da Amadora, Oeiras, Loures e Lisboa, bem como a calçada de Carris que é ponto direto a cidade de Lisboa. Mas em termos de rede viária no centro do bairro com ligação a outros pontos do concelho, como o caso da Avenida Dom Dinis para se ir para Pontinha ou bem como da Rua Guilherme Gomes Fernandes para ligação a Póvoa de Santo Adrião, tem alguns défices a nível do pavimento, a nível da circulação automóvel e das ligações entre si.

Outra oportunidade de desenvolvimento está no reforço do papel do “Voltas” como transporte público para grupos jovens e idosos no sentido de promover a deslocação de pessoas de outras freguesias a área de estudo, revendo simultaneamente o modelo do seu itinerário, criando-se dois circuitos com dois autocarros, ambos interligados pagando só um bilhete. Importante também seria que o circuito do “Voltas” passasse pela Escola Secundária de Odivelas, pelas primárias, bem como pelo centro de saúde da Ramada, facilitando a mobilidade da população.

Por último, existe uma oportunidade de conjugar as ações de intervenção social com ações de reabilitação urbana e valorização ambiental, segundo uma visão inovadora, mas respeitadora das aspirações da comunidade residente.

Ameaças

Faz-se agora um levantamento das ameaças do bairro.

Como primeira ameaça, e que pode afetar o bairro é a decadência do comércio de bairro, não só por não haver investimento em novos estabelecimentos ou na modernização dos existentes, mas também pelo fator de envelhecimento populacional;

Outro problema é o risco da estagnação do mercado imobiliário (vendas/alugueres) de habitações, decorrente da crise financeira. A esta ameaça acresce o continuado envelhecimento populacional, pois a população idosa por vezes tem habitações para arrendar ou vender, mas como não toma medidas de renovar a habitação estas acabam por não ter atratividade para a população ativa. Outra causa deste acontecimento é que as agências imobiliárias, nem sempre fazem o melhor aproveitamento da habitação (estética interior da habitação), e não as colocam a preços mais acessíveis para venda ou aluguer não atraindo a população mais jovem ou início de construção familiar;

Outro fator de ameaça é a proximidade do centro comercial Strada Outlet, que faz com que a população residente utilize mais este espaço para compras de bens alimentares, vestuário e outros serviços, do que propriamente o comércio do bairro, desfavorecendo a oferta e procura do comércio local e gerando a decadência deste;

Por último, o continuado declínio pela procura de comércio e serviços, gera um défice de procura pela parte da população residente, por este não corresponder as necessidades da população geral, às várias faixas etárias, pois o comércio e serviços sofreram uma estagnação ao longo dos anos e não houve um melhoramento das estruturas e da atratividade para a população, afastando-a para os centros comerciais em vez do comércio tradicional.

Face à ponderação efetuada, sintetizam-se os tópicos fundamentais de diagnóstico da área de estudo que se apresentam na tabela 5.1.1 (matriz SWOT).

Tabela 5.1.1 - Pontos essenciais da análise SWOT

<p>Pontos Fortes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização central face ao contexto da freguesia e mobilidade. • Diversidade étnico-cultural dos residentes. • Forte sentido de “comunidade” por parte da população idosa. • Presença do Mercado Municipal. • Tecido urbano contínuo, com condições para deslocações pedonais. • Densidade de Edificado e funcional consistente com a configuração de unidades de vizinhança, com mix funcional em grande parte da área de estudo. • Acessibilidade por transporte público para ligações aos municípios vizinhos. 	<p>Pontos Fracos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de espaços verdes. • Falta de equipamentos de convívio e de espaços públicos de vivência coletiva. • Falta de Centro de Saúde na proximidade destinado à população local. • Fraca acessibilidade de transporte público ao Hospital Beatriz Ângelo. • Forte concentração de População Envelhecida. • Elevado número de Alojamentos Vagos. • Degradação do Edificado, vias e caminhos pedonais em algumas ruas da área de estudo. • Falta de Estacionamento. • Aparente sedentarismo da população residente. • Carência de Instituições de apoio à população idosa.
<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencial do recurso de água (rio) como fator de valorização ambiental. • Presença de uma rede viária com ligações as várias freguesias do concelho e às acessibilidades regionais. • Reforçar o papel do “Voltas” como transporte público para grupos jovens/idosos no sentido de promover a deslocação de pessoas de outras freguesias à área de estudo. • Promover um processo de regeneração urbana com base numa abordagem integrada, conjugando ações de intervenção social com ações de reabilitação urbana e valorização ambiental, segundo uma visão inovadora mas respeitadora das aspirações da comunidade residente. 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decadência do comércio de bairro. • Continuação do envelhecimento da população residente e proprietários do comércio de bairro. • Proximidade ao centro comercial Strada Outlet. • A estagnação do mercado imobiliário (vendas/alugueres) decorrente do declínio sociodemográfico. • Continuado declínio da procura de comércio e serviços.

Fonte: Aatoria Própria, 2016

5.2 - Propostas de intervenção

Este subcapítulo destina-se formular as propostas para área de estudo (bairro), tendo por base o diagnóstico desta área e alguns contributos por parte da população residente do bairro obtidos através do inquérito efetuado. As propostas têm por referência concetual as teorias da regeneração urbana aplicadas às comunidades sustentáveis, as quais se passa a especificar, por ordem de relevância estratégica, nos termos seguintes:

1. Primeiramente, o caso do Mercado Municipal, sendo este, um dos grandes “pilares” do bairro, pelo facto de ser um equipamento marcante que funciona como referência da identidade no bairro.
 - 1.1 Poderia ser aproveitado de outra forma, funcionando como um espaço de compras essenciais, isto é, que além da venda de frutas, legumes, peixe e outros produtos frescos, em que a população poderia efetuar as suas compras sabendo que os produtos seriam sempre de uma melhor qualidade (gourmet) do que a existente em supermercados e hipermercados, com preços idênticos mas assegurando que estes produtos seriam oriundos diretamente dos agricultores;
 - 1.2 Outra função socioeconómica fundamental do mercado seria constituir-se o fator de atração dos jovens ao bairro, porque neste existiria incentivo e apoio ao empreendedorismo jovem (ninhos de empresas, serviços de apoio a empresas locais, serviços de apoio e formação aos idosos e agregados familiares fragilizados, *startups* de escala local, etc.), tendo por base ideias empresariais e tecnologias inovadoras, gerando valor, transformando o seu trabalho num negócio rentável.
2. Em segundo lugar, seria recomendável criar medidas de incentivo à reabilitação e renovação de edificado, especialmente de fogos e de lojas vagas, para arrendamento acessível, focalizando principalmente o parque edificado (edifícios e frações) devoluto, em fogos de habitação ou lojas, incluindo o Centro Comercial Oceano;
3. Em terceiro lugar, para resolver o problema da sobrecarga de estacionamento no bairro, seria recomendável o estacionamento de superfície (arruamentos), implementar uma política de gestão controlada de lugares, segundo critérios de proximidade na ótica das necessidades dos utentes (ex. residentes idosos ou com

- mobilidade reduzida) ou na ótica da atratividade à oferta de comércio e serviços (ex. zonas dedicadas aos utentes de estabelecimentos ou conjuntos de estabelecimentos);
4. Em quarto lugar, seria proveitoso para o bairro o melhoramento dos espaços verdes existentes, com plantação de nova vegetação nesses espaços, o que traria um melhor conforto ambiental para o bairro, bem como promovia uma melhor qualidade de vida para a população, baixando os índices de poluição e valorizando a imagem urbana do bairro;
 5. Em quinto lugar, seria a criação de parques infantis e espaços públicos de lazer, para a população, fomentando a sociabilidade, convívio entre as várias faixas etárias, promovendo uma maior vivência coletiva. Um dos casos seria o reaproveitamento do parque na Alameda Infante Dom Henrique mas também a valorização do espaço ribeirinho designado Rua da Rainha, a renovação da Praça Manuel Gomes Coelho bem como a criação de micro-pontos de encontro e estadia distribuídos na proximidade residencial, principalmente quando mais afastada dos espaços verdes mais relevantes;
 6. Em sexto lugar, é importante criar instituições de apoio à população idosa (consideramos o CURPIO insuficiente), oferecendo espaços interiores de convívio para eles, gerando a socialização, momentos de lazer e aprendizagem, com aulas de informática, de costura e outras. Mas estas instituições também serviriam para apoio e ajuda ao domicílio, com entregas de alimentação e de cuidados de higiene, a pessoas debilitadas ou acamadas;
 7. Em sétimo lugar, refere-se o reaproveitamento do comércio tradicional do bairro, trazendo novos empreendedores, criando medidas de incentivo ao melhoramento a nível da qualidade da apresentação dos estabelecimentos e da prestação do serviço, assim induzindo um novo dinamismo ao bairro a um comércio mais diversificado e qualificado;
 8. Em oitavo lugar seria recomendável o prolongamento de horários em alguns cafés no bairro, com hora de fecho às 24h00 mas também o melhoramento de alguns cafés, com o fim de terem condições necessárias para a utilização de esplanadas exteriores que poderiam ser fechadas no inverno e abertas no verão, em que utilizassem sistemas de arrefecimento e aquecimento no espaço, dando conforto população aos utentes. Assim sendo, atrairiam mais jovens ao bairro e seriam espaços de socialização e convívio intra e intergeracionais;

9. Em nono lugar, ao nível dos transportes públicos, seria conveniente alargar a área de influência da carreira “Voltas” (ex. através de dois itinerários – circulares como agora acontece - que se entrecruzassem), assim conseguindo abranger uma maior número de pontos de interesse para a mobilidade (ex. serviços de saúde, escolas secundárias que oferecem diferentes cursos, Pavilhão Multiusos, C. Cultural da Malaposta, Metro do Senhor Roubado, etc.) proporcionando maior oferta de serviço e mais rapidez em algumas das deslocações;
10. Em décimo lugar, seria importante potenciar o recurso de água, neste caso o rio Costa, que se localiza na Rua Augusto Alexandre Jorge, onde tem o Parque da Memória, e se este espaço fosse bem aproveitado seria um dos grandes pontos de atração do bairro e até do próprio concelho. Assim, podia-se aproveitar o espaço verde existente, criar uma área só para exercício físico, outro espaço para colocação de quiosques de gelados, street-food, e um espaço para conviver enquanto se usufrui do ambiente local, singular no contexto da cidade de Odivelas. Importante, também, seria reivindicar a aplicação de barreiras acústicas de proteção para combater o muito elevado nível de ruído do tráfego da CRIL, conforme é demonstrado no Mapa de Ruído do concelho;
11. Por último, seria conveniente promover a reflexão participada pela comunidade local e a definição de uma estratégia para o centro da cidade, onde se inclui a área de estudo, a partir da qual se poderia implementar uma política de cidade que dinamizasse a regeneração urbana dando resposta aos desafios do desenvolvimento urbano e das comunidades sustentáveis. Esta estratégia ajudaria a colmatar a falta de uma visão municipal para uma atuação estratégica na “área central da cidade”, pois existe um desequilíbrio neste bairro a nível funcional (comércio e serviços), em que estes não são aproveitados da melhor forma, apesar de terem uma boa localização.

Considerações Finais

Relativamente ao presente relatório podem tecer-se dois tipos de considerações finais: as relativas ao estágio realizado na CMO de natureza mais operativa; as relativas aos conteúdos do estudo e respetivas conclusões.

Assim, no que refere ao estágio realizado, destacam-se vários aspetos positivos, nomeadamente a possibilidade de aprofundar conhecimentos ao nível da recolha e tratamento de informação, produção de cartografia, bem como, a ampliação de conhecimentos em termos de instrumentos de planeamento territorial (faseamento e conteúdos dos existentes).

Assim, relativamente ao tratamento e recolha de informação foi possível ter acesso a dados estatísticos e enquadramento no tratamento dos mesmos por parte dos técnicos da CMO e pelo coorientador. Já sobre a produção de cartografia, foram desenvolvidas valências noutros programas cartográficos para além do ArcGis, como por exemplo o QGIS. Por último, no que respeita ao aprofundamento do conhecimento da área de estudo, a realização de inquéritos foi bastante proveitosa, uma vez que fez com que se tivesse um maior contacto com a população local e com as suas reais necessidades, tanto ao nível da comunidade, como ao nível do bairro. A utilização dos instrumentos territoriais de análise como o levantamento funcional foi um excelente complemento à informação retirada dos inquéritos.

No que diz respeito aos conteúdos do estudo e respetivas conclusões, o relatório de estágio permitiu analisar a temática da regeneração urbana aplicada às comunidades sustentáveis no bairro em estudo.

Tomando como caso de estudo, a área central do município de Odivelas composto por três eixos de via (Av. D. Dinis, Rua Guilherme G. Fernandes e Rua dos Bombeiros Voluntários), que ao longo do trabalho tomou a designação de bairro. Ao longo do trabalho foi possível cumprir os objetivos elencados no início:

- Conhecer a estrutura demográfica e socioeconómica da população residente, como consta nos capítulos 3 e 4;
- Perceber a estrutura e o estado da oferta de equipamentos/serviços de utilização coletiva na área de estudo, particularmente desenvolvidos no

capítulo 4 a partir de levantamentos de campo realizados ao longo do estágio;

- Compreender as dinâmicas quotidianas da população residente e o seu relacionamento com os espaços e as funções coletivas, na área em estudo e com a envolvente próxima e alargada, aspetos analisados pelos resultados dos inquéritos incluídos no capítulo 4;
- Identificar os fatores de declínio da área central de Odivelas, onde se inclui o envelhecimento populacional, a elevada percentagem de alojamento vagos, a falta de qualidade de algum edificado e as poucas condições de atratividade (onde se inclui a falta de estacionamento) para manter viva uma procura de comércio tradicional. O caso do mercado municipal é um dos casos mais evidentes, em que se reconhece a sua importância, mas que não consegue atrair os novos consumidores, nomeadamente pela dificuldade de estacionamento registado. Estes aspetos são evidenciados ao longo do capítulo 4;
- Tipificar um conjunto de medidas de intervenção com vista à regeneração urbana da área central de Odivelas enquadrada pelos princípios de planeamento defendido na construção de comunidades sustentáveis, o que se desenvolveu no capítulo 5.

Neste contexto, a hipótese central deste trabalho, “Como utilizar um processo de regeneração urbana com vista a criar uma comunidade sustentável numa área urbana em processo de declínio tomando como exemplo o caso da área central em torno da Av. D. Dinis, na freguesia de Odivelas?” foi possível de ser respondido, considerando que para este processo possa ser conceitual é necessário ter-se em atenção a comunidade local do bairro, colmatando as mais variadas necessidades da população que reside num determinado local, mas também tendo em atenção a população futura que possa vir aí a residir. Assim sendo, é possível gerar uma melhor qualidade de vida para a população, bem como criar-se mais oportunidades de escolha no local.

Assim, os grandes pontos essenciais são, entre 2001 e 2011 um crescimento significativo a nível de populacional (residentes), sendo que em 2011 eram 144.549 habitantes. A nível de famílias clássicas segundo escalão etário regista-se mais famílias com pessoas com 65 ou mais anos, refletindo algum envelhecimento populacional.

Entre o ano 2001 e 2011 houve um acréscimo de 16% de população residente idosa, sendo que no ano 2001 eram 81 idosos por cada 100 habitantes, em 2011 passaram a ser 107 idosos, houve um aumento do índice envelhecimento. Pode-se verificar nível do emprego, que se regista mais população empregada do que a procura de emprego. Respetivamente aos alojamentos existiu uma variação positiva, sendo mais significativa entre 2001 e 2011, com 18.8% de alojamentos no concelho. Acerca do número de alojamentos vagos/fogos devolutos no concelho de Odivelas, este representam no ano 2011 10,1%. No concelho de Odivelas predomina substancialmente os alojamentos de proprietário ocupante.

Em resposta aos objetivos, através dos inquéritos realizados a população residente no bairro, verifica-se de forma geral que a maioria das pessoas inquiridas são predominantemente mais idosas, isto é, na faixa dos 65 ou mais anos. Sendo que através dos dados estatísticos (INE, 2011), verifica-se que a população residente do bairro é, na sua maioria, feminina, correspondendo a 55% do total, ao contrário da população masculina que se fica pelos 45%.

Quanto ao comércio no bairro, consta-se que existe uma tendência bem definida, demonstrando que a maioria das pessoas inquiridas optam pela escolha de estabelecimentos junto à residência ou então dentro do concelho de Odivelas, dando pouco peso a outras cidades vizinhas. A população residente no bairro para obter bens alimentares, desloca-se na sua maioria ao mercado ou ao supermercado, enquanto o café/pastelaria/restaurante é frequentado na maioria no comércio tradicional. A nível do comércio e dos serviços essenciais para o dia-a-dia a população faz as suas deslocações maioritariamente a pé ou então de automóvel.

No que representa os tempos livres, a população residente inquirida, prefere ocupar os seus tempos livres passeando a pé pelas ruas, frequentando parques infantis e jardins e ir ao cinema. Em relação ao local onde desfrutam dos mesmos, optam na maioria por ser junto à residência, principalmente no passeio a pé pelas ruas, representando cerca de 60%, ou então quando usufruem de parques infantis e jardins, o que representa cerca de 45%. No geral, pode-se verificar que os inquiridos preferem na sua maioria deslocar-se a pé, seguida de transportes públicos e por último, de automóvel, estando estes factos interligados com o local onde a população inquirida opta por ir frequentar os espaços de lazer.

A opinião da população residente no bairro é fundamental para se implementar o conceito de comunidade sustentável, bem como os processos de regeneração urbana. A população refere maioritariamente que os equipamentos existentes no bairro são insuficientes. No que respeita ao estacionamento, a população inquirida, refere em grande maioria que há falta de estacionamento no bairro. Outro ponto importante é a nível de segurança do bairro, em que a população diz sentir-se segura no bairro. Quanto a limpeza do bairro afirmam que há ainda um défice na limpeza do bairro (nas ruas). Quanto ao comércio e serviços existentes estes são suficientes para oferta e procura por parte da população residente.

No domínio do ambiente e mobiliário urbano, a população inquirida no bairro refere que deveria existir uma maior limpeza junto ao rio, que há escassez de parques urbanos no bairro e que deveria existir uma melhor gestão dos espaços verdes, para lazer e prática de exercício físico.

Quanto ao domínio do comércio em quantidade e diversificado, consideram que deveria existir uma melhor gestão do comércio tradicional e dos serviços, de forma ao mesmo ganhar uma nova dinâmica, e que era importante uma reabilitação a nível do mercado municipal.

No que respeita aos equipamentos e infraestruturas, referem a falta de um centro de saúde localizado no bairro, e uma maior conservação do edificado, considerando este em decadência, salientam a importância da criação de equipamentos de lazer para as crianças e uma remodelação nos equipamentos escolares, que referem que não estão nas melhores condições de utilização para os jovens e crianças.

Já no que diz respeito a mobilidade, deveria haver uma maior diversidade de transportes públicos, uma melhoria a nível das ciclovias, bem como dos passeios, que segundo a referência da população estes não se encontram nas melhores condições. Outro ponto a salientar é a circulação do “Voltas” ao fim de semana, que facilitaria a circulação da população durante esses dias, pois este transporte detém um custo mais reduzido em comparação aos restantes autocarros.

Em relação à segurança, referem a necessidade de um melhor policiamento nas ruas, essencialmente em horas noturnas, menos barulho no bairro e menos criminalidade no bairro que levasse a uma melhor segurança para a população.

Quanto a parte social era importante a criação de espaços de confraternização para população idosa e mais locais de convívio, em que consideram ainda falta de espaços de socialização para os jovens e consideram que deveria existir mais instituições de apoio social a população.

Tendo este diagnóstico como pano de fundo, foi elaborada uma análise SWOT e posteriormente foram elencadas algumas propostas de intervenção que podem contribuir para tornar o bairro central de Odivelas uma comunidade mais sustentável, quer para os seus residentes, quer pelo seu reforço como centralidade do concelho.

Com base nas conclusões apresentadas, podem-se retirar os seguintes ideais para se atuar, tendo em conta a construção de um futuro mais sustentável para o bairro e para a comunidade:

- I. Combater o envelhecimento populacional;
- II. Melhorar atratividade do comércio e serviços no bairro;
- III. Melhorar a rede transportes públicos no bairro, de forma a criar um sistema de transporte que faça face as necessidades da população;
- IV. Combater a escassez de espaços de convívio para os jovens, criando locais de atração para os mesmos;
- V. Criar instituições de apoio social tanto para idosos como para população jovem;
- VI. Criar políticas de arrendamento, de forma a combater os fogos devolutos no bairro;

Bibliografia

- Almeida, R., Durão, V. (2012) - *Análise Urbana - Odivelas, de Aldeia a Centro Histórico da Cidade*, CIAAM, PORLISBOA, QREN, FEDER, CMO.
- CMO (2013) - *Caraterização Sociodemográfica do Município de Odivelas*, Análise dos censos 2011.
- CMO, PDM (2009) - *VIII – Equipamentos Coletivos*, Caraterização do Território – Estrutura e Funções Sociais, Vol. 4.2.
- CMO, PDM (2009) – *II - Qualidade do Ar*, Caraterização do Território – Componentes Ambientais, Vol. 4.
- CMO, PDM (2009) – *V - Estrutura Sócio-Demográfica*, Caraterização do Território Estrutura e Funções Sociais, Vo.4.2.
- CMO, PDM (2009) – *VI - Habitação*, Caraterização do Território Estrutura e Funções Sociais, Vo.4.2.
- CMO, PDM (2009) – *VII - Atividades Económicas*, Caraterização do Território – Estrutura e Funções Sociais, Vol.4.2.
- CMO, PDM (2009) – *IX - Património Arquitetónico e Arqueológico*, Estudos de Caraterização do Território, Vol.4.
- CMO, PDM, (2009) – *X - Enquadramento Territorial*, Caraterização do Território-Enquadramento Regional, Estrutura Urbana e Sistemas Infraestruturas, Vol.4.
- CMO, PDM (2009) - *XI - Estrutura e Forma Urbana*, Caraterização do Território-Enquadramento Regional, Estrutura Urbana e Sistemas Infraestruturas, Vol.4.3.
- CMO, PDM (2009) – *XII - Mobilidade e Transportes*, Caraterização do Território-Enquadramento Regional, Estrutura Urbana e Sistemas Infraestruturas, Vol.4.3.
- CMO, PDM (2009) – *Enquadramento Regional, Estruturação Urbana e Sistemas Infraestruturais*, Caraterização do Território, Vol. 4.3.
- CMO, PDM (2012) – *III - Caraterização Acústica*, Caraterização do Território – Componentes Ambientais, Vol.4.1.
- CMO, PDM (2014) - *Relatório de Fundamentação das Opções do Plano*, Versão para Discussão Pública, Vol.3.
- CMO, PDM (2015) - *Relatório Ambiental*, Vol.6.
- CMO, Transitec (2009) - *Estudo prospetivo da Mobilidade no Concelho de Odivelas*, Relatório Final, Odivelas.

- Compete 2020 (2014) - *Programa Operacional Competitividade e Internacionalização*, Versão Adaptada, Portugal 2020, UE Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
- Department for Social Development (2013) - *Urban Regeneration and Community Development Policy Framework*, Urban Regeneration and Community Development Group, July 2013.
- Diário da República (2015) - *1.ª série — N.º 155, ANEXO (a que se refere o n.º 1)*, Cidades Sustentáveis 2020.
- Dias, Rui (2003) - *Dinâmicas Populacionais no Concelho de Odivelas*, Censos 2001 – Dados Definitivos.
- Egan, J. (2004) – “*The Egan Review: Skills for Sustainable communities*”, Office of the Deputy Prime Minister, Crown Copyright.
- Fumega, J. (2009) - *Comunidades Sustentáveis como expressão social da sustentabilidade urbana*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- Fumega, J. (2010) - *Desenvolvimento de um modelo metodológico de comunidade sustentável*, XII Colóquio Ibérico de Geografia, Porto, 6 a 9 de Outubro.
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2015) - *Estratégia Nacional para Habitação*, Governo de Portugal, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Lisboa.
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2015) - *Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível*, Governo de Portugal, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Ministério das Finanças.
- Louro, Ana., (2011) - *O uso do tempo associado à mobilidade das famílias como elemento diferenciador na configuração de uma comunidade sustentável*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Departamento de Geografia, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Louro, A., Marques da Costa, E., Silva, S., (2006) - *O papel das práticas quotidianas das famílias na definição de comunidades sustentáveis à escala urbana*, Trunfos de uma geografia ativa, Desenvolvimento Local, ambiente, ordenamento e tecnologia, coordenação de Norberto Santos e Lúcio Cunha, imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pág. 321 a 329.
- MAOT (2015) - *Cidades Sustentáveis 2020*, Governo de Portugal, Equipa Técnica da Direcção-Geral do Território.
- Marques da Costa, E. (2000) - *Cidades Médias e Ordenamento do Território: o caso da Beira Interior*, Dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana, Orientação: Jorge Gaspar.

Marques da Costa, E., Fumega, J. Louro, A. (2012) - *Defining Sustainable Communities: The development of a tool cit for urban policy*, jornal of urban regeneration and reneval, vol.6, 3, 278-292.

Queirós, M.; Vale, M. (2007) - *Ambiente Urbano e Intervenção Pública: o Programa Polis*, Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia – A Geografia Ibérica no Contexto Europeu (CD-ROM), Universidade de Évora, 22 a 24 de Setembro de 2005.

Revista da Área Metropolitana de Lisboa 4.º Trimestre, Carvalho, C. (2008) - *A Regeneração Urbana como objetivo estratégico*, Lisboa.

Western Australian (2006) - *Urban Regeneration Creating Communities Throught the Art of Place Making*, Conference Held in Perth, Western Australian Planning Commission, Network City, Department for Planning and Infraestructure.

Sites de informação:

<http://www.britannica.com/topic/urban-plannig> - *Urban Planning* – *Britannica*, Susan S. Fainstein (consultado em julho de 2015)

<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020> - Portugal 2020 (consultado em julho de 2015)

<http://www.cm-odivelas.pt/index.php/servicos-e-equipamentos-municipais/103-autocarro-voltas> – *Autocarro Voltas, horário e percursos*, Câmara Municipal de Odivelas (consultado em abril de 2016)

<http://rodoviariadelisboa.pt/horarios> - Rodoviária de Lisboa (consultado em março de 2016)

ANEXOS

**Anexo I – Tabela do levantamento do Comércio por
Ruas**

Nomes das Ruas	Tipo de Atividade	Nº Estabelecimentos	Nº de Funcionários	Observações
Rua dos Bombeiros Voluntários	Artigos de Lazer e Cultura	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Doutor Sousa Martins	Artigos de Lazer e Cultura	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos de Lazer e Cultura	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Artigos de Lazer e Cultura	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Doutor Alexandre Braga	Artigos de Lazer e Cultura	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Alameda Infante Dom Henrique	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Alameda Infante Dom Henrique	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	1 banca Mercado
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	6 a 10	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional

Rua do Espírito Santo	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Artigos Pessoais	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Doutor Sousa Martins	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos Pessoais	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos Pessoais	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Artigos Pessoais	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Júlio Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Luís de Camões	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Paiva Couceiro	Artigos Pessoais	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Alameda Infante Dom Henrique	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Artigos Pessoais	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua do Souto	Artigos Pessoais	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Combustíveis, Transportes e Comunicações	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Combustíveis, Transportes e Comunicações	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Rua do Souto	Combustíveis, Transportes e Comunicações	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Vasco da Gama	Combustíveis, Transportes e Comunicações	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Combustíveis, Transportes e Comunicações	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Combustíveis, Transportes e Comunicações	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Combustíveis, Transportes e Comunicações	1	1 a 2	Comércio Tradicional

Avenida Dom Dinis	Comércio Não Especializado	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Comércio Não Especializado	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Doutor Alexandre Braga	Comércio Não Especializado	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Comércio Não Especializado	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Nampula	Comércio Não Especializado	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Paiva Couceiro	Comércio Não Especializado	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Construção - Bricolage	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Rua dos Bombeiros Voluntários	Construção - Bricolage	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Doutor Alexandre Braga	Construção - Bricolage	1	6 a 10	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Construção - Bricolage	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Nampula	Construção - Bricolage	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Construção - Bricolage	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Construção - Bricolage	1	3 a 5	Centro Comercial Oceano
Rua da Memória	Construção - Bricolage	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Construção - Bricolage	1	6 a 10	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Construção - Bricolage	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Construção - Bricolage	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Construção - Bricolage	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua da Memória	Equipamento para o Lar	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua da Fonte	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Equipamento para o Lar	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Doutor Sousa Martins	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Doutor Sousa Martins	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional

Rua Guilherme Gomes Fernandes	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Alameda Infante Dom Henrique	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Rua dos Bombeiros Voluntários	Equipamento para o Lar	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Equipamento para o Lar	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Equipamento para o Lar	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Equipamento Profissional	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Praceta 1 de Dezembro	Equipamento Profissional	1	6 a 10	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Higiene, Saúde e Beleza	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Doutor Alexandre Braga	Higiene, Saúde e Beleza	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Doutor Alexandre Braga	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Higiene, Saúde e Beleza	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Alameda Infante Dom Henrique	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Rua dos Bombeiros Voluntários	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Higiene, Saúde e Beleza	1	3 a 5	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Centro Comercial Oceano
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Higiene, Saúde e Beleza	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Outro Comércio de Retalho	1	1 a 2	Comércio Tradicional

Rua Gil Eanes	Outro Comércio de Retalho	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Júlio Dinis	Outro Comércio de Retalho	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Luís de Camões	Outro Comércio de Retalho	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Outro Comércio de Retalho	1	1 a 2	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Outro Comércio de Retalho	1	1 a 2	Comércio Tradicional

**Anexo II – Tabela do levantamento dos Serviços por
Ruas**

Nomes das Ruas	Tipo de Actividade	Nº Estabelecimentos	Nº de Funcionários	Avaliação Qualitativa	Observações
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Alameda Infante Dom Henrique	Alojamento, Restauração	1	1 a 2	D	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Exterior do Mercado
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Exterior do Mercado
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	(+10)	A	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	A	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Alojamento, Restauração	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Alojamento, Restauração	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	D	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	D	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	A	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Doutor Alexandre Braga	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional

Rua Doutor Fernando Cunha	Alojamento, Restauração	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Alojamento, Restauração	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Alojamento, Restauração	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Alojamento, Restauração	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	A	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Júlio Dinis	Alojamento, Restauração	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Nampula	Alojamento, Restauração	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Vasco da Gama	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	A	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Alojamento, Restauração	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua da Memória	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços à Colectividade	1	(+10)	C	Exterior do Mercado
Rua da Memória	Serviços à Colectividade	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços à Colectividade	1	(+10)	A	Comércio Tradicional
Largo da Memória	Serviços à Colectividade	1	(+10)	A	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	C	Exterior do Mercado
Avenida Dom Dinis	Serviços à Colectividade	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Serviços à Colectividade	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Miguel Rovisco	Serviços à Colectividade	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua Rainha Dona Estefânia	Serviços à Colectividade	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços à Colectividade	1	6 a 10	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços à Colectividade	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços à Colectividade	1	(+10)	C	Exterior do Mercado
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços à Colectividade	1	(+10)	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional

Rua Gil Eanes	Serviços à Colectividade	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Serviços à Colectividade	1	(+10)	C	Comércio Tradicional
Rua Tomás José Olaio	Serviços à Colectividade	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	C	Exterior do Mercado
Avenida Dom Dinis	Serviços à Colectividade	1	3 a 5	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	1 a 2	C	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços de apoio à Produção	1	1 a 2	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	1 a 2	A	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Rua Nampula	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Paiva Couceiro	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	D	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	B	Centro Comercial Oceano da parte de fora
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	A	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	A	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Doutor Alexandre Braga	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	A	Comércio Tradicional
Rua Doutor Alexandre Braga	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	A	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	D	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional

Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	A	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	A	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	1 a 2	C	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	A	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	A	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	A	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços de apoio à Produção	1	1 a 2	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	1 a 2	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de apoio à Produção	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Reparação	1	3 a 5	B	Centro Comercial Oceano

Rua Doutor Sousa Martins	Serviços de Reparação	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços de Reparação	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de Reparação	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua da Memória	Serviços de Reparação	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Júlio Dinis	Serviços de Reparação	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua Luís de Camões	Serviços de Reparação	1	3 a 5	D	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Serviços de Reparação	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de Reparação	1	1 a 2	D	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços de Reparação	1	1 a 2	D	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de Reparação	1	1 a 2	D	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Reparação	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de Reparação	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços de Reparação	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Serviços de Reparação	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de Reparação	1	3 a 5	A	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de Reparação	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Vasco da Gama	Serviços de Reparação	1	1 a 2	D	Comércio Tradicional
Rua do Souto	Serviços de Saúde e Beleza	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de Saúde e Beleza	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Tomás José Olaio	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Centro Comercial Oceano da parte de fora
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Largo Marechal Carmona	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua da Memória	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua Dário Cannas	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	C	Comércio Tradicional

Rua Dário Cannas	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços de Saúde e Beleza	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua Fernão Lopes	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços de Saúde e Beleza	1	3 a 5	A	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	B	Comércio Tradicional
Rua Lourenço Marques	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	C	Comércio Tradicional
Rua Tomás José Olaio	Serviços de Saúde e Beleza	1	(+10)	B	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços de Saúde e Beleza	1	1 a 2	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços de Saúde e Beleza	1	6 a 10	A	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Júlio Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	A	Comércio Tradicional
Rua Júlio Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	A	Comércio Tradicional
Alameda Infante Dom Henrique	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Alameda Infante Dom Henrique	Serviços Pessoais	1	1 a 2	D	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	3 a 5	A	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano

Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Exterior do Mercado
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Coronel Ferreira Simas	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua do Espírito Santo	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços Pessoais	1	1 a 2	A	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua dos Bombeiros Voluntários	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Doutor Fernando Cunha	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Doutor Sousa Martins	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Doutor Sousa Martins	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Duque de Saldanha	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços Pessoais	1	1 a 2	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional

Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Guilherme Gomes Fernandes	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Júlio Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Júlio Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Lourenço Marques	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Luís de Camões	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Luís de Camões	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Nampula	Serviços Pessoais	1	3 a 5	B	Comércio Tradicional
Rua Paiva Couceiro	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Paiva Couceiro	Serviços Pessoais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Vasco da Gama	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Rua Viana da Mota	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Pessoais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Rua Coronel Ferreira Simas	Serviços Pessoais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Recreativos e Culturais	1	3 a 5	C	Exterior do Mercado
Rua do Espírito Santo	Serviços Recreativos e Culturais	1	3 a 5	C	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Recreativos e Culturais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços Recreativos e Culturais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Avenida Dom Dinis	Serviços Recreativos e Culturais	1	1 a 2	B	Centro Comercial Oceano
Rua Lourenço Marques	Serviços Recreativos e Culturais	1	1 a 2	B	Comércio Tradicional
Rua Nampula	Serviços Recreativos e Culturais	1	1 a 2	C	Comércio Tradicional
Rua Gil Eanes	Serviços Recreativos e Culturais	1	(+10)	A	Comércio Tradicional
Avenida Dom Dinis	Serviços Recreativos e Culturais	1	3 a 5	B	Centro Comercial Oceano

Anexo III – Inquérito aos Residentes da área de estudo



Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa
Câmara Municipal de Odivelas
2015-2016

Inquérito à População

Nº Inquérito: _____ Entrevistador: _____ Data: _____ Hora: _____

Localidade e freguesia (inquérito) _____ - _____

Localidade e freguesia (residência) _____ - _____ Bairro _____

1. Caracterização do Agregado Familiar

	Ind. 1	Ind. 2	Ind. 3	Ind. 4	Ind. 5	Ind. 6
Sexo (M / F)						
Idade (indique o valor)						
Grau de Parentesco Cônjuges:1; Filho:2; Avós:3; Pais: 4; Nenhum:5; Outro:6 (especificar)	Próprio					
Grau de Instrução Não sabe ler nem escrever: 1; sabe ler e escrever:2; EB 1º Ciclo: 3; EB 2º Ciclo: 4; EB 3º Ciclo: 5; E. Secundário: 6; Curso Superior: 7						
Situação Socioprofissional principal: Ativo com prof.:1 Desempregado <1 ano:2; Desempregado >1 ano:3; Doméstica: 4; Estudante:5 (se tiver menos de 6 anos indicar se está no infantário público, privado /na ama/ nos avós/ outro; se estudante indicar se está a frequentar o ensino público ou privado) ; Reformado/pensionista: 6 Outra (especificar)						
Situação na Profissão Patrão:1; TPCP: 2; TPCO: 3; TFNR: 4; Outra: 5 (especifique)						
Local de trabalho/estudo: Indique qual						
Modos de deslocação: A pé:1;Transp. Público:2; Automóvel:3 (Condutor C/Passageiro P); Moto:4; Transp. Empresa/Escola: 5; Outro:6 (Indique qual) PODE HAVER COMBINAÇÃO DE VÁRIOS MODOS						

2. Consumo e Lazer

BENS	Membro da família	Não adquire	ONDE?						TIPO ESTABELECIMENTO				Modo de deslocação		
			Junto à residência	Odivelas	Lisboa	Loures	Outro Local	Local de trabalho	Comércio tradicional	Mercado Municipal	Super-mercado	Centro comercial	1	2	
BENS DE CONSUMO DIÁRIO															
Bens Alimentares															
BENS E SERVIÇOS DE CONSUMO OCASIONAL															
Vestuário/ Calçado															
Cabeleireiro/ Artigos de beleza															
Café/pastelaria/ Restaurante															
SERVIÇOS															
Centro de Saúde Médico Especialista															
Escola															
Infantário															

	Membro da família	ONDE?						Modo de deslocação		Não faz	Porquê?
		Junto à residência	Odivelas	Lisboa	Loures	Outro Local	Local de trabalho	1	2		
CULTURA, LAZER E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES											
Nos tempos livres costuma ir:											
a associações/ clubes /grupo recreativo											
a parques infantis/jardins											
passar a pé pelas ruas											
ao cinema											
ao teatro											
a espetáculos de música											
a bibliotecas											
a museus											
ver exposições											

3. Classifique os equipamentos e serviços à comunidade do bairro

	Inexistente (quando aplicável)	Muito mau	Insuficiente	Suficiente	Bom/ Muito Bom	Não responde
Equipamentos lazer e de apoio (ex. parque infantil ou casa de banho)						
Mobiliário Urbano						
Acessibilidade por transporte público ou a pé						
Acessibilidade por carro						
Estacionamento						
Segurança						
Iluminação						
Limpeza /Lixo/Graffiti						
Ar/Ruido						
Comércio e serviços (se houver)						

4. Perspetivas

4.1. O que mudaria ou faz falta neste bairro?

Em 1º lugar _____

Em 2º Lugar _____

Em 3º lugar _____